falar em palácios transformados ou destruídos, como o dos Condes de Avintes, onde se fundou o convento de S. Pedro de Alcântara; o dos Condes da Feira; o dos Marquezes de Marialva, na praça *de Luiz de Camões*; o dos Condes do Vimioso, na actual rua *do Alecrim*, etc., etc.

É evidente que não havia paciência para lêr tantas notícias; muito menos para as escrever; os Beneditinos de S. Mauro não moram aqui. Iremos portanto depressa, como quem vai a novos descobrimentos. Começaremos sim pela cabeça do bairro, isto é pelo largo, onde são, ainda assim, tais e tantas as atenções dos assuntos, que duvido se conseguirei pô-los em ordem.

Tinha-mos para volumes; e se não, vejamos: as tradições do santo Condestável, cujo nome nobilitava o postigo da cêrca; as do Chanceler Álvaro Pais, que parece ter dado apelido à célebre tôrre; a ermidinha de el-Rei D. Manuel; a morada ali do célebre Simão Gomes, o *sapateiro santo*, cuja vida escreveu o Padre Jesuita Manuel da Veiga; o olivedo, famigerado pelos desafios que ali iam ter os casquilhos espadachins [1]; a casa dos Jesuitas, com tôdas as suas fases, com o seu nobre papel na sociedade, com os seus homens ilustres; a parenése de S. Francisco de Borja; as obras artísticas do templo e da sacristia; o palácio habitado pelos Vidigueiras, e a auréola dessa casa nobre;

---

[1] Uma frase da comédia *Ulysippo* o comprova de passagem; diz uma das personagens: *Guiai-o vós a S. Roque, que é sítio solitário, e levai esta minha espada, que é mais comprida que a vossa, e muito segura.* — Acto II, sc. I.

o mesmo palácio habitado pelos Cardeais Patriarcas; as cenas tumultuárias da extinção da Companhia; as cenas agitadas no teatrinho do largo, e a estreia de Garrett; as companhias francesas; a procissão dos Passos, tão popular e concorrida; o monumento ao casamento de el-Rei D. Luiz; tudo isso condensado numa àrea de poucas braças, tudo a falar, tudo ao mesmo tempo a chamar pela pena de um cronista.

— ¿ Tanta coisa no largo de S. Roque? ¿ e de que tamanho é êle? — pergunta o leitor maravilhado de ter passado tantíssimas vezes por lá, sem suspeitar tal afluência de fantasmas históricos naquele pequenino Josaphat.

— Sim, tanta coisa — respondo eu; — e mais uma casa de pasto que ali campeou, com o estado maior dos seus cozinheiros, e dos seus gulosos freqüentadores, por 1813, em não sei qual daqueles prédios [1].

«O largo de S. Roque — escrevia no *Diário de Notícias* o malogrado engenheiro Miguel Pais — é um pequeno rectângulo de 23 metros de comprido na linha norte-sul, por 20 metros de largura; a sua superfície é portanto de 460 metros quadrados, sendo menor a parte a calçar, em conseqüência da base da pequena coluna central. Fazendo-se uma calçada-mosaico poderá importar em 450$000 réis, no máximo, e ficar bonita» [2].

---

[1] Trespassava-se em Junho.— *Gazeta de Lisboa* n.º 127, de 1 de Junho de 1813.

[2] Folhetim *Empedramento das praças.* — *D. de Not.*, n.º 6.267, de Julho de 1.883.

Trago isso para mostrar, que ver tantas tradições e tantos factos históricos em tão pequeno espaço, é quási meter o Rossio na Betesga.

*

Quem dantes subia a rua que el-Rei D. Sebastião ali abriu ([1]), a rua que Baltazar Teles chama «de tôdas a mais formosa, a mais alegre, e por próprio nome a *rua Larga*» ([2]), a que leva à igreja de S. Roque, e levava à casa da Companhia, tinha da esquerda uma série de casas, certamente de diversíssimos aspectos, e sem a regularidade pombalina que hoje se lhes nota; não lhes conheço a história, e não me parece podessem dar grande contingente a estas narrativas. Veria da banda direita da rua a igreja do Loreto, de que logo falarei, a sacristia, o palácio contíguo, hoje completamente transformado desde poucos anos, o lado de uma nobre habitação dos Monteiros Pains (onde é hoje o teatro, pouco mais ou menos), o postigo da Trindade, os dormitórios do venerando convento, que também nos há-de dar alguns quartos de hora de conversação, e por fim, no alto, encontrava, ao desembocar na praça, uma tôrre histórica, do lado direito, «senhoreando ao rez do caminho o populoso largo e a rua larga de S. Roque», segundo informa outro escritor portu-

---

([1]) Livro 1.º do dito senhor, fl. 60, no Arquivo da cam. Mun. de Lisboa.

([2]) *Chron. da Comp.* — Prte II, pág. 102.

Ruina da tôrre de S. Roque em 1755; gravura de Le Bas em 1757

guês ([1]); era a tôrre *de Alvaro Pais*, já assim chamada no tempo do Mestre, e do próprio Chanceler (ou logo depois), como se vê em Fernão Lopes ([2]).

Foi Álvaro Pais, conforme o cronista, um cidadão nobre e rico, Chanceler-mór de el-Rei D. Pedro I, e depois de el-Rei D. Fernando. Era padrasto de João das Regras, como segundo marido de Sentil Estêves, mãe do grande legista ([3]). Possuia casa em Lisboa. Gosava de tal fama e respeito, que nada se decidia na Vereação, sem êle ser ouvido. Como era gotoso, na sua própria residência muita vez recebia os vereadores em sessão.

Não entendo muito ao certo, devo confessá-lo, o que podesse haver de comum entre o honrado cidadão e a tôrre; não me parece que se usasse ainda impôr nomes ilustres a sítios que nada têm com êles. Se o povo chamou *de Álvaro Pais* àquêle cubelo, é porque teve motivo para isso: ou o *Chançarel* ali moraria perto, ou contribuiria de seu bolsinho para a construção, ou daria o terreno, ou coisa assim ([4]).

([1]) Castilho — Artigos intitulados *Homenagem ao antigo e ao moderno*, na *Revista Universal*, T. II, pág. 80 e seg.

([2]) *Chron. de el-Rei D. João I.* — Cap. XXVIII.

([3]) *Hist. gen.* — Tom. XI, pág. 790.

([4]) Fernão Lopes chama-lhe algures uma vez, no cap. 114 *tôrre de Álvaro Pires*, mas creio ser lápso de cópia ou de impressão.

*

Álvaro Pais devia de morar perto da tôrre que herdou o seu nome. Assim o tentei provar no meu trabalho *O Carmo e a Trindade*, volume I, pág. 78. *(Nota de M. S.)*.

O que é certo é que, juntamente com a vizinha porta de Santa Caterina, teve aquela tôrre a grande honra de pelejar, com a vanguarda dos nossos defensores, nas guerras da independência. «Falava recordações nobres aos que passavam — exclama um poeta, a quem sempre interessou a causa dos desvalidos e desamparados; — mas a velha tôrre de Álvaro Pais foi acometida, e não por Castelhanos [1]».

Não foi pelos Castelhanos, não; foi pela Câmara de Lisboa. Os antigos vereadores honraram o Chanceler; os de 1835 e 1836 desonraram-lhe o singelo e único monumento, que o recordava aos povos.

¡Que tirano cego e surdo não é o camartelo demolidor! Triste quási sempre, vandalica muita vez, é a civilização feita a camartelo.

De 1834 para cá temo-lo tido sempre assim nas regiões políticas. A pena de certos ministros tem sido mais daninha que as picaretas.

O velho e bom Portugal, que respeitava a sua Religião, os seus Reis, a sua nobreza vincular, as suas tradições ordeiras, jaz subvertido aos empuchões dos revolucionários pacíficos (os piores de todos).

Suprimiram-se institutos que tinham alta razão de ser, e para os substituir macaquearam-se as civilizações forasteiras.

---

(1) Castilho. — *Rev. Univ.* citada.

*

Restringindo-me agora ao meu ponto: o que é sinceramente lamentável, é que na maior parte dos nossos municípios em todo o Reino, tem avultado de sobra, junto ao elemento ilustrado, tolerante, e artista, o elemento *bande-noire*, o mais ridículamente nocivo de todos os elementos administrativos.

E não só a tôrre; o postigo do Condestável mereceu também sentença de extermínio, em nome de não sei que falsa ideia de embelezamento do sítio. Tudo assim vai. E quando a imprensa grita contra as profanações, as autoridades riem.

Ainda em 1866 existia à vista, antes dos prédios novos da rua *Nova da Trindade*, a muralha de el-Rei D. Fernando. Em sessão da Câmara de 22 de Outubro dêsse ano, o Vereador Rodrigues da Câmara apresentou o auto de vistoria a que se procedera em 10 «na parte da antiga muralha da rua Nova da Trindade». Mandou-se intimar o respectivo dono a faze-la apear por ameaçar ruina [1].

*

Defronte da portaria de S. Roque (*bem defronte*, diz Baltazar Teles) edificaram-se nos dias do mesmo Padre as nobres casas de D. Henrique de Noronha [2], e de D. Estêvam de Faro, adquiridas depois pelo Conde Almirante; são os restos

---

[1] *Arch. Mun. de Lisb.*—1866—N.º 357—pág. 2.887.
[2] *Chron.*—Tom. II pág. 93.

delas que habita o *Diário popular*, hoje chamado *O Popular* [1].

*

No topo da calçada, e com pátio sôbre o largo, vê quem sabe ver um resto desconhecível do palácio dos Condes da Vidigueira e Marquezes de Niza. Túlio escreveu dêle; além de ser um estudioso aplicadíssimo, e amante das velharias, redigia o *Arquivo pitoresco*, de saüdosa memória, periódico onde tantas lembranças do nosso passado histórico se entesoiraram. Quiz dizer alguma coisa da vetusta residência; e ninguem melhor do que êle o podia fazer, pois manuseou títulos do prédio que ali em baixo edificou seu sogro, Francisco José Caldas Aulete, Contador da Relação. A pesar de tôdas essas circunstâncias favoráveis, e de viver horas por dia na Biblioteca, entre documentos e alfarrábios, escreveu Túlio num interessante artigo do *Arquivo*:

«Não sabemos ao certo quando os Condes da Vidigueira, Almirantes da Índia, ali edificaram o seu grande palácio».

¿Se êle ignorava, que direi eu? Ainda assim, guiado por êsse méstre, ajuntarei o que poder.

*

Os Gamas, é sabido, possuiam casa na célebre *Rua Nova*. Quem mo atesta são duas cláusulas

---

[1] O antigo palácio dos Noronhas e Faros está representado actualmente pelo prédio que esquina para a Rua da Misericórdia e pelo que se lhe segue neste arruamento. *(Nota de M. S.)*.

de um antigo índice dos papeis da Câmara conservado na Biblioteca:

ARCOS da rua Nova; a casa por cima era do Conde da Vidigueira; mas o vão dos arcos, isto é a arcada, era serventia pública.

RUA NOVA; sabendo el-Rei que a Câmara dera licença para se taparem os arcos sôbre que estavam as casas do Conde da Vidigueira, perguntou que fundamento tinha.

Bastam essas palavras sucintas para nos deixarem entrever alguma pitoresca vivenda dominando as arcadas, dessimétrica, até certo ponto mesquinha, e encarando pelas suas janelas de verga rendilhada a mais opulenta e concorrida das ruas lisbonenses. É pois mais que provável que o grande Vasco da Gama ali poisasse ao tornar-se da Índia.

Fôsse porque fôsse, seu filho desejou melhor, e levantou olhos ao cabeço de S. Roque exta-muros.

Por escritura de 21 de Julho de 1543 aforou a Câmara ao 2.º Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, um chão, onde se fez um pomar «cercado de parede e muro, junto do mosteiro de S. Roque, entre os cláustros e o muro». Êsse chão, que pelo poente partia com o terreiro que veio a ser o actual largo, é o mesmo, me parece, onde (não sei em que anos, mas visivelmente meado o século XVI) se edificou o enorme palácio [1].

---

[1] Àcêrca das confrontações, medições, etc., vide os artigos do erudito Silva Túlio no *Arquivo Pitoresco,* Tomo VII, pág. 306, col. 2.ª.

El-Rei D. Sebastião doou aos Condes da Vidigueira a posse da nobre tôrre chamada *de Álvaro Pais*, assim como o lanço do muro até ao Rossio; e, ou de uma vez, ou aos poucos, como é mais provável, ali se foi erguendo, amparado à muralha guerreira, aquêle vasto casarão, regular e grandioso, assenta sôbre os altos de S. Roque, e pendurado sôbre a ribanceira abrupta que dominava o Rossio.

Não há, que eu saiba, vestígio do que foi aquela série de salões altos e sumptuosos, com a sua renque de sacadas muito arrogantes, que ainda todos conhecemos, sôbre a calçada *do Duque*, e outras ao nascente, descortinando o esplêndido pano de fundo do Monte, da Graça, e do Castelo. Entretanto, pode afirmar-se ter sido, no seu tanto, um dos edifícios mais belos de Lisboa.

*

Por causa das obras do palácio e seus anexos, parece houve desinteligências com os visinhos Padres da Companhia de Jesus. Prova-as uma escritura celebrada em 14 de Dezembro de 1619 entre o Padre Pedro de Novais, Prepósito da casa professa, e o Conde Almirante D. Francisco da Gama, neto do fundador do palácio juntamente com sua mulher a Condessa D. Leonor Coutinha, numa das salas dessa sua residência.

Era o caso que, andando o Conde a edificar certos aposentos com uma tôrre ou miradouro, e abrindo uns quintais, teve embargo judicial em

nome dos Padres, por ficarem devassados os terrenos e propriedade dêstes. Correu demanda na Correição da Civel, subiu à Casa da Suplicação, e até se apelou para Roma.

Meteu-se de permeio o Conde de Santa Cruz, D. Martinho de Marcarenhas, e obteve concessões mútuas, que se redigiram na aludida escritura.

Obrigaram-se os Condes a tapar duas janelas à parte do norte do tal miradouro, que davam sôbre a cêrca dos Jesuitas, e a levantar parede «desde o canto da tôrre que está ao postigo novo de S. Roque — (a tôrre de Álvaro Pais) — a qual irá em direitura até ficar em correspondência da primeira coluna do alpendre da portaria, e daí irá voltando em direitura na mesma distância do edifício da Casa de S. Roque, onde o edifício faz um canto que tem uma fresta, e daí em diante irá correndo a dita parede cinco palmos em distância do dito edifício até entrar no jardim dêle Conde, de... (sic) palmos de calejamento, de norte a sul, e daí fará um canto até à parede velha, e daí ao longo das suas laranjeiras correrá a parede até à segunda giesteira, tudo em esquadria, tudo conforme a traça de Pedro Nunes, Arquitecto de el-Rei nosso senhor».

Tôda esta topografia sem os planos de Pedro Nunes (que não era o mestre de obras de el-Rei D. Manuel), ou sem ouvir as explicações dos litigantes, é para mim muito confusa; mas inclino-me ao seguinte: a tôrre sôbre a qual o Conde tinha feito o miradouro, cujas duas janelas setentrionais teve que tapar, seria uma tôrre da muralha, lá em baixo, ao nascente, na vertente do monte, hoje mascarada

pelas edificações da Escola Académica. Ainda a conheci, e foi restaurada por Caldas Aulete. Desse ponto é que podia ser devassada a cêrca dos Jesuitas, e não tanto da tôrre de Álvaro Pais [1].

*

Em 1621, querendo o mesmo Conde D. Francisco fazer certas obras, propôs ao Senado da Câmara o seguinte: ceder 60 palmos de comprido e 30 de largo no pátio do palácio, acrescentando-se com êsse terreno o largo de S. Roque, então muito concorrido com as festas religiosas dos Jesuitas, e receber em troca diminuição no fôro de 1.600 rs que pagava. A Câmara, em consulta de 12 de Maio mostrou-se favorável, e o Vice-Rei concedeu [2].

*

Seria talvez por ocasião dessas obras que sucedeu um caso, que nos conta o grande tagarela Miguel Leitão de Andrada.

Tinha ido procurar o Conde da Vidigueira; mandou-lhe êste pedir que o esperasse um pouco, pois se estava erguendo. O visitante preferiu ver o jardim, em logar de se amezendar sentado em qualquer sala. Estava a um portal, e talvez absôrto

---

[1] A escritura a que me refiro foi-me obsequiosamente mostrada pelo nosso já notável investigador, e meu amigo, o sr. Vítor Ribeiro, em 21 de Setembro de 1901.

[2] Túlio — *Arch. Pitt.* — T. VII, pág. 320.

a contemplar a linda vista dos bairros orientais, quando uns pedreiros, que então andavam nos telhados, vazaram de lá um cesto com caliça e pedras grandes; êsses projecteis, que o poderiam ter morto, roçaram-lhe pelo fato, mas deixaram ilezo o futuro autor da *Miscelânea* [1].

É certíssimo habitarem aí longos anos os ilustres senhorios. Que aí estavam, nomeadamente em 1631, diz-mo certa alusão fugitiva de uma dona da Condessa da Vidigueira, uma tal Brites Peres, viúva de D. Pedro Coronado, alusão que topei num documento da Irmandade de S. Crispim [2].

Segundo Silva Túlio, ainda não estavam concluidas as obras, quando morreu o Conde crivado de dívidas. Ia para Madrid, e ao passar na vila de Oropesa, acabou; só foi de lá trazido para a sua vila da Vidigueira em Maio de 1640 [3]. Para solução dos seus débitos foi logo penhorado o palácio novo, não vinculado, por um Miguel de Macedo (talvez o onzeneiro que adiantava os milheiros de cruzados ao gastador), e posto em praça. Arrematou-o em 1634 Gaspar de Brito Freire, Fidalgo da Casa Real.

Quatro anos andados, o 5.º Conde, D. Vasco Luiz da Gama, casado em 1632 com uma senhora da Casa da Calheta, e mancebo de vinte e cinco anos, tornou em 1638 a remir o palácio, dando a

---

[1] *Miscel.* Dial. III — ¿Como Miguel morreu em 1633, será arriscado atribuir a sua visita a êstes anos?

[2] *Livro de registo*, fl. 43.

[3] *Hist. gen.* — *T. X*, pág. 564.

Gaspar de Brito 5.670$000 réis, preço da arrematação e das benfeitorias ([1]).

«De todos os sucessores de Vasco da Gama — diz o minucioso Silva Túlio — o que pôs o remate a êste palácio, e o vinculou, foi o Marquês de Nisa D. Vasco Luiz da Gama, do Conselho de Estado e do Despacho do Infante D. Pedro, em quanto Regente do Reino, durante a prisão de el-Rei D. Afonso VI. Êste Marquês, para concluir o palácio de S. Roque, vendeu por 16.000 cruzados, no ano de 1672, uma propriedade de casas que tinha na rua *Nova*, junto ao Chafariz dos cavalos, ficando desde então vinculado, por ser aquela propriedade do morgado da Vidigueira» ([2]).

*

Num dos capítulos antecedentes mencionei a selecta livraria dos Condes da Ericeira. Não deixarei de me referir à dos Condes da Vidigueira nêste seu palácio de S. Roque.

Os Gamas tiveram na sua estirpe varões de cunho, até nas letras. O primeiro Marquês de Nisa, D. Vasco Luiz da Gama, além de estadista e diplomata, era homem estudiosíssimo; conserva-se-lhe a correspondência em muitos volumes manuscritos, infelizmente dispersos na Tôrre do Tombo, na Biblioteca Nacional de Lisboa, e na de Évora, correspondência sem a qual ninguem

---

([1]) Túlio, ibid.

([2]) Ibid. — pág. 320.

poderá escrever a história de parte do nosso século XVII.

Foi-me comunicado pelo meu amigo e estimado colega o sr. José Ramos Coelho um pormenor interessante: o Marquês possuia bons livros, e andava no verão de 1649 organizando no seu palácio uma optima biblioteta, para a qual recebia constantemente obras da Itália e de França. Os duplicados vendia-os a seu primo Rui Lourenço de Távora. Ilustrado como era, e rasgado, tencionava abrir ao público êsse manancial de ciência, situado numa bela sala de nove janelas, e de tecto magnificamente doirado; parece até que chegou a abri-lo, se não ao público em geral, ao menos a certa classe escolhida de leitores, por isso que numa das suas cartas êle se queixa de que a livraria fôsse pouco freqüentada [1].

Julgo que em 1689 já os Gamas não habitavam em S. Roque. Onde estavam, é que não sei dizer. Digo que não habitavam, porque aí morava nêsse ano o Vidama de Esneval, Embaixador de França, Robert Le Roux [2].

---

[1] Carta do Marquês ao seu amigo D. Vicente Nogueira, de Lisboa para Roma, em 29 de Junho de 1649 — Bibl. Nac. de Lisb., 3.ª Rep. F. 4 — 5.

[2] Assim se vê nos depoimentos das inquirições de António de Brito de Castro para Familiar do Santo Ofício (Tôrre do Tombo — Familiares — Antónios — M. 26, n.os 711 a 717). Êsse António de Brito de Castro, Fidalgo da C. R., etc., morava num quarto baixo do mesmo palácio.

Vidama, diz o velho Bluteau, que também fala nêste Embaixador de França, e o dá entrado em Lisboa em 1688,

Verdade é que, sendo o palácio muito vasto, podia morar numa parte o Embaixador, e na outra o proprietário; mas não é verosimil, nem me consta houvesse duas entradas nobres, mas sim uma só sôbre o pátio.

Abria-se para o largo um portão muito amplo, conduzindo a uma longa passagem, que desembocava no paralelogramo do pátio. À esquerda as cavalariças; à direita o palácio, para o qual se entrava de plano, e sem ter que subir escada.

O que se me figura portanto probabilíssimo, é que os Marqueses de Nisa desde o 3.º quartel do século XVII deixassem de habitar o palácio dc S. Roque. ¿Para onde foram? isso é que não sei; que o 1.º Patriarca de Lisboa, D. Tomaz de Almeida, aí morreu, é certo; e tão demorada foi essa residência do Prelado, que o povo passou a chamar *do Patriarca* o palácio e o pátio.

A maneira brilhante como daí saía em grande estado o fastuoso D. Tomaz, em caminho para o

---

era «título que antigamente se dava em França a uns cavalheiros, instituídos para representarem a pessoa do Bispo em quanto senhor temporal....... Com o andar do tempo se fizeram os Vidamas proprietários dos seus ofícios, dos quais fizeram feudos dependentes dos Bispos, mas hereditários; donde nasce que tomaram o nome do Bispado do qual dependem; v. g. *Vidama de Amiens, de Chartres, de Laon*, etc. Só os Vidamas de Esneval dependem imediatamente de el-Rei de França. No ano de 1688 Roberto Le Roux, Vidama de Esneval veio a el-Rei de Portugal D. Pedro II, com o título de Embaixador de el-Rei de França; e dêste Reino, também com o título de Embaixador, passou para Polónia, onde faleceu, ano de 1693».

Paço, ou para algum pontificial na Sé, descreve-a *de visu* um estrangeiro antigo:

Ia a diante a dobre-Cruz patriarcal empunhada por um fâmulo a cavalo; seguia o Prelado numa rica liteira rodeada de vinte criados a pé; depois quatro coches magníficos, cada um a seis muares; o 1.º era vazio, os outros levavam o séquito [1].

---

[1] *Description de la ville de Lisbonn* — Paris, 1730 — pág. 18.

*

Em os três volumes do meu trabalho *O Carmo e a Trindade*, acrescentei numerosos informes ao texto dêste capítulo, sôbre o Largo de S. Roque, a Tôrre de Álvaro Pais, a Muralha Fernandina e o palácio dos Vidigueiras. Isso me dá dispensa de aqui alargar as minhas anotações. *(Nota de M. S.)*.

CAPÍTULO XVIII

Em 1754 aqui faleceu o Patriarca, vindo para a mesma residência seu sucessor D. José Manuel. Estava reservado a êste Prelado assistir aí ao temeroso 1.º de Novembro de 1755, fugindo a tôda a pressa para o palácio que a sua família possuia na próxima rua da Atalaia.

Em 1757 caiu a Casa de Nisa na de Unhão, pela morte do 5.º Marquês de Nisa, a quem sucedeu seu irmão uterino D. Rodrigo Xavier Teles, 6.º Conde de Unhão, e depois 6.º Marquês de Nisa (1).

Daí em diante, está averiguado morar esta ilustre família no seu soberbo palácio, antigo paço Real, em Xabregas, hoje Asilo. Ficaram em completo desprêzo os meio arruinados casarões de S. Roque. O que restava dêles, que todavia não era pouco, alugou-se em parte, em parte cedeu-se para

---

(1) — Anselmo Braamcamp Freire—*Livro 1.º dos Brasões* — pág. 255.

albergue e aposentadoria de criados velhos da Casa de Nisa.

Das alterosas paredes, com sacadas muito nobres sôbre a calçada *do Duque*, todos vimos arrear algumas por 1862 ou 64; e o que lá permanece é quási nada. Depois de derruidos pela catástrofe de 1755, desaristocratisaram-se os fragmentos restantes, e perderam a feição. Lá por cima, no pátio, e sôbre o largo, edificaram-se por abuso casebres e cabanas.

*

Num palheiro principiou nos princípios do século XIX a funcionar, com licença da Intendência geral da Polícia, um *Teatro pintoresco* públiço. O empresário não atino bem quem foi. Direi o que souber.

Em 1812 Roberto Xavier de Matos arrendou isso para um teatro de sua direcção. Era à entrada do pátio grande, com duas janelas de sacada para a calçada do Duque, com outras duas janelas de bandeira por cima das mesmas. Matos tomou a casa de trespasse ao inquilino, que era dono do dito *Teatro pintoresco*. Êste deu à sala de espectáculo forma mais regular, e a empreza corria por conta de uma sociedade, gerida por Henrique José Monteiro [1]. O arquitecto da nova sala reformada foi Joaquim da Costa [2].

---

[1] — Tôrre de Tombo — Documentos do Ministério do Reino — Teatros; masso 133 — Obsequiosa comunicação do meu amigo José Ramos Coelho.

[2] Ciryllo Wolkmar Machado — *Memórias*, pág. 227.

A *Gazeta de Lisboa* de 4 de Janeiro de 1813 anuncia o seguinte:

«O Director do Teatro pintoresco e mecânico (sic) faz saber a êste respeitável e iluminado público, que êle estabeleceu a sua máquina na sala do palácio velho da Patriarcal, junto à igreja de S. Roque. Êste espectáculo é novamente reconhecido na Europa, e tem merecido os maiores elogios pela naturalidade das suas vistas e seu primoroso maquinismo. Adverte-se que o dito divertimento se principia todos os dias às 6 horas e meia da tarde, e todos os dias santos haverá dois divertimentos, o primeiro principiará às 4 horas da tarde, e o segundo às 7 horas. Os preços são os seguintes: assinatura 320 réis, geral 240, varandas 160.»

Cinco anos depois em 1818, anunciava a *Gazeta:*

«Hoje sexta feira 25 de Setembro, no Teatro do Bairro alto, haverá um elogio dramático, um drama de um acto, dança pantomímica, tudo por figuras inanimadas, rematando o espectáculo José Esbucier com admiráveis jogos de física e mecânica.»

No verão de 1819 ainda o teatro funcionava; e foi nêsse recinto, já agora histórico, hoje oficina ou depósito da Companhia das carruagens lisbonenses, que várias obras dramáticas presenciou o *iluminado* público. Sirva de exemplo um nome ilustre: Garrett aí representou o seu Catão de 1821.

Não posso exarar aqui a crónica muito completa dêste popular teatrinho. Remeto o leitor ao *Arquivo Pitoresco*, e também ao *Diário de Notícias*, aos artigos em que o falecido Paulo Midosi compôs

com muita verdade um quadro histórico cheio de retratos célebres, que muito interessam aos entusiastas do passado, e com que, portanto, fez bom serviço às nossas Letras. Oxalá seguissem outros escritores o mesmo exemplo.

Em Janeiro de 1823 ali esteve uma companhia francesa até 9 de Março; em 1827 uma companhia inglesa.

Oiço também, que, por escrupulos da sr.ª Marquesa de Nisa, D. Eugénia, dona do prédio e do teatro, foi desmanchada a sala em 1836; e sei finalmente que hoje ninguem sabe destas coisas, que tão perto interessam a arte, a literatura, os costumes, e em suma: a História (1).

*

Noutras dependências do grande palácio Nisa, que se alugavam a inquilinos, justamente por baixo do teatro, moraram dois notáveis sujeitos, que me constam: Francisco Coelho de Figueiredo, que lá

---

(1) Silva Túlio — *Arch. Pitoresco,* T. VII, pág. 832.

Paulo Midosi — Série de artigos publicados em Outubro de 1878 no *Diário de Notícias,* sob o título de *Os ensaios do Catão.*

Pinho Leal — *Port. ant. e mod.* — T. IV, pág. 196.

*

Sôbre êste terceiro Teatro do Bairro Alto, onde Garrett, representou o seu «Catão», dei desenvolvida notícia, tanto no meu livro *Teatro de Outros Tempos,* como no 3.º volume de *O Carmo e a Trindade,* para onde remeto o leitor curioso destas antiqualhas. *(Nota de M. S.).*

faleceu, irmão e editor do poeta dramático Manuel de Figueiredo; e na mesma parte do prédio, o alfarrabista António Henriques.

António Henriques tem nome na nossa literatura; conheceram-no e trataram-no de perto os primeiros engenhos. O seu armazém ficava no alto da calçada do Duque.

«No cimo da calçada do Duque n.º 48 — palavras textuais de um documento coevo — entrando por um corredor em um pátio pequeno, e subindo à esquerda por uma escada, se acha estabelecida a casa de livros de António Henriques, que compra e vende livros de tôdas as qualidades, de que tem bom surtimento» [1].

Dêsse tal depósito conservo notícia por meu Pai, que em pequeno aí concorria com seus irmãos a comprar livros (de que ainda possuo alguns). Muita vez lhe ouvi descrever os três avantajados salões ende era a feira da ladra bibliográfica. Nada hoje na nossa Lisboa, onde abundam bibliófilos inteligentes, e livreiros ilustrados, pode dar ideia daquêle mar imenso, revôlto, acachoado, de volumes truncados de todos os feitios, géneros, e idiomas, alastrado pelo chão. Os freguezes andavam à pesca (mas literalmente à pesca) pelas profundezas do abismo; desentranhava-se aqui o 2.º volume, além o 8.º, acolá o 1.º, e amanhã ou depois os outros, de alguma obra importante entre milheiros de inutilidades. Encontrava-se, a bem dizer, tudo; o essen-

---

[1] *Gazeta de Lisboa* n.º 85, de 9 de Abril de 1811.

cial era perseverança. Rebolcavam-se juntos, numa espécie de saturnal, os folios mais graves, com os oitavianos mais aventureiros; a teologia, com as viagens; a alta ciência, com a poesia; as odes de Anacreonte, com os quartos de Larraga. Se jamais houve república nas letras, na calçada *do Duque* a deveram procurar.

Quem menos ideia tinha do seu haver, me dizia Inocêncio, que julgo ter conhecido ainda o alfarrabista, era êle próprio. O homem parecia, mal comparado, com a Sibila de Cumas: as fôlhas revôltas do seu antro, nem já tentava pô-las em ordem.

Nec ponere in ordine curat.

Fiava-se, com uma boa fé sem igual, na probidade dos rebuscadores; nada mais inofensivo e mais honesto que o bibliómano; as paixões inocentes melhoram a alma. O homenzinho deixava levar por baixo preço aos freguezes o que êle por baixíssimo tinha adquirido. Tal era o estado descurioso da Capital.

¡ Que diriam a isso os manes errabundos do aplicado Marquês de Nisa, a quem me referi pouco acima, colector da magnífica livraria daquela mesma casa, hospitaleiro bibliófilo daquêle solar!

CAPÍTULO XIX

Em Dezembro de 1835 a Càmara Municipal, usando das atribuições que pelas Leis da inspecção lhe competiam, mandou intimar a Casa de Nisa a proceder à demolição do palácio, por ameaçar a segurança pública ([1]).

Creio que a intimacão não teve seguimento, porque em Março de 1837 (o ano *bota-abaixo)* se repetiu, para no prazo de oito dias ([2]).

Não se limitou a estas ordens motivadas pela segurança do povo o Município; planeou derrubar o antigo *Passo* da procissão dos Passos. Essa edificação, que nada estorvava, foi reputada empaxo; e em Julho de 1837 a Câmara, conhecendo ser seu o terreno em que se achava o dito oratório, por estar encravado na muralha da Cidade, e ter o Senado sómente concedido à Irmandade a posse daquele sítio *enquanto lhe conviesse*, oficiou ao

---

([1]) *Sinopse dos principais actos administrativos* da C. M. de L. em 1835, pág. 24.

([2]) *Sin.* em 1837, pág. 4.

Arcebispo de Lacedemonia requisitando-lhe a remoção dos objectos do culto ali existentes, a fim de *aformosear* o largo ([1]).

Em Agosto oficiou a mesma Câmara à Irmandade dos Passos da Graça para fazer remover os objectos que lhe pertencessem ([2]).

Em Novembro ordenou que o seu meirinho fizesse constar aos proprietários das barracas situadas no largo de S. Roque, junto ao Passo, *entre o pátio do Patriarca e a calçada do Duque*, que deviam intimar os seus inquilinos para despejarem as casas até ao fim do ano ([3]).

Nêsse mesmo mês tornava a Câmara a instar com o Arcebispo de Lacedemonia para a remoção dos objectos do culto ([4]); e à Comissão administrativa da Misericórdia para que os recebesse ([5]).

*

Em Maio de 1842 (ou fins de Abril) deu-se no largo um achado que despertou a curiosidade.

Vou transcrever da antiga *Revista Universal Lisbonense* ([6]) um interessante artigo de Castilho sôbre o assunto. Começava a nascer no nosso jornalismo o noticiário; quer dizer: começava em letra redonda a conversação geral sôbre novidades.

([1]) *Sin.* em 1837, pág. 15.
([2]) *Sin.* em 1837, pág. 16.
([3]) *Sin.* em 1837, pág. 34.
([4]) *Sin.* em 1837, pág. 34.
([5]) *Sin.* em 1837, pág. 32.
([6]) Tom. I, pág. 374.

O noticiário é um sinal de vida, é a História viva, é a crónica nacional a retalho. Não lhe peçam literatura, nem estilo, nem exacção; peçam-lhe movimento, pitoresco, drama e comédia, tragédia e farça; isso tudo êle tem, e tudo isso dá. Conta com entusiasmo, embora se desminta no dia seguinte; espalha boatos que se não confirmam, mas do que diz fica um sussurro vago, que é a voz da população. Essa voz, escutada pelos nossos vindouros, há-de ser para êles um indizível encanto. ¡Oxalá o conhecessemos nós outros relativamente aos séculos antigos! [1].

Em 1842 começava o noticiário, disse pouco acima; e quem mais o coloriu e melhor o desenhou, foi o redactor da *Revista.* Eis aqui, pois, o que êle escrevia sob o título.

UM ENIGMA PARA ANTIQUARIOS

«No largo, e à esquerda de S. Roque de Lisboa, defronte da porta da Misericórdia, e não distante

[1] É admirável êste parágrafo sôbre a concepção do jornalismo. O «Enígma para Antiquários», publicado na «Revista Universal Lisbonense», confirma em tudo o parecer de Castilho. A exacção é o menos; o que é preciso é pitorêsco, saber interessar, acordar imaginações adormecidas. Foi o que fez o Redactor da «Revista». O pai do autor (que era o jornalista de 1842), soube despertar o público, criando a caverna habitada por um ferrador gigante, subvertida por terremotos em frente da Santa Casa da Misericórdia, onde apareciam ferraduras para corceis apocalipticos e um sem número de utensílios de tamanho desconforme. *(Nota de M. S.).*

muitos pés donde fôra a capela dos Passos, encontraram os obreiros, que aí andam despejando e anediando terreiro para praça, uma casa, que ainda se não acabou de desentulhar, mas cujo conteúdo já descoberto não deixa de suscitar curiosidade. Do espaço desta casa não se pode por ora fazer conta, conhecendo-se comtudo que era ampla: a sua face externa, isto é a que olhava para o que hoje é rua pública, era guarnecida de boa cantaria lisa; a interna, ainda a partes se reconhece haver sido rebocada e caiada; o pavimento, mais baixo uns dez ou doze palmos que o piso actual da rua, está calçado de pedra ordinária; porta ou janela, ainda se lhe não descobriram; mas telhas, caliças, e fragmentos de madeira, completam a demonstração de haver sido casa.

«Eis aqui agora o principal que dela tem saído, e por onde alguma conjectura se pode aventurar àcêrca da profissão do seu morador: 76 ferraduras de diversos tamanhos, algumas das quais inculcam seu uso; várias porções de corrente de ferro, e uma, que, a pesar de não ter mais de três fusis, deita dois palmos avantajados; um martelo; um puchavante; uma torquês; um ponteiro; uma chapa de ferro do comprimento de cinco palmos, e largura de mão travessa, com duas grandes argolas nas extremidades, o que (presumem) faria parte de manjedoira; mais duas argolas, ainda com o chumbo que as ligava à pedra; uma bigorna, com parte do cepo.

«Até aqui, nada há que pareça extraordinário; mas o simples aspecto de algumas daquelas ferra-

duras cria de repente aos olhos da imaginativa mais fria e preguiçosa um romance histórico do mundo velho, digno de figurar distintamente na arqueologia zoológica de M. Boitard. À oficiosa amisade do sr. Francisco José Caldas Aulete, curioso colector, e proprietário dêstes achados, devemos o tê-los hoje em nosso poder.

«E, na verdade, ferraduras, algumas das quais teem enorme comprimento e largura, e ainda, depois de tão carcomidas da ferrugem, pesam arrateis supõem uma dimensão de casco, e proporcionalmente uma corpolência de animal, que excedem prodigiosamente a tôdas as medidas de que em tal matéria havemos notícia. Alguns ossos de cavalo, tais como canelas e dentes, que se encontraram naquêle sítio, e, por ignorante descuriosidade dos trabalhadores, se desbarataram e perderam, pessoa que os ouviu nos afirma, que eram de marca descomunal. Alguns dos trabalhadores os compararam na grossura com os cabos das suas enxadas.

«Houve pois, segundo parece, em antigas eras, aqui onde hoje se levantam um templo e casarias soberbas, um homem provàvelmente gigante, ferrador de cavalos gigantes, para cavaleiros também gigantes. O retintim da sua bigorna atroava as então selváticas solidões dos sete montes, onde mais tarde se veio assentar a nossa Lisboa. Moiros, Godos, Romanos, Cartaginezes, e Fenícios, são modernices, são coisas de hontem comparadas com as da idade em que êle viveu. As árvores que davam sombra diante da sua poisada, e cuja

casta já também lá vai, deveriam (se ainda agora existissem) olhar para baixo, e com lástima, para o cume da tôrre de S. Roque, e uma só delas cobrir ao meio dia, com a sua sombra, desde o Rato até ao Cais do Sodré, e desde a Estrêla até ao Castelo. ?Mas em que língua falava êste singular personagem com os freguezes que à sua tenda vinham? ¿E para que jornadas ou guerras, e com que trajos e armas, cavalgavam êstes? A que bisavô do deus Endovélico adorava? ¿Que ensino dava aos seus filhinhos, mais altos que os nossos homens altos de hoje? ¿E em que histórias ou esperanças praticava, ao vasto lume dos espaçosos serões de inverno, com a descompassada companheira de sua trabalhosa e enfarruscada vida? Eis aí o que ninguem saberá nunca.

«É o mundo um livro, em que pouco mais se conhece do que a página aberta; das inumeráveis que já lá ficam para trás, só por alguma ruptura, que em suas fôlhas fazem o tempo ou o acaso, se chega a enchergar, e bem confusamente, alguma sílaba. Com uma desconsolação nos consolemos disto, e seja o cuidar que também algum dia as coisas que de nós ressurgirem à flôr da terra, poderão ser igualmente indecifrável enigma para os que então existirem, como hoje o são para nós as dos tempos ante-diluvianos, e muitas menos apartadas.

«Tais eram as nossas profundas fantasias, depois de havermos, com pena, sabido que alguns outros foram pelos trabalhadores sonegados e vendidos a curiosos, como certas moedas cunhadas, de que nem uma podemos haver à mão; depois, final-

mente, de havermos ido no dia 2 dêste Maio, à meia noite, com as nossas lanternas na mão, visitar devotamente aquêle jazigo do mudo velho, e meditar muitas tristezas no fundo daquêle fojo, sentados sôbre algumas peças de silharia desmantelada.

«O pobre fidalgo Tressilian, se já lêstes o *Kenilworth* de Sir Walter Scott, e do sr. Ramalho [1], não deveu de estar mais do que nós absorto e maravilhado, enquanto ao pé do espinheiro, no meio de um deserto, ouvia estar-se ferrando o seu cavalo por mão do ferreiro misterioso e invisível.

«Aqui havia de findar o nosso artigo, para que todos os jornais da Europa o transcrevessem, todos os sábios o comentassem, e tôdas as academias proposessem como assunto de prémio dobrado a sua explicação. Mas o que logo depois descobrimos veio desfazer em grande parte as nossas visões poéticas.

«Entre as coisas encontradas nestas ruinas apareceram (além de outras moedas, que, já dissemos, nos foi impossivel conseguir) umas trinta das portuguesas de três reis, que em sua antiguidade não excediam de século! Então nos ocorreu o grande terremoto de 1755, e o nome, que ao terreno próximo se conserva, de *pátio do Patriarca.* Esta casa podia portanto haver pertencido à vasta residência do Prelado da província. Alguma bem

(1) Alusão ás traduções portuguesas de Scott pelo Conselheiro André Joaquim Ramalho e Sousa.

J. de C.

lavrada cantaria, que da terra tem saído, e por lá está arrimada contra a parede da Misericórdia, confirma, ou pelo menos ajuda, esta presunção. As grandes ferraduras seriam pois dos urcos, que arrastavam o pesado e eminentíssimo coche, ora ao Paço, ora à Catedral. Entretanto, se é lícito chicanar um poucochinho a probabilidade em favor da poesia, sempre diremos que tão desmesurada grandeza de patas de urco, ninguem até agora, por mais viajante que fôsse, e por mais amplamente que do seu direito de viajante se servisse, se atreveu a afirmar-nos have-la encontrado em parte alguma.

« — *Terça feira ao meio dia.* — Continuam de aparecer instrumentos de ferrador; mais uma bigorna; alguns centos de cravos encrustados uns com os outros; quatro ponteiros de atarracar ferraduras; duas torquezes; quatro puchavantes; uma grosa; outro martelo; longos pedaços de cadeia grossa e forte, alguns dos quais ainda se alongam pela terra dentro contra a Misericórdia, e um chumbado na calçada do pavimento; e um farpão de ferro com três dentes, dos que se usam para arrastar estrume....

« — *Uma hora e um quarto.* — Nêste momento acaba de morrer o nosso romance do mundo velho. Apareceram quatro crânios, com as suas competentes ossadas; e no devido lugar restos de solas de calçado. Nada sai das medidas ordinárias. Essas quatro pessoas, assim como a casa, foram pois certamente vítimas do terremoto. Nos fragmentos de vestido, que se encontram junto aos ossos, não há já adivinhar a côr, nem conhecer a matéria.

Aparece uma pequena fivela redonda de calção; não se distingue o metal de que é feita; ao examinarem-na desfaz-se....

«— *Uma hora e cinqüenta minutos.* — Pedaços de caveiras, e alguns ossos cavalares, tudo de marca avultadíssima.

«— *Seis e meia.* — Para o lado da Misericórdia uma série de telhas enfileiradas; deve ser telhado abatido, por junto e sem grande desconcerto; está apenas cinco para seis palmos superior ao pavimento.

«— *Quarta feira às 9 horas da manhã.* — Continuam a aparecer argolas chumbadas na calçada, e prêsas a algumas delas pedaços de correntes. Estas argolas são em duas fileiras, que distam, uma da outra, obra de três passos. Não sabemos se ainda hoje cá se usa de tais prisões para cavalgaduras; mas consta-nos que assim as têem nas admiráveis cavalariças Reais do Hanover.

«— *11 e meia.* — Arrancam algumas pedras da calçada, e escavam para baixo. Aparece entulho. Estas ruínas já assentam provàvelmente sôbre outras ruínas.»

*

Em 12 de Maio tornava Castilho a escrever na mesma fôlha:

CONTINUAÇÃO DO ENÍGMA PARA ANTIQUÁRIOS

«Prosegue a escavação de S. Roque, sendo objecto de curiosidade e visitas de muitas pessoas.

Tôdas elas, umas pelo próprio testemunho de seus olhos, outras pela relação que os trabalhadores lhes têem feito, conhecem já a escrupulosa verdade, com que nesta parte vamos historiando.

«Hoje, têrça-feira, pelas onze horas da manhã, por debaixo dos alicerces da frontaria da casa destruida, isto é nos 13 para 14 palmos a baixo do nivel actual da rua, apareceram duas sepulturas abertas em terreno virgem, cada uma com 3 palmos de largura, e 8 de comprimento. Em cada uma destas sepulturas havia, ao de cima, obra de três cêstos de cal em pó, assente, húmida, fácil de desfazer, posta como de há pouco, e ainda em estado de servir. Numa jazia um esqueleto muito gasto, e um boião; na outra, um esqueleto, segundo parece, de mulher, com todos os dentes mui inteiros e alvos, e com êle um panelão de barro. Do calçado e vestido de ambos êstes indivíduos nada se pode dizer nem presumir, porque os fragmentos que aparecem, ao mínimo toque se desfazem. Em cada uma destas covas havia de mais alguns poucos vasos, uns de loiça, outros de vidro, uma espécie de covilhete de barro vidrado e pintado, uma como bacia funda, uma tijela, ou malga, um prato, que parece da Índia, mas grosseiro, um copo de cálix de vidro, mui ténue e leve, e com o pé vazado.

«¿Não deixarão estas particularidades pressupôr alguma costumeira hoje abolida? Povos há gentios, por essa África, onde com o morto se dão à sepultura os utênsis de caça e de comida, de que em vida se servia. Possível é também, e até mais verosimil, que fôssem aquelas sepulturas de apés-

tados, ou gente morta de alguma outra enfermidade, cujo contágio se temesse, e que assim enterrassem juntamente com o cadáver a sua loiça. Esta presunção adquire alguma fôrça, quando se adverte em que, assim na panela como no boião, se acharam restos de um pó negro, que não era terra, e que, se o houvessem aproveitado para o submeter a uma análise química, talvez se conhecesse que poderia ter sido destinado a combater a infecção.

«Para confirmar o que dizemos, não é fora de propósito um resumo do que àcêrca dêste largo, onde se fundou a ermida (depois igreja) de S. Roque, escreveu o Padre Teles na sua *Chronica da Companhia de Jesus:*

«O sitio que se escolheu foi um monte, que está fora das portas da Cidade, e cai para a parte d'Oeste; estava n'aquelle tempo todo coroado de formosas oliveiras..... N'este grande campo havia um logar mais junto á porta da Cidade, que hoje chamamos a porta de S. Roque, na qual estava o adro e cemiterio, em que se enterravam os que morriam de peste. Era o logar, por este respeito, temeroso, porque a contagião da peste ainda em caveiras seccas e em ossos mirrados se conserva, como aqui mesmo succedeu com uma trabalhosa experiencia; porque, abrindo-se os alicerces para umas mui nobres casas, que ahi fundou em nossos dias D. Henrique de Noronha, bem defronte da portaria de S. Roque, se acharam os ossos de um corpo morto, e subitamente se pegou uma febre maligna nos officiaes da obra, que em breve morreram; e o mesmo mal abrangeu ao fidalgo que fazia

as casas, o qual, posto que por então escapou da malignidade da febre que lhe deu, sempre ficou sujeito a grandes achaques, com os quaes finalmente acabou; e acho por mui bem fundado o discurso dos que ajuizavam que aquelles ossos eram de algum empestado, nos quaes depois da morte ainda vivia tão perigosa contagião.»

*

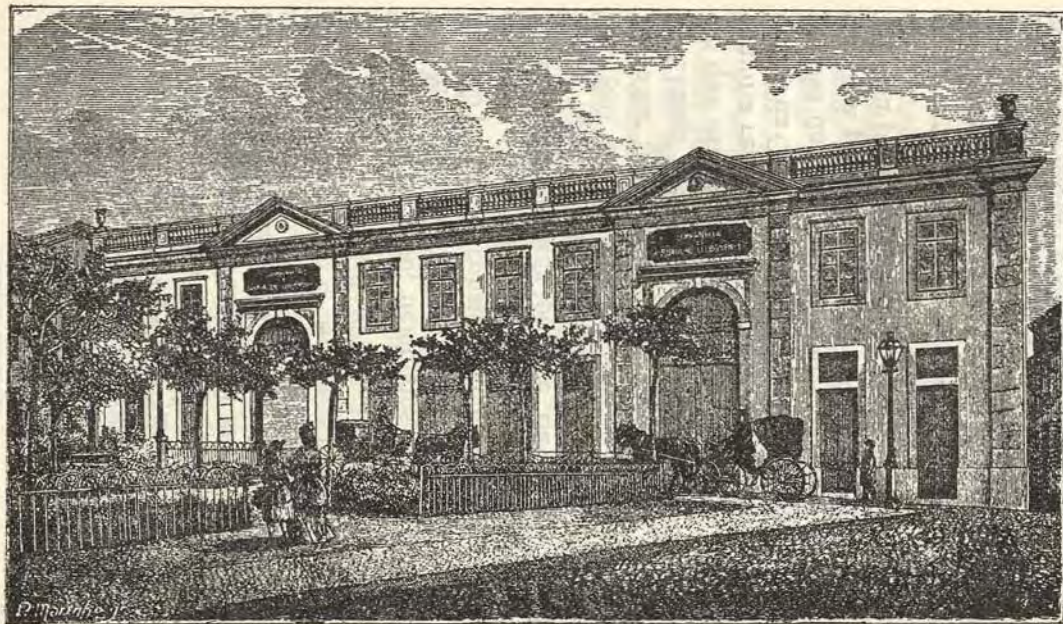
Demolido o Passo, demolidos alguns casebres, arreada a tôrre de Álvaro Pais, que o terremoto de 1755 parece ter consideràvelmente arruinado, a crer-mos o que nos mostra uma das belas gravuras da colecção gravada por Le Bas [1], dada uma feição vulgar e banal à pequenina praça, encontro em 1860, a 16 de Agosto, a seguinte proposta do vereador Severo de Carvalho aos seus colegas:

«Chamo a atenção da Câmara sôbre o estado em que está o Largo de S. Roque. Parece-me que conviria regularizar aquêle largo, que, estando no centro da Cidade, e junto à Real Casa dos expostos, precisa de uma forma regular, fazendo desaparecer uma porção de casebres que ali existe.»

Ficou para ser discutida noutra sessão [2].

---

[1] *Colecção | De algumas ruínas de Lisboa causadas pelo | terremoto e pelo fogo do primeiro de Novembro (sic) do ano 1755. | Debuxadas na mesma Cidade por M. M. Paris et Pedegache | E abertas a o boril em Paris por Iac. Ph. Le Bas... 1757.*

[2] *Arquivo Mun. de Lisboa.* — N.º 34, pág. 267.

Frontaria do pátio da Companhia das Carruagens sôbre o largo de S. Roque, no sítio do antigo palácio Nisa

Depois, em 1862, erigiu-se a «palmatória», comemorativa do casamento de el-Rei D. Luiz; e em 8 de Janeiro de 1863 resolveu a Câmara arborizar o largo ([1]).

A Companhia das carroagens edificou a sua frontaria sôbre o pátio, e todos os restos históricos desapareceram.

O que lá vemos não tem presunções, nem as pode ter; é a expressão mais simples da arquitectura lisbonense moderna, em estilo económico.

A companhia não pensava em Arte, quando encomendou aquêle tabique enganador, que se inculca frente de prédio, e pouco mais é que muro de pátio. Ainda assim, não é grotesco.

*

Projectou a Câmara Municipal, em 1836, estabelecer no largo de S. Roque um mercado de flores. Pena é que não tivesse podido realizar. Lisboa, encravada entre jardins, e entremeada de flores, devia abastecer uma feira de tal género.

É curioso aproximar dêste gorado alvitre uma antigualha quinhentista: houve por cá há quatro séculos essa mesma venda de *boninas* todo o ano à porta da Misericórdia, e noutras partes da Cidade ([2]). A coincidência é galante: à porta da nova Misericórdia em S. Roque ia pois estabele-

---

([1]) *Arq. Mun. de L.* 1863, n.º 159 p. 1270.

([2]) Nicolau de Oliveira — *Grandezas de Lisboa,* pág. 181

cer-se o tal mercado das boninas, que, hoje principalmente, bem rendoso podia ser. Era bonito, não pegou. ¡Que havia mais próprio de que uma feira de flores em proveito dos pobres, ali, onde se exerce (¡e tão bem!) a caridade de S. Vicente de Paulo!

*

O meu amigo o sr. Alberto Pimentel renovou a proposta de 1900 (salvo êrro) quando Vereador, mas o sítio escolhido foi a *Avenida da Liberdade*.

CAPÍTULO XX

Se do alto do monte de S. Roque olhar-mos para baixo, para a banda do Nascente, das janelas da Misericórdia, vemos a *Escola Académica*, edifício levantado no verão de 1863, no sítio onde, ainda em 1834, jazia «um informe cáos de ruínas», segundo um bom guia dessas paragens ([1]).

«Eram — diz êle — começando pelo alto, o muro velho de D. Fernando, e os paços dos Condes da Vidigueira; .... e........... descaindo já para o vale do Rossio, terrenos quebrados e perdidos, para onde nem já lançaram olhos os fidalgos seus senhores. Nessa porção da Cidade......... enxameavam, em pardieiros imundos e doentios, em becos enladeirados, em pátios encantados, e quási incógnitos à própria Polícia, tudo que a sociedade tem de fezes.»

([1]) Castilho — *Rev. Univ.* — T. II — *Homenagem ao antigo e ao moderno.*

*

A nossa Lisboa, que tantas e tão desencontradas revoluções convulsaram sempre, achava-se desde o terremoto cheia de empachos grosseiros, contra os quais não bastavam os trabalhos e empenhos constantes das vereações. Havia, nos sítios mais centrais, acumulações de casebres ridiculíssimos, menos que aldeões. Hesitava-se em dizer se eram ruínas deixadas de derruidas opulências, se desde o princípio cabanas de pastores e cavernas de trogloditas.

Exemplos:

Na carcassa do paço dos Duques de Bragança, ao *Tesoiro velho*, nas ruínas do palácio dos Marqueses de Marialva, ao *Loreto*, nas da sumptuosa residência dos Condes de Soure, à rua *da Rosa*, aninhara a miséria uma aluvião de casebres parasitas, baiucas esfomeadas, trôpegas, e cégas, acumuladas a esmo. Nas abas do convento do *Espírito Santo* (ao topo do Chiado, palácio Barcelinhos, onde eram em 1880 o hotel Gibraltar e o dos Embaixadores), o mesmo; e aí nem sinais havia dos prédios grandes que orlam as ruas *Novas do Almada* e *do Carmo* pelo lado do nascente; eram, ainda em 1834, umas ribanceiras, segundo me informam, cheias de erva, onde pastavam durante o dia os rebanhos convencionais dos idílios de Vergílio, Watteau, ou Pillement!

Pois o sítio que estudamos, êste de S. Roque, era do mesmo desalinhado teor da Lisboa de nossos pais.

Ao cima, como vimos, o velho palácio Nisa; mais a baixo, costeando a muralha, pardieiros de todos os feitios, junto aos quais coleava a custo a viela tortuosa e íngreme chamada calçada *do Duque.*

Foi Francisco José Caldas Aulete, sujeito enérgico e activo, Contador da Relação, sogro que veio a ser de António da Silva Túlio, quem tomando de aforamento à família Nisa o palácio arruinado de

ANTÓNIO DA SILVA TÚLIO
Retrato em sombra tirado a 15 de Novembro de 1875

S. Roque, começou com certo bom gôsto o despejamento e arborização do pequenino largo que fica no tôpo da rua *da Condessa*, e a edificação do palácio, hoje afogado nas informes construções da Escola Académica. A iniciativa de Caldas se deve a completa metamorfose daquela encosta. Das obras dêle pouco se pode já apreciar, porque a Escola demoliu em parte, e em parte recobriu, o que encontrou.

Caldas aforou, como disse, o palácio arruinado, o chão em que estava a Tôrre de S. Roque, e tôdas as barracas que se alastravam no largo, ali feitas a pouco e pouco desde o terremoto. Mas a Câmara, que planeava desobstruir aquêle concorrido sítio, intimou-o a demolir, dando-lhe, para o indemnizar, a pedra e alvenaria da demolição, e mais os sobejos do chafariz do Carmo para êle encanar para a sua casa.

Em maio de 1837 andava Caldas muito aceso na sua edificação, e começava nêsse verão a demolir as baiucas do largo, ao passo que a Vereação erguia a picareta contra a venerável tôrre de Álvaro Pais. Quiz êle salvá-la, apresentou oferecimentos, mas não foi atendido. ¿Que fez então? restaurou, reparou com todo o carinho, o lanço da muralha. Êste lanço descia ao longo da calçada do Duque, e ia passar ao fundo do pátio do Caldas, a cavaleiro do seu palácio novo. O palácio era abarracado para a banda dêsse pátio, e dominava para o Nascente a ribanceira sôbre o Rossio. Na muralha, conscienciosamente reparada, embebeu Caldas uma lápide, que dizia:

ESTE LANÇO DO MURO, QUE
EL-REI D. FERNANDO ACABOU
EM 1413 FOI CONSER-
VADO E REPARADO POR
FRANCISCO JOSÉ CALDAS AULETE
EM 1840

Aquela data 1413 é o ano cristão 1375 reduzido à era de César.

Foi então que na sua *Revista Universal* comemorou o fino espírito de Castilho êste acto patriótico, dedicando-lhe o artigo *Homenagem ao antigo e ao moderno* ([1]).

Lembro-me bem de tudo isso, que ainda conheci, e que os meus curiosos e atentos vinte e três anos viram mascarar ou demolir.

Acudi-lhe a tempo; e uma bela manhã (foi por sinal a 3 de Maio de 1863), abalei de casa com a minha pasta de desenho, e postado a um canto copiei o que existia.

Começavam talvez noutras partes do edifício as demolições, mas ainda não tinham mascarado com camaratas de colegiais os lanços da histórica muralha.

Nos grandes plátanos enfezados chilreavam pássaros saüdosos de campo; a muralha falava me nas guerras do século XIV; na rua uma varina apregoava, vindo do Rossio.

Eu tratava de enfeixar um derradeiro ramalhete de saüdades... e desenhava.

*

O largozinho a meio da calçada *do Duque*, aonde desemboca a rua *da Condessa*, era um sítio lindo (¿quem tal crerá hoje?) com um *quid* de nobreza e distinção, que em poucas paragens de Lisboa se

---

([1]) Tomo II.

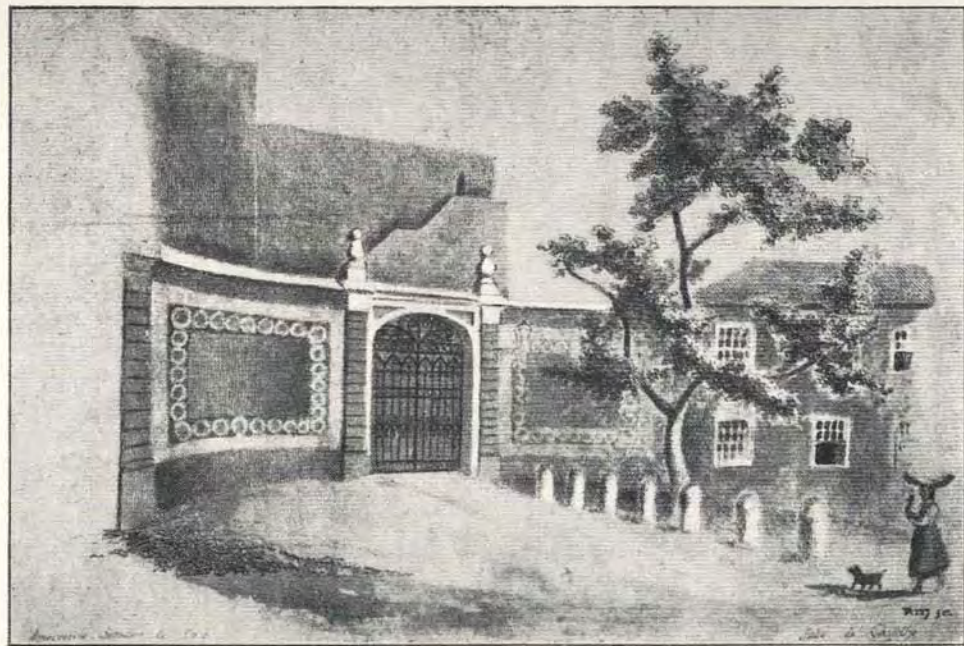
encontrava. À esquerda a muralha colossal do palácio Nisa com o seu cunhal e embasamento de lioz. Ao fundo, com umas heras pendentes, aqui, ali, um farto lençol da muralha militar de el-Rei D. Fernando. Lembra-me que se abria lá no alto uma pequenina porta ogival, pura *idade média*, no tôpo de uma estreita escadaria de pedra com anteparo, em lanços, ao rés do paredão. Aquela linha extravagante e inesperada quebrava a monotonia do tisnado muro, e compunha.

O pátio ajardinado e sombrio, para o qual se entrava por um belo portão, era o digno átrio de tão recatada residência, sumida à banda do nascente, e dominada pelas ameias pitorescas da muralha.

Aos lados da entrada da casa, dentro no pátio, dois leões colossais de pedra, outrora pertencentes à quinta do Marquês de Ponte do Lima em Mafra. Todo o muro exterior junto ao portão, sôbre a rua, tinha sido pintado pelo nosso insígne e fantasioso Cinatti [1]; eram rosaças, e ornamento a claro-escuro e azul, do mais apurado gôsto.

¡Por dentro, que vivenda luxuosa e elegante! Os belos salões e os magníficos terraços caíam sôbre uma densa mata chilreada, e disfrutavam,

---

[1] Falecido no verão de 1879. Aproveito a ocasião para tributar à memória do grande cenógrafo a homenagem da minha admiração e da minha saüdade. Poucas almas de artista haverá, e terá havido, no mundo, tão nobremente dotadas como aquela.

Fragmento da muralha de el-Rei D. Fernando sôbre o antigo pátio da *Escola Académica* no largo da calçada do Duque em frente da rua da Condessa. A casa que se vê à direita e que ocupava grande parte do pátio, foi demolida

como pano de fundo, através da rôta cortina verde florida dos arvoredos, a nobre vista da Alcáçova, e sôbre a esquerda a mata do Duque do Cadaval. Foi arquitecto o cenógrafo italiano Luigi Chiari, já então velhíssimo, domiciliado em Lisboa, e em 1820 um dos empresários da Companhia do Real Teatro de S. Carlos (1).

O vestíbulo de entrada, que era oitavado, pintou-o o nosso André Monteiro, assim como a casa de jantar, adornada de caçadas e paìsagens. Finalmente, foi o brilhante pincel de José Francisco de Freitas, que encheu de flores as paredes das salas, cujos magníficos espelhos tinham pertencido à Rainha a senhora D. Carlota Joaquina de Bourbon, e provindo do Ramalhão.

*

No palácio do Caldas várias pessoas conhecidas habitaram, além dos proprietários, que ali estiveram muitos anos.

---

(1) *Gazeta de Lisboa.* — N.º 313 — de 30 de Dezembro de 1820.

Vi dêste mestre uma pintura a tinta da China na casa do despacho da igreja do Loreto, representando as exéquias de um Papa no século XVIII, celebradas naquêle templo; e possuí duas magníficas aguarelas dêle, de grandes dimensões, peregrinamente tocadas, e assinadas L. C.; representava uma o Arco de Tito, em Roma, e a outra uma escadaria monumental. Belíssimas páginas, onde corriam parelhas o desenho e a côr.

Sei do Ministro de Espanha Conde de Colombi, de Costa Lobo, Par do Reino, do Visconde da Praia, do Conde de Claranges-Lucotte, e lembro-me de lá ter ido com meu pai várias vezes visitar o eloqüente Alcalá Galiano, Ministro da Rainha Isabel II.

*

Sôbre o pátio, ao lado do portão, no sítio onde hoje é a gradaria, alvejava uma elegante casa independente, clara, pintadinha, (hoje demolida) onde viveu em 1838, 39, 40 e 41, o poeta dos *Ciumes do bardo*, e onde se escreveram os *Quadros históricos de Portugal.*

*

No verão de 1863 começava o activo e honrado António Florêncio dos Santos, proprietário e director do afamado colégio Escola Académica, a reforma completa do sítio e do palácio, que era seu por compra. Tudo mudou, conforme as exigências do aumento do colégio. O pátio acrescentou-se com a demolição *solo tenus* da casa onde morou Castilho; a muralha da cêrca fernandina desapareceu mascarada de novos paredões; o próprio palácio, com a superposição de vários andares, perdeu o cunho, e amesquinhou-se. O que lá vemos hoje é a negação da arquitectura e da poesia.

Consta-me que o arquitecto desta reedificação foi Miguel Evaristo de Lima Pinto, aliás homem de talento e saber (1).

---

(1) Em *O Carmo e a Trindade*, no volume III, a páginas 171 a 174, o anotador, baseando-se no texto dêste capítulo de Júlio de Castilho, dá mais algumas notícias dos restos do palácio Nisa, da casa de Caldas Aulete, da muralha da cidade e da Escola Académica de António Florêncio dos Santos. O que não disse, porque até então o não tinha apurado, é que a ruína do solar citadão dos Vidigueiras, é que êstes restos desmantelados estiveram para ser aproveitados para no seus chãos se erguer o projectado Teatro Nacional, ideado por Garrett e por Joaquim Larcher, de 1836 a 1840. À comissão nomeada em 17 de Novembro de 1840, além de uma proposta de Joaquim Severiano Maciel, procurador dos Marqueses de Louriçal, que oferecia para a edificação do novo Teatro, o terreno da Anunciada, foi feita outra por Caldas Aulete, oferecendo o terreno da Calçada do Duque, onde estivera o Teatro de S. Roque e o palácio Nisa. Com os demais terrenos em vista (oito), foi êste vistoriado por peritos, e preferido, ao princípio, com o da Igreja de S. Francisco, embora fôsse quantiosa a demolição da muralha da cidade que ali existia. Como o caso se demorasse a resolver, Aulete apresentou nova proposta, fez-se sôbre ela novo orçamento, e o arquitecto João Pires da Fonte chegou a fazer um projecto, em Janeiro de 1841. Ainda depois desta data, o foreiro dos Vidigueiras apresentou terceira proposta, reduzindo o custo da aquisição. Na classificação final do do concurso de locais para o projectado teatro, o terreno de S. Roque foi classificado em segundo logar, tendo-se orçado a sua aquisição em 18 contos de réis, e o custo da obra entre 60 e 70 contos. Garrett preferia, porém, o palácio da Inquisição ao Rossio, e foi ali que se veio a fazer o Teatro da Glória depois de D. Maria II. Em 1845, parece que Aulete não tinha ainda desistido de dar êsse destino à ruína do palácio, pois nêsse ano Emílio Doux e o seu sócio Manuel Luiz, andaram por lá a fazer cálculos e medições. Tudo isto, desenvolvidamente, se trata no trabalho do anotador, em via de publicação, intitulado «O Teatro Nacional D. Maria II».

CAPÍTULO XXI

Uma das igrejas de que mais gosto em Lisboa é o templo de S. Roque, no largo do seu nome.

Quem abrir o tomo II da *Crónica da Companhia de Jesus na província de Portugal*, encontrará a descrição minuciosa da casa professa; quem comparar o estado actual do templo com o que diz no seu estilo quente e florido o Padre Baltasar Teles, verá a probidade, a elegante singeleza com que o autor tratava o assunto.

Não admira. Baltasar Teles era inteligência culta, vivia ali, tinha tudo aquilo por seu, copiava com lazer, e, para coroar tantas circunstâncias propícias, era artista; o Belo seduzia-o.

Vários autores têm tratado desta igreja; por isso, nada tendo que dizer a mais, não me alargarei descrevendo-a. Repito, antes de começar, que teve a fortuna de não ser muito deturpada, em três séculos e tanto de existência, pela broxa dos caiadores, nem pelo colherim dos estucadores.

Há talvez, em certos sítios, doirados de mais, me parece; a talha em pau Brasil ou em cedro é tida por pouco artística, se não esconde sob uma camada de oiro os seus tons quentes de sépia, que, realçados por uns sóbrios filetes doirados, são (a meu vêr) tão nobres, e tão adequados à ornamentação religiosa!

Os acrescentos que sucessivamente se têm feito à primitiva traça, foram contudo dignos dela: paineis de Avelar Rebelo, André Reinoso, Bento Coelho, Vieira Lusitano; azulejos preciosos, dos melhores que tenho encontrado; finalmente uma jóia como a célebre capela de S. João, obra de Vanvitelli, e onde não se sabe escolher entre a valia dos quadros de Miguel Ângelo, Guido Reni, e Rafael, reproduzidos em mosaico, e a dos candelabros, lampadários, e colunas, de bronze e pórfido, de ametista e lapis-lázuli. Em suma: é tudo aquilo um conjunto de optimo e finíssimo sabor, para quem se deleita com os regalos da Arte.

Já ouvi falar em demolir esta igreja histórica. ¡Fóra com tantas demolições! Os antigos bem grandes foram, e respeitaram as memórias. As nulidades modernas, inchadas e balôfas, só cabem em avenidas, e para isso arrazam tudo.

*

A igreja velha de S. Roque aparece-nos figurada na vista-plano de Braunio (século XVI). É um pequeno templo de frontaria bicuda, com uma janela, ou fresta, circular em cima, e uma só porta;

tôrre ao Poente. Por trás vêem-se anexos em volta de dois claustros, ou terreiros. foi essa talvez a forma primitiva da casa professa. À esquerda, um pouco em segundo plano, vê-se uma edificação nobre, com feição rural, e que será talvez a habitação quintaneira dos Alteros. Mais longe os Moinhos de vento.

Igreja de S. Roque no século XVI, ampliação de um fragmento da vista-planta de Braunio

Estas indicações gráficas das vistas antigas não devem porém ser tomadas à risca. Aceitemo-las apenas como documentos conjecturais.

Pergunto:

¿As gravuras e litografias modernas, modernissimas, do *Universo pitoresco*, do *Arquivo pitoresco*, e outras publicações, podem acaso ser aceitas como depoimentos de irrecusável autenticidade? tanto, como muitos retratos de pessoas comtemporâneas, aí espalhados em livros e periódicos.

E o curioso é que os vindoiros têm de aceitá-los, como nós aceitamos os dos *Varões e Donas*, e os das pedras tumulares. Mas a maioria dessas fisionomias são tão semelhantes, como os desenhos de edifícios antigos. Êsses desenhos, feitos cá, sabe Deus como, eram mandados lá para fora. As inexações do desenhista acrescentavam-se com as do gravador. Nas minhas colecções tenho bastas provas do que digo; é indispensável pois, repito, a maior cautela no estudo artístico dêstes depoïmentos gráficos.

A melhor maneira de legar-mos aos pósteros materiais, seria haver nas Câmaras Municipais grandes albuns, onde se fôssem arrecadando fotografias bem exactas, e variadas, dos edifícios públicos e particulares, antes de qualquer demolição ou restauração, conservando-se também as suas plantas e os seus alçados, sem querermos saber se se trata de edifícios célebres, ou não. Tudo interessa à História. O sr. José Inácio Dias da Silva, há poucos anos Vereador, propôs isso tudo, com muito critério, mas não foi ouvido.

Basta por agora; voltemos a S. Roque.

*

Sôbre o largo apresenta hoje esta igreja a sua frontaria singela, estilo dorico de mestre de obras português. Nada a recomenda. Temos a casca modesta de um riquíssimo fruto, colorido, saboroso, perfumado.

O adro gradeado é mesquinho e sensabor. Os adros antigos tinham em geral umas linhas horizontais grandiosas, que harmonizavam bem com as verticais das pilastras, e serviam de base à frontaria. O sucessivo aumento da população das ruas, o movimento crescente da Cidade, têm obrigado as municipalidades a reduzir quási todos os adros dos templos de Lisboa.

Frontaria da igreja de S. Roque, e monumento ao casamento de el-Rei D. Luiz

Êste de S. Roque foi incomparàvelmente maior do que é; ocupava talvez um têrço da praça há algumas dezenas de anos. Pouco se perdeu com o corte; o que me assusta é que algum dia o adro

do mosteiro da Estrêla e o de S. Vicente se amesquinhem também, à voz de um qualquer demolidor das Obras públicas; e isso é que seria lástima.

Por baixo do antigo adro corria um vasto carneiro com uns respiradoiros estreitos sob os degraus.

Uma vez... (contou-me isto meu Pai, em cuja meninice, creio, se deu êste caso) levaram para ali a enterrar uma pobre mulher que julgavam morta, e que estava apenas cataleptica. ¿ Passados dias, vão a entrar no carneiro com outro morador, e que hão-de vêr? a pobre mulher, que, tendo acordado do ataque, e reconhecido nas trevas todo o horror da sua situação, conseguira a poder de esforços sair do caixão mal cerrado, e se arrastara até uma fresta, por onde coava um raio de luz e um bafejo de ar. Fartara-se talvez de chamar, com a sua debil voz de moribunda, e a final, sòzinha com as suas lágrimas, apagara-se de vez. Ali a encontraram, pálida, hirta, embrulhada na mortalha como quem tirita de frio, e na postura mais resignada que se pode imaginar, encostada às mãos, ralada e desfeita de padecer só consigo.

Êsse carneiro, fabricado em princípios do século XVIII, ou fins do XVII, era jazigo da Irmandade de Nossa Senhora dos Agonisantes. O adro que o recobria tinha três degraus acima da linha do solo (¹).

(¹) *História de Lisboa.* — Mss. A-4-II da Biblioteca de Lisboa, fl. 115 v.

*

A propósito: não são demasiadas tôdas as atenções que a êstes enterramentos prematuros consagre a medicina legal. Estão-me lembrando as judiciosas considerações que no assunto escreveu o douto Feijóo no *Teatro crítico*, e também numa das suas *Cartas eruditas*, e os casos que êle narra, verídicos, e autenticados com a sua palavra honesta. São dramas, são tragédias de arripiar as carnes. ¡Cuidado pois, mil cuidados, nessas melindrosíssimas conjuncturas!

Em Santarém enterraram vivo um Védor da Rainha Santa Isabel; costumava ter uns acidentes, que lhe duravam vinte e quatro horas; e isso é que enganou o coveiro. Abrindo-se depois a cova, encontraram o morto colocado de ilharga; consternada a Rainha mandou-o levar para a sua igreja de Santa Clara a velha, em Coimbra, onde se via o túmulo, com a estátua jacente, armada, e deitada para a banda [1].

¿E ultimamente, na Graça, não se encontrou o cadáver mumificado de uma Marquesa de Angeja saído fora do caixão, e arrumado a uma porta do jazigo, aonde a levou o seu desesperado acordar de amortalhada?

*

¡Era a 7.ª Marquesa, D. Maria do Carmo de Noronha de Camões e Albuquerque, criança de

---

[1] Luiz Montez Matoso — *Memórias sepulcrais* — mss. em poder do sr. Conselheiro Venâncio Deslandes.

vinte anos, dada por morta a 15 de Julho de 1833 por ocasião da cólera-morbus, e enterrada viva!

Foi o meu amigo Júlio Carlos Mardel de Arriaga quem, dirigindo na Graça pesquisas relativas a Afonso de Albuquerque, a encontrou, diz o *Diário de Notícias* de 22 de Outubro de 1900, «na escada do carneiro, em posição que denota os grandes esforços, que a desditosa dama empregou para levantar a pesada lousa que a separava do mundo dos vivos».

Isto entra nêste logar como simples acessório. As buscas na Graça hão-de a seu tempo ser relatadas e discutidas em alguns dos subsequentes volumes. É êsse outro triste capítulo da história do nosso desleixo, já de séculos, no que se refere às cinzas de homens ilustres.

Em sessão de 25 de Setembro de 1863 mandou a Câmara Municipal fôsse remetido ao Provedor da Misericórdia o projecto para um novo adro, formulado segundo as exigências da comodidade pública pelo habilíssimo engenheiro, meu saüdoso amigo, Pedro José Pezerat. Para essa obra deu a Câmara 50$000 réis [1].

*

Segundo disse, a frontaria sôbre o largo é simples e pobre, como a roupeta. O tímpano é ridículo; renascença de cal e areia. Já assim

---

[1] *Arq. Mun. de Lisb.* — 1863 — n.º 197, pág. 1572.

no-lo deixa vêr a gravura de Lempriere, século XVIII, e pouco difere, ou nada da actual feição.

O campanário não aparece; era isso moda jesuítica; não a sei explicar, mas vejo-a quási sempre seguida no debuxo dos templos da Companhia.

Sabe-se porém pelo antigo Padre Duarte de Sande, no seu curioso escrito *Lisboa em 1584*, que esta igreja possuia «uma tôrre de admirável altura», a qual se avistava de quási tóda a Cidade, e tinha magníficos sinos (1). Abateu.

S. Roque no século XVIII segundo um trecho da gravura de Lemprière

S. Roque modernamente, segundo fotografia

*

Vejamos o que, por sua parte, dizia da igreja de S. Roque o antigo viajante francês Monsieur de Monconys:

«Não será fóra de propósito — escreve êle — falar da casa dos Jesuitas; edifício novo e todo de cantaria. Nos dormitórios para onde dão as

(1) *Arq. Pit.* — T. IV, p. 92.

celas vêm-se capelas revestidas de oiro. O templo é assaz vasto, ornado de muitos e grandes quadros emoldurados, representando a vida de Santo Inácio. É pequena a sacristia, mas bela, com abóbada de oiro e azul e boas pinturas; em volta, junto às janelas, vêm-se paineis da vida de Santo Inácio, e mais a baixo a de S. Francisco Xavier em molduras de ébano [1].

---

[1] *Voyages* de M. de Monconys, T. IV, p. 33.

CAPÍTULO XXII

Quem penetra no templo de S. Roque, vê um edifício de uma só nave, largo, extenso, fàcilmente compreensivel no seu conjunto logo à primeira inspecção, e grandioso apesar de modesto.

A impressão que se experimenta é um certo agrado, uma influência de pensamentos puros, um equilíbrio nas faculdades estéticas.

Aquêle todo não nos arrebata, como os Jerónimos; domina-nos.

Examinemos.

*

São catorze as capelas. Começando por cima temos a principal, em plano superior ao corpo do templo.

Para baixo as duas colaterais, a saber: do lado do Evangelho: a dos Santos Mártires, e a de Santa Rita; do lado da Epistola: a de Nossa Senhora do Pópulo, e a de Santa Quitéria.

Capela de S. João Baptista em S. Roque

Depois as do corpo de igreja.

Começando de cima, do lado do Evangelho: a de S. João Baptista, a da Senhora da Piedade, a de Santo António, e a de Jesus Maria José; do lado da Epistola: a do Santíssimo Sacramento, a de S. Roque, a de S. Francisco Xavier, a de Nossa Senhora da Doutrina.

*

Na sacristia admiram-se, sôbre os caixotões da parte direita, quadros de André Reinoso representando passos da vida de S. Francisco Xavier ([1]).

Nessa mesma sacristia existem hoje dois formosos quadros em ponto pequeno, retratos de el-Rei D. João III e de sua mulher a Rainha D. Caterina. Há divergências de opinião quanto ao autor: o Abade Castro no seu opúsculo atribui-os a Cristóvam de Utrecht ([2]); Raczynski duas vezes declara serem de António Moro.

*

Muitas e interessantes sepulturas se encontram nêste piedoso edifício.

([1]) Cirilo — *Memórias,* pág. 74.
([2]) Pág. 256.

*

Os dois retratos, de el-Rei D. João III e da Rainha D. Catarina, de pequeno formato, existentes na sacristia de S. Roque, atribuidos pelo abade Castro, a Cristóvam de Utreck, e por Raczinski, a António Moro, não são senão

Para as descrever deveria chamar em meu auxílio o meu estudioso e honrado amigo, e compadre, o sr. António César Mena Júnior, a quem coube há anos a honra de restaurar o templo, por incumbência do Provedor, que então era, o talentoso D.or Tomaz de Carvalho. Tomaz de Carvalho, um dos espíritos mais sagazes que tenho conhecido, adivinhou no sr. Mena, Condutor de Obras públicas e minas, um verdadeiro Engenheiro, em quem sobrava o zelo, o conhecimento técnico, e o respeitoso amor da antiguidade. O que ali realizou êste digno comissionado do Provedor, desde 12 de Outubro de 1893 até 18 de Junho de 1894, explica-o lucidamente o seu folheto *Memória justificativa e descritiva das obras executadas na Igreja de S. Roque.*

¡ Oxalá todos os Condutores e Engenheiros motivassem ao público as suas tarefas, e o podessem sempre fazer com tanto desassombro e tanta consciência do dever cumprido!

Sim, o opúsculo do sr. Mena, tão conscienciosamente elaborado, deveria servir-me de tanal, assim como outro livro, em via de publicação, a

---

cópias (atribuidas pelo falecido dr. José de Figueiredo, ao pintor régio Cristóvam Lopes) dos originais de Moro. O de D. Catarina encontra-se no Museu do Prado, e o de D. João III, que foi comprado em Londres, pelo coleccionador José Lazarus, pertence hoje ao Estado Espanhol, por legado feito no testamento do falecido antiquário. Cópias dos mesmos retratos são os que se encontram no Museu das Janelas Verdes e na Igreja da Madre de Deus. *(Nota de M. S.).*

História da Misericórdia de Lisboa, pelo sr. Vítor Ribeiro, também amigo meu, escritor já erudito, e digno empregado da Contadoria da Santa Casa. As obras dêsses dois guias, se me fôsse lícito reproduzi-las na íntegra, contentariam os mais exigentes. O sr. Mena percorreu o templo com olhos de técnico, mas limita as suas considerações ao seu ponto de vista; o sr. Ribeiro encarou o assunto pelo lado histórico, e, depois de compulsar centenas de documentos, traça a monografia do edifício e suas dependências. Eu não diria tanto como êstes dois estudiosos moços; prefiro pois passar de leve sôbre a matéria, remetendo os trabalhos dêles os leitores curiosos. A obra do sr. Mena corre impressa há anos; a do sr. Ribeiro está para saír dos prelos da Academia Real das Ciências [1].

Entretanto, ainda com o perigo de me encontrar com o que já está dito, e bem, acrescentarei algumas notícias.

*

A meio do cruzeiro, em frente do arco da capela-mór, jazia D. Tomaz de Almeida, 1.º Patriarca de Lisboa. O sítio da sepultura conhecia-se apenas por um apainelado ou moldura de pau santo com faixa de espinheiro. Por causa das obras do novo côro da capela-mór, foi necessário levantar a campa.

---

[1] Maio de 1902.

O sr. Mena achou uma pequena cova revestida de tejolo, e nela um caixão de chumbo com as armas dos Almeidas e êste epitáfio:

DOM.
THOMAS
S. R. E.
PRESBYTER CARDINALIS
PATRIARCHA LISBONENSIS I.
VIXIT ANNOS LXXXIII
MENSES V. DIES XVII
OBIIT DIE XXVII FEBR.
MDCCLIV
REQUIESCAT IN PACE

Tudo foi cuidadosamente restaurado, revestida de cimento a cova, concertado o ataúde, cuja face inferior se achou inteiramente destruida pela humidade; e o antigo epitáfio da lápide sepulcral em letras de bronze lá ficou pregoando emfàticamente os feitos dêsse fastuoso e activo Patriarca. Por muito extensa não se transcreve aqui a inscrição, que o sr. Mena conservou na sua *Memória justificativa* [1].

*

Na capela do Santo Crucifixo jaz o Padre Luiz Gonçalves da Câmara, confessor de el-Rei

[1] Pág. 34.

D. Sebastião, e irmão do célebre Escrivão da puridade, Martim Gonçalves da Câmara ([1]).

*

Numa sepultura rasa do cruzeiro foi em 1746 sepultado o virtuoso Bispo de Leiria, D. Álvaro de Abranches, cuja morte aos 85 anos parece ter-se revestido de circunstâncias notáveis e extraordinárias ([2]).

¿E onde (perguntam o patriotismo e a saüdade) onde podemos venerar a campa de benemérito Jesuita e escritor Padre Baltasar Teles, falecido nesta casa a 20 de Abril de 1675 ([3])?

> ¿«Onde jaz, Portugueses, o moimento,»
> que do grande Cronista as cinzas guarda?

Fica o brado sem resposta.

*

A igreja, respeitou-a o terremoto. A portaria, a cimalha do frontão da igreja, a tôrre antiga do relógio, e poucas mais oficinas aluiram, ou ficaram muito danificadas ([4]).

Nessa mesma tristíssima ocasião estabeleceu-se na cêrca de S. Roque, como em várias outras partes, um hospital para os feridos ([5]).

([1]) Barb. Mach. — *Bibl. Lusit.*, Tom. III, pág. 104.
([2]) *Gazeta de Lisboa* n.º 17, de 26 de Abril de 1746.
([3]) *Ano histórico* — T. I, pág. 495, n.º IV.
([4]) Moreira de Mendonça, *Hist. dos terrem.* pág. 131.
([5]) Mor. de Mend. — *Hist. dos terrem.* pág. 123.

*

Quando subo a rua *Larga de S. Roque*, e vou mais aceso em recordações da Lisboa que desapareceu, lembram-me as devoções de nossos maiores, e nomeadamente as dos nossos Soberanos.

Um dia, a 3 de Dezembro de 1729, dirigiu-se a Rainha D. Maria Ana de Austria com a Princesa D. Mariana Vitória, mulher do Príncipe D. José, e a Infanta D. Maria Francisca, à igreja da Casa professa. Assistiram à festa, e comungaram. Quando os coches desciam a rua *Larga*, encontraram-se com o cortejo do Sagrado Viático levado pelo Vigário da próxima freguesia da Encarnação. Apearam-se logo as Pessoas Reais, ajoelharam tôdas na calçada com a comitiva, e acompanharam depois a pé até à paróquia (¹).

Êstes exemplos, vindos de tão alto, são a melhor das prédicas. Reis sem muito sentimento religioso..... não são Reis.

Sua Majestade o actual Imperador da Alemanha, Guilherme II, pensador coroado, que tanto a sério toma o seu pesado ofício, êsse bem alto proclama nos seus discursos e nos seus actos tôda a importância que dá ao culto. Protestante por sangue e educação, venera o Imperador ao Augusto Chefe espiritual dos católicos, e inclina se (¡ êle tão grande!) àquela Majestade soberana.

A sua atitude tolerante, respeitosa, dedicada, não glorifica só o Supremo Pontificado de Roma; eleva e glorifica o Imperador e o seu poderoso Império.

(¹) *Gazeta* n.º 49, de 18 de Dezembro de 1729.

CAPÍTULO XXIII

As festas em S. Roque foram sempre, por antiga tradição, das mais freqüentadas e queridas do alto público de Lisboa. Que o diga com os seus toantes uma cançoneta, cuja linda melodia popular os campanários não esqueceram, e que remonta aos anos em que era elegantíssimo trajo dos *faceiras* e *franças* o lusitano capote de pano com seu cabeção; toga peninsular de que nem vestígios restam. Cantavam assim as nossas trisavós dedilhando na viola:

Passarinho trigueiro,
põe-te no ramo;
quando vires que é noite
vem-te chegando.

Toque! toque! toque!
vamos a S. Roque!
ver os peraltas
se teem capote.

Se aquelas paredes podessem falar, elas nos contariam o esplendor das festividades admiráveis ali celebradas, e onde o espírito dos populares

e dos nobres tinham o mais suave refrigério. Num discurso por mim proferido na séde da benemérita Associação da Mocidade Católica, descrevi minuciosamente uma dessas solenidades, em que a Religião e a Arte refulgiam em comum.

Em 22 de Novembro de 1772 assistiu aí à festa de Santa Cecília o viajante inglês Twiss. Conta que a cerimónia durou três horas; a música era de Jomeli, nada menos; a orquestra estava disposta no côro por cima da porta; eram dez sopranos masculinos da Real Capela; de um lado dezasseis rabecas, seis rabecões, três contrabaixos, quatro violas de arco, dois oboés, uma trompa de caça, e uma trompeta; ao meio quarenta cantores em côro; do outro lado a mesma coisa. O 1.º rabeca era Grœnmann, um Alemão; e dirigia tôda a manobra o célebre David Peres [1].

Além dos bons executantes que vinham de fora, tinha a casa professa boa prata de seu; o Padre Cristóvam da Fonseca, falecido em 1728, foi insigne contrapontista, mencionado e elogiado por Barbosa Machado [2].

*

Se muita vez a boa música ressoou na abóbada de S. Roque, também a sagrada eloqüência a fez vibrar; ali se elevou a grande altura a voz eloqüentíssima do nosso primeiro orador, o Padre António Vieira. Em 1642 ali prégou o sermão das quarenta horas.

---

(1) *Voyage en Esp. et en Port.* en 1772 et 1773, pág, 9.
(2) *Bibliot. Lusit.*

Padre António Vieira

CAPÍTULO XXIV

Hóspedes notáveis da casa professa dos Jesuitas, há muitos.

*

El-Rei D. Sebastião muitas ocasiões visitou esta casa. Uma vez, na guarda de um Missal que ofereceu aos Padres, escreveu de seu punho estas palavras:

«Padres, rogai a Deus me faça muito casto, e muito zeloso de dilatar a sua Santa Fé por tôdas as partes do mundo» ([1]).

Outra vez, «sendo muito menino foi achado com lágrimas em uma Capela da Igreja de S. Roque de Lisboa — diz António de Sousa de Macedo ([2]); — e perguntado porque chorava, respondeu que estava pedindo a Deus que o fizesse seu Capitão».

([1]) *Gabinete histórico* — T. II, p. 284.

([2]) *Domínio sôbre a fortuna* — citando a dois autores.

*

Quando, em 1679, depois da sessão inaugural, começaram as antigas Côrtes do Reino os seus trabalhos, cada um dos três *braços* (Clero, Nobreza, e Povo) celebrava as suas conferências separadamente. A casa professa de S. Roque foi escolhida em Dezembro para o corpo da Nobreza [1].

*

Aqui mesmo foram hospedados em 1722 três Embaixadores do Rei Teocaufo de Tulanac, o mais poderoso da ilha de S. Lourenço de Madagascar [2].

*

Muitas outras Pessoas Reais aí estiveram, já em festividades religiosas, já em visitas sem aparato, de que tenho apontamento; citarei apenas a já mencionada Rainha D. Maria Ana da Áustria a 29 de Agosto de 1714, oferecendo a Deus o recém-nascido Príncipe D. José, depois Rei [3].

*

Nestes sítios de S. Roque, não se sabe em que prédio, nem em que rua, nem sequer para que banda, morou Manuel de Sousa Coutinho (Frei

---

[1] *Hist. gen. da C. R.*—Provas—T. V, pág. 337.
[2] *Hist. gen.*—T. VIII, p. 268.
[3] *Hist. gen.*—T. VIII, pág. 337.

Luiz de Sousa) com sua mulher D. Madalena de Vilhena. Quem descobriu tão preciosa notícia, e pela primeira vez a deu a público, foi o infatigável e fecundo investigador e escritor o sr. Dr. Francisco Marques de Sousa Viterbo, na sua obra sôbre os dois conjuges, só felizes em terem inspirado a Garrett a sua obra monumental.

«O primoroso fidalgo — escreve o sr. Sousa Viterbo — [1] vivia com sua mulher nas suas casas de Lisboa, a S. Roque, freguesia do Loreto.»

O documento que diz isso, e que o autor traslada sob o n.º XIV, é um contrato celebrado em Almada a 10 de Julho de 1595.

¡Ditoso quem podesse um dia autenticar a residência do eminente prosador da *História de S. Domingos!* e ditosos nós, como nação, se um dia conseguíssemos vencer a nossa indiferença por tôdas as glórias, assinalando-as enquanto é tempo!

*

Depois da bárbara expulsão dos Jesuitas pelo Marquês de Pombal, foi a casa de S. Roque, com tôdas as suas oficinas e pertenças, doada por Carta régia de 8 de Fevereiro de 1768 à Santa Casa da Misericórdia [2]. As rendas da Confraria de S. Roque foram não menos doadas à Misericórdia por Alvará de 31 de Janeiro de 1775 [3].

---

[1] Pág. 16.
[2] Manuel Fernandes Tomás — *Repertório.*
[3] Manuel Fernandes Tomás — *Repertório.*

*

Em 29 de Maio de 1842 deu se na igreja de S. Roque um curioso descobrimento. Foi isto:

Mandando a Comissão administrativa da Santa Casa remover um grande retábulo da capela colateral da banda da Epistola, descobriram-se por trás umas portas, que se abriram, e revelaram, com maravilha dos assistentes, um espaçoso vão, ou nicho, cujos lados, fundo, e abóbada, se achavam guarnecidos de relíquias e imagens.

Suspeitando-se que na capela colateral correspondente houvesse depósito análogo, fez-se a busca, e igual tesoiro se encontrou.

Castilho noticia êste facto na sua querida *Revista Universal* ([1]), e acrescenta:

«Recorrendo ao Padre Baltasar Teles, Cronista da Companhia de Jesus, para tomarmos alguma luz sôbre estas antigualhas (que visivelmente o eram, e mui subidas), achámos que o Conde de Ficalho fôra peregrinar por quási tôdas as partes da Cristandade à colheita de relíquias; as quais, em grande cópia obtidas, voltando a Castela, mandára engastar custosamente. Receando porém que, por algum sucesso, se viessem por sua morte a perder tantas preciosidades, traçou pelo seguro deixá-las a algum convento, e preferiu a casa de S. Roque. A 22 de Outubro de 1553 se efectuou o donativo, havendo por essa ocasião festas públicas

([1]) T. I, pág. 420.

por oito dias, nos quais os moradores da Cidade convergiram a adorar aquêles veneráveis objectos. Se é êste, ou não, o famigerado santuário do antigo Conde de Ficalho, eis aí o que suposto o presumamos, ainda nos não atrevemos a afiançar. Estudaremos a matéria, e a seu tempo a repetiremos» ([1]).

Visivelmente está erradíssima a data 1553 estampada na *Revista Universal*; e direi o porquê, ou antes *os porquês*.

O Condado de Ficalho (antigo) data de 23 de Outubro de 1599; uma carta de el-Rei D. Filipe II concede êsse título a D. Francisca de Aragão, já Condessa de Maialde, mulher do Conde D. João de Borja, do Conselho de Estado e Mordomo mór da Imperatriz D. Maria, podendo êle *em vida dela*, intitular-se Conde ([2]). Em 1607 já êle era falecido ([3]); e diz nos o seu epitáfio que desde 3 de Setembro de 1606. Logo, entre Outubro de 1599

([1]) Veja-se a minuciosa descrição dos objectos, de pág. 147 em diante do Tomo II da *Revista Universal*.

([2]) Tôrre do Tombo — *Doações de D. Filipe II*, L. 7, fl. 65.

([3]) Por alvará de 8 de Março de 1607, no qual se declara ter sido feita mercê do título de Conde de Ficalho de juro a D. João de Borja, mas não se lhe ter passado alvará nem carta por êle falecer, foi concedida licença a D. Francisca de Aragão, Condessa de Ficalho, *minha sobrinha* (diz el-Rei), para renunciar o título em D. Carlos de Borja Barreto seu filho.

Doações de D. Filipe II, L. 19, fl. 12 v. — Informações estas dadas por Anselmo Braamcamp Freire, que as extraiu da Tôrre do Tombo.

e Agosto de 1606 se deve colocar a doação das relíquias, e não em 1553. Esta data poderia admitir-se só no caso de Baltasar Teles se referir a D. João de Borja antes de Conde, chamando-lhe Conde por escrever muito depois a sua Crónica.

Mas há argumentos mais concludentes sacados da própria análise das relíquias:

1.º — O n.º 2 tem a data de 1615, e a declaração de ter sido encomendado por D. Maria Rolim, mulher de D. Luís da Câmara, que era filho de D. Vasco, 3.º Conde da Vidigueira.

2.º — O n.º VII do n.º 3 e outros referem-se a S. João Francisco Regis, nascido em 1599, falecido em 1640;

Datas em que o Conde se achava morto e enterrado.

O que se vê portanto é que as relíquias achadas em 1842 não são as que doou D. João de Borja, ou se acham misturadas com outras muitas.

*

Por tôdas as circunstâncias históricas e artísticas apontadas, deve merecer ao lisboeta genuíno singular predilecção o templo de S. Roque. As capelas são um conjunto de objectos de alto apreço, dignos do melhor museu; o teto, onde foi cuidadosamente restaurada em 1862 aquela complicada composição monumental, do género a que os Italianos chamam *di sotto in sù*, é um bom specimen da nossa arte antiga; até as gelosias das tribunas colaterais, coisa já rara hoje, dão um aspecto monástico ao templo, de todo secularisado.

Por muitos outros pormenores que ainda não pereceram, que seria impossível enumerar aqui, mas que saboreia o estudioso lido em livros empoeirados, o penetrar naquêle santuário é surpreender quási intacta a vida antiga da notável casa professa da Companhia de Jesus.

Há, quanto a mim, uma desusada serenidade, um repouso singular naquela arquitectura austera e grande, onde, pela muita largura do templo, de uma só nave e todo desobstruido, prevalecem as longas paralelas horizontais, afirmadas ainda, segundo as regras estéticas, pelas séries verticais das várias capelas e prumadas de alvenaria. Sente-se o espírito dominado logo de uma ideia acessível de ordem, subjugado por não sei que simetria compassada, fria sem dúvida, mas de um indizivel caracter de ascetismo, e de um encanto que nos conchega, se nos não eleva, para a oração. Não há os raptos ideais e apaixonados da ogiva, mas uma serena confiança, que restaura.

Mora ali o pensamento clássico da Renascença, mui sucintamente expresso, sem mármores fastuosos, sem arcaísmos pagãos, e sem os devaneios italianos dos Borrominis, que sempre me parecem fiorituras de mau gôsto, enroladas na singeleza de uma melopeia religiosa.

Na sobriedade da Arte antiga há um eloqüente silêncio, pelo meio do qual se ouve só o que se deve ouvir. Nas variações da Arte moderna decadente ouve-se como uma confusão áspera de vozes gárrulas que se cruzam e neutralizam.

Artìsticamente, a igreja de S. Roque estava de todo no caracter da casa a que pertencia. Filipe Tércio, o arquitecto, revelou bem a sua inteligência, e a sua sagacidade. Impera ali o desapêgo das grandezas, a lucidez da consciência, e a linha recta e resignada da disciplina claustral.

*

Àcêrca da Casa professa, o anexo rústico dêste edifício célebre por tantos títulos, era vasto. Em plena Lisboa tinha dimensões de quinta; tomava desde o largo *de S. Roque* até o que é hoje a praça *dos Restauradores.*

Extinta a Companhia, passou tudo, urbano e rústico, para a Misericórdia, menos o fragmento onde os Condes de Castelo Melhor edificaram o seu belo palácio e a sua cêrca arborizada, por se lhes ter arruinado e queimado o solar no outro lado da nossa Avenida na esquina da chamada rua dos Condes. (*Dos Condes*, por ser ao sul a casa dos Condes de Castelo Melhor, ao norte a dos Condes da Ericeira, e em frente, na rua *das Portas de Santo Antão*, a dos Condes de Povolide).

A quinta dos Jesuitas, aforada e vendida, foi-se retalhando nos prédios que hoje orlam as calçadas *do Duque* e *da Glória*. Enquanto habitavam no seu belo palácio, chamado do Passeio, os Marqueses de Castelo Melhor, a quinta era um lindíssimo bosque, que trazia ao centro da Cidade as frescuras opacas de Sintra. Um dia entenderam dever arrendar essas sombras senhoris, e deixá-las

desbastar, estabelecendo-se lá em baixo, junto ao largo *do Passeio*, os teatros, as barracas, as esplanadas, e os cafés dos Recreios Whittoyne.

¡Tristíssima transformação! Onde só divagavam, de Breviário em punho, os doutos Padres da casa professa, acotovelou-se tôda Lisboa nos alegríssimos concertos a que todos assistimos há vinte anos, por 1879 e 1880, ouvindo estrondear as fanfarras e os bailes infantis na esplanada dos Recreios. Onde só penetrava a lua por entre ramarias, rutilaram as borboletas de gás e as vistosas filas de balões de mil côres. Onde só chilreavam em doce paz os pássaros místicos do arvoredo, gorgeavam entre aplausos *jotas* aragonezas, *malaguenhas* e *seguidillas* andaluzas, uns rouxinóis que se chamavam a Moriones e a Nadal.

A história subseqüente do palácio dos Marqueses de Castelo-Melhor, até hoje, fica para outro volume [1].

---

[1] Sôbre a casa dos Jesuítas a S. Roque, a sua igreja, o largo do mesmo nome e a antiga Rua Larga, mandada abrir por D Sebastião, e que hoje se chama «da Misericórdia», foram compendiadas muitas outras notícias em *O Carmo e a Trindade. (Nota de M. S.).*

CAPÍTULO XXV

Passemos à rua *dos Calafates.*

Poderia dizer-se aqui alguma coisa do Colégio Real dos Catecumenos, fundado em 1579 pelo Cardeal Rei D. Henrique «por causa de catorze Mouros que vieram de Berberia movidos de Deus— como narra Baltasar Teles [1], — a pedir o santo Bautismo, aos quais logo acudiram alguns Padres, buscando-lhes esmolas para os sustentar, e dando-lhes a doutrina necessária».

Mas repetir servilmente o que diz tal narrador, não o farei. Basta mencionar o seguinte:

*

Com o Colégio dos Catecumenos dispendia anualmente el-Rei D. Filipe I a quantia, alta para o tempo, de 258$000 réis [2].

---

[1] *Cron. da Comp.* — P. II, pág. 182 e seg.

[2] Frei Nicolau de Oliveira—*Grand. de Lisb.*—ed. de 1804, pág. 342.

Vi na colecção da legislação o alvará de 8 de Junho de 1604, referente à administração do Real Colégio. Logo depois veio a carta Régia de 28 de Fevereiro de 1605 extinguindo-o, e mandando distribuir os alunos pelos mosteiros. Essa provàvelmente levantou oposição e celeuma, pois foi suspensa por Aviso de 16 de Setembro do mesmo ano. O Colégio continuou. A Carta Régia de 4 de Março e o novo Rigimento de 10 de Agosto de 1608 o demonstram. José Silvestre Ribeiro trata detidamente êstes assuntos na sua *História dos estabelecimentos*.

*

Êste Colégio dos Catecumenos tinha uma ermida; era seu orago a Senhora da Conceição[1]. Nada sei dêste pequenino templo, nem sequer o destino das suas imagens e alfaias; mas parece-me que só serviria para as orações diárias dos neófitos, porque os sacramentos do Baptismo, da Penitência, da Comunhão, eram-lhes ministrados fora, e com a possível pompa.

Sábado 15 de Junho de 1726 foram baptisados na Sé dois Mouros galeotes; um ficou *Pedro*, e o outro *Manuel*: de um foi padrinho o Marquês de Marialva, e do outro Nuno da Silva Teles, do Conselho geral do Santo Ofício[2].

---

[1] Castro — *Mapa*, freg. do Sacramento, mihi pág. 241 do T. III.

[2] *Gazeta de Lisboa* n.º 25, de 20 de Junho de 1726.

*

Eram bastos em Lisboa os Mouros, porque as nossas continuadas pelejas em África no-los traziam por escravos.

Quem quiser ler as proezas de vários Portugueses em luta com a Moirama de Mequinez, nomeadamente as dos Coutos Valentes, veja a *Gazeta de Lisboa* em diversos números ([1]). Reprezálias que eramos constrangidos a exercer contra a insubordinação dos infieis.

Em 3 de Julho do citado ano 1726 aproveitaram-se êles das trevas da noite, e atacaram Mazagão; foram pressentidos, tocou-se a rebate, e acudiu o Governador em pessoa, António de Miranda Henriques (avô do 1.º Visconde de Souzel), e tanto êle como Manuel de Sousa de Meneses, D. José Joaquim da Silveira e Albuquerque, o Adail António Dinis do Couto, e Gonçalo Fernandes Banha, obrigaram o inimigo a retirar ([2]). Valorosos soldados, que é dever de justiça comemorar aqui.

*

Não era só na sua Berberia; a insolência dos Moiros era tamanha, que até nos incomodava em Portugal. Querem ouvir os meus leitores de Viana do Minho e do Porto uma narração que cheira a romance, e lembra as incursões normandas

---

([1]) De 25 e 31 de Julho, e 1 e 8 de Agosto de 1726.

([2]) *Gazeta* n.º 9, de 27 de Fevereiro de 1727.

dos séculos X e XI? Ouçam o que nos diz um contemporâneo de el-Rei D. João V:

«Os corsários da Berberia têm freqüentado muitos dias esta costa, e cativaram na de Viana 37 pessoas, que colheram pescando fora do tiro das fortalezas.

«Em 4 do corrente, saindo ao nascer do sol às muralhas do Castelo de S. João da Foz o Tenente Governador dêle António de Almeida de Carvalhaes, e divisando por entre uma névoa três navios, dois para o Sul, e um para o Norte, reconhecendo, com o piloto da barra, serem de guerra, e Turcos, e que a lancha de um dêles andava já entre os nossos pescadores, e podia fazer nêles uma grande prêsa, mandou dar fogo a uma peça sem bala, para sinal de que andava inimigo na costa, e logo lhe fêz assestar duas com bala, a que êle mesmo pos a pontaria, com tão bom sucesso, que uma lhe lançou água dentro, o que bastou para êles suspenderem a voga e se fazerem alguma coisa ao mar. Os pescadores que já estavam debaixo de tiro de mosquete dos infieis, animados com êste favor começaram a remar com tanta fôrça, que muitos renderam, e outros lançaram sangue pela bôca; mas escaparam da escravidão, abrigando-se com a nossa artilharia, que não cessou de laborar contra os Mouros.

«Os barcos que estavam para a banda do Sul, e com a névoa não podiam ver a lancha, seriam sem dúvida prêsa dos infieis, se o mesmo Tenente não mandara passar soldados e gente da terra a outra parte do Cabedelo para lhes assistirem;

porque, como dali se achavam os Mouros sem receio da nossa artilharia, podiam sem dificuldade chegar a cativá-los junto da terra.» [1]

Estas resistências à mão armada eram, como se vê, indispensáveis; mas a modesta casa dos Catecumenos, da rua dos Calafates, tinha mais condão do que os ribombos da nossa artilharia. Repelir um inimigo é necessário; desarmá-lo em nome da civilização religiosa, convertê-lo, transformá-lo, é melhor. O missionário é mais útil que o soldado; a espingarda moderna com todos os seus diabólicos aperfeiçoamentos, não vale o velho Crucifixo.

*

Concluirei dizendo que, extinto Real Colégio pelo regime constitucional, na sua mesma casa, onde durante séculos se deu o baptismo religioso aos convertidos, existe desde 1834, por iniciativa de uma grande Princesa, a Imperatriz Duquesa de Bragança, D. Amélia de Leuchtenberg, o primeiro dos Asilos de infância desvalida, onde se ministra com proverbial carinho o baptismo da instrução à pobresa da Capital. Os relatórios das sucessivas Direcções dos Asilos são um dos capítulos mais brilhantes da história da instrução primária em Portugal.

Sôbre a porta do pátio de entrada lê-se esta inscrição gravada em pedra, que as Direcções dos Asilos tiveram o óptimo juízo de não mandar

[1] *Gazeta de Lisboa* n.º 35, de 28 de Agosto de 1727.

picar, pelo que lhes devem agradecimento os amadores de antigüidades lisbonenses:

E ESTE COLEGIO ORDENOU SVA MAGESTADE PARA NELE SERM(SIC) INS TRVIDOS OS CATHECVMENOS Q SE VEM CONVERTER·A·N.S. FEE CAT

Dentro no pátio sôbre a primeira porta à esquerda lê-se:

ESTA CASA . ORDENOV. S.M.[DE] P[A] NELLA SEREM
INSTROIDOS . OS CATHECVMENOS . Q̃ SE VEM
CONVERTER . A . N . SANCTA FEE CATHOLICA

*

Próximo dêste asilo, e na mesma rua existe o palacete que faz esquina para a travessa *do Poço*, e onde são hoje os escritórios o oficinas do *Diário de Notícias*, o jornal mais activo e influente da imprensa portuguesa, e aquêle, talvez, a quem a beneficência pública mais deve. É singular a atracção que tem para tais paredes a arte de Guttenberg!

No século XVIII ali manteve o seu estabelecimento o nosso Francisco Luís Ameno, que era um erudito, uma espécie de Didot e de Elzevier em formato reduzido, tradutor de muita peça estrangeira, e entusiasta da sua nobre arte. De 1820 a 1835 ali funcionou a imprensa do conhecido João Baptista Morando (¹); aí se imprimiu o jornal *A Guarda*

(¹) Indicações ministradas pelo falecido Tomás Quintino Antunes.

avançada, que foi o primeiro periódico vendido avulso pela rua; depois esteve na mesma casa a imprensa de Aguiar Viana; em 1853 a do empreendedor e inteligente Eduardo de Faria associado com Jorge Cleiffe; depois a de Albano Antero da Silveira Pinto, associado (se me não engano) com o ilustre Rebelo da Silva; finalmente, passado tempo, a de Tomás Quintino Antunes, proprietário do *Diário de Notícias*, juntamente com o meu falecido amigo Eduardo Coelho, redactor principal.

*

Na esquina sudoeste da rua dos Calafates e da travessa da Queimada havia um belo palácio seiscentista, muito vasto, de sôbre-lojas e um andar nobre, e em cujo portão principal sôbre a travessa se viam as Armas puras dos Rebelos: três faxas com três flores de lis em banda. Pertenceu a uma família de criados da Casa Real, descendentes do Dr. Manuel Jácome Bravo, Conservador da Casa da Moeda, e Guarda-mor da Torre do Tombo desde 1632 a 1634, casado com D. Paula da Silveira, filha de Diogo da Silveira.

Foi seu 3.º neto António José da Silveira Rebelo, Fidalgo Cavaleiro, e Estribeiro da Rainha [1].

Nêste palácio morava em 1877 e 78 o Marquês de Valada. No Domingo 5 de Maio de 1878, às 7 horas da noite, ofereceu o Marquês um sumptuoso banquete ao Duque de Ávila, de quem foi sempre dedicado admirador.

---

[1] Vide as Árvores no fim do volume.

Entre os muito numerosos convidados dessa esplêndida festa, assistiu o autor deste livro.

Conservarei aqui, como curiosidade para os vindouros, o

MENU

Potage à la Royale

HORS D' ŒUVRE

Petits pâtés à la Reine

RELEVÉS

Turbot, sauce aux crevettes

Filet de bœuf aux raviolis

ENTRÉES

Suprêmes aux truffes

Côtelettes de cailles à la financière

Foie gras à l'aspic

PUNCH À LA ROMAINE

LÉGUME

Asperges, sauce à la Russe

RÔT

Pintades au cresson

Salade

ENTREMETS

Gelée à la Californienne

Pudding aux fruits glacés

Biscuits à la Royale

Nougat à la Parisienne

GLACE

*

Em 1900 fizeram-se obras no palácio, que alteraram completamente o risco interior e o aspecto exterior da vivenda. (1)

---

(1) O brasão dos Rebelos que ornamentava a fachada deste palácio, está, desde há muito, no Museu Arqueológico do Carmo. *(Nota de M. S.)*

CAPÍTULO XXVI

Vamos agora outra vez dar uma vista de olhos ao sítio onde foi o solar da quinta dos Alteros, segundo indiquei num dos meus primeiros capítulos.

Fica o palácio defronte da calçada *da Glória*, na rua *de S. Pedro de Alcântara*, e forma o quarteirão emoldurado entre essa rua e as *da Boa Hora*, *dos Calafates* e *da Agua de flor*. Já se vê que é uma vasta mole, imponente pela sua arrogante extensão; é também, no seu tanto, pela sobriedade e nobreza das linhas, espécime bem conservado da arquitectura particular lisbonense do século XVIII no seu princípio.

Os nossos palácios não têm, por via de regra, o porte garboso de muitos lá de fora, os dos nobres da Itália, por exemplo, onde a tradição das *vilas* de Mecenas, Lúculos e Plínios, se perpetua. Falta-lhes a linha, a ousadia, o imprevisto, a harmoniosa consonância da dessimetria, o cálculo das massas equilibradas com o pormenor, todo aquêle conjunto sábio, que faz de muitos palácios de Roma,

de Florença, e de Milão, obras de verdadeiro cunho. Nunca se deu grande aprêço por cá aos primores da ornamentação da habitação particular; são raras as *Brejoeiras;* somos pouco artistas em geral, e depois não temos a educação que supre a índole.

Êste é uma reconstrução dos primeiros anos de el-Rei D. João V; na secura da aparência bem o indica. Pertencia então a avoengos dos srs. Condes de Lumiares. O que o reedificou foi o Morgado Manuel Inácio da Cunha e Meneses, ou ou antes sua mãe e tutora D. Leonor Tomásia de Távora, viúva de Tristão António da Cunha, filho de Manuel da Cunha e de D. Francisca de Albuquerque.

Bem mostra esta senhora, D. Leonor, ter sido uma zelosa administradora dos bens do filho menor que lhe ficou; viu as suas *casas nobres sitas ao relógio de S. Roque*, onde residiam, carecerem de arranjo e conserto; não tinha de contado soma disponível; pois por escritura de 3 de Fevereiro de 1703 tomou-a de empréstimo, e logo depois, representada por seu procurador e capelão o Padre José da Silva Nogueira, celebrou contracto com o mestre pedreiro Manuel da Silva, obrigando-se este a determinadas condições, e a tutora a entregar-lhe anualmente 600$000 reis até final pagamento.

Fêz-se a obra, e ficou bem feita, porque resistiu ao terremoto, padecendo contudo alguma coisa [1].

---

(1) Mor. de Mend. — *Hist. dos terrem.*, pág. 134.

Há dezenas de anos que a família Lumiares não reside ali. Aquilo por dentro é uma grande colmeia de aluguel para muitos inquilinos, com escadas várias sôbre os quatro lados; a antiga entrada principal, com um átrio vasto, está tôda aproveitada e alugada em lojas.

*

Como o palácio viesse a pertencer no fim do século XVII ao morgadinho Manuel Inácio, não o direi ao certo; mas, visto que êsse ponto nos interessa mais que muito, por se referir à casa solar do Bairro alto, e antiga residência da família Andrada, verei se posso dar a algum curioso, mais do que eu, o fio que me guiou nas conjecturas.

Era Manuel Inácio senhor de dois morgados, que eu saiba: um denominava-se das Cachoeiras; fora fundado por Luís Ribeiro, e sua mulher Isabel Pacheca, com acrescentamentos de Bernardim Ribeiro Pacheco, Moço Fidalgo da Casa de el Rei D. Sebastião, acrescentado a Fidalgo Cavaleiro, e ainda vivo em 1595 (1).

A filha herdeira de Bernardim casou com Luís da Cunha senhor do morgado de Paio Pires, juntando-se assim os dois vínculos (2); o outro morgadio fora instituido por Fernão Alvares de Andrada (de quem tratei no capítulo XVI) com acrescentamentos de seu filho Alvaro Pires de Andrada.

---

(1) *Hist. gen.* — Tom. VI, pág. 640 e 646.

(2) *Hist. gen. da C. R.* — Tom. X, pág. 662.

Ora evidentemente a esta linha Andrade pertencia o palácio do relógio de S. Roque; o que não percebo é como esta posse derivou do ramo da geração de Nicolau de Altero, para o outro ramo da Anunciada, Andrades também, do mesmo tronco talvez, mas menos próximos que outros. É ponto que o registo dos vinculos podia esclarecer.

Manuel Inácio da Cunha casou com D. Josefa de Meneses, filha de D. José de Meneses, e tiveram José Félix da Cunha. Dêste foi filho outro Manuel Inácio, que veio a ser Conde de Lumiares pelo seu casamento com a 3.ª Condessa herdeira de Lumiares, senhora do morgado de Carneiro.

*

Como quer que fôsse, a casa de S. Roque foi onerada há muito mais de um século com um grave compromisso, de que nunca se viu livre, enquanto não foi alodial.

O bisavô do actual Conde tomou de empréstimo a juros à Santa Casa da Misericórdia, por escritura de 25 de Janeiro e 12 de Maio de 1754, e de 31 de Outubro de 1755 (¡ na véspera do terremoto!) uma avultada soma de mil cruzados. Para pagamento de juros e amortização foram em 27 de Julho de 1779 dados pelo dito senhor os rendimentos dêste palácio. Por falecimento dêle os filhos responderam nobremente por todos os encargos paternos, que, por motivos independentes da vontade do honrado mutuário, se não tinham solvido. O primogénito era Manuel da Cunha

e Meneses. A êste sucedeu seu filho, o Conde de Lumiares, José Manuel da Cunha e Meneses, continuando umas entaboladas demandas e pendências com a Misericórdia.

Em 26 de Março de 1816 foi ratificada judicialmente a consignação dos rendimentos do palácio, para amortização da dívida.

Extintos os vínculos, o último administrador vendeu a casa de S. Roque, em 1875, ao abastado negociante António Eduardo Guimarães.

Dêste foi filha herdeira a actual proprietária [1].

*

Tenho notícia de várias famílias habitantes do palácio.

Por 1850 ali moraram os pais do meu velho amigo Manuel de Macedo e de seu irmão 2.º, o actual Conde de Macedo; eram o Digno Par do Reino António de Macedo Pereira Coutinho, e sua mulher, da Casa dos Viscondes de Maiorca.

Até 1870, Alexandre Magno de Castilho, Capitão-Tenente da Armada, autor do *Roteiro da costa Ocidental de África* em 2 volumes; a entrada era por uma vasta loja sôbre a travessa *da Boa Hora*, onde hoje se vê uma taberna; o inquilino ocupava uma parte do andar nobre, e do andar de cima.

---

[1] O palácio pertence hoje (1954) ao sr. Dr. Amândio Pinto, que o comprou à viúva de Manuel Vicente Ribeiro. Nenhum dos moradores referidos por Castilho lá permanece agora.

Já no ano de 1902 aí faleceu, depois de prolongada enfermidade, o respeitável ancião José Perestrelo de Vasconcelos, cuja família ocupa ainda o andar nobre sôbre a rua *de S. Pedro de Alcântara*.

Pouco antes tinha falecido noutra parte, sôbre a travessa *da Água de Flor*, o último representante de várias famílias antigas, D. Tomás José de Noronha Ribeiro Soares.

Com entrada pela mesma travessa aí moraram em 1880 e tantos, até 1890 talvez, os Condes de Macedo. Assisti a muitas das suas agradáveis e brilhantes reüniões, a que presidia com a sua graça habitual a senhora Condessa, e onde se ouvia música muito boa, e conversação ainda melhor. Dessa casa partiram os Condes para a Legação da Bélgica, deixando saüdade aos seus amigos.

CAPÍTULO XXVII

Há nêste bairro, que os transeuntes não suspeitavam tão interessante, um casarão, sôbre que pairam lendas há já séculos. Todos as mencionam, e ninguém as sabe ao certo; todos prestam ouvidos para as escutar, e ninguém as ouve; todos as perguntam, e ninguém as explica. Falo do palácio chamado do *Cunhal das Bolas*, nas ruas *do Carvalho* e *da Rosa*. É um prédio enigmático, e, há poucos anos ainda, de quási lugubre aspecto, hoje porém, desde 1866, convertido num alegre pombal da beneficência francesa, e portanto perfumado de benquerença pelas bondosas irmãs. É hospital, e escola; o corpo e a alma aí encontram o seu remédio.

Num manuscrito quinhentista encontrei, logo depois da rua *dos Fiéis de Deus*, uma denominada *das Bolas*, que decerto tinha relação com o palácio, e conseguintemente lhe remonta a origem a muito mais des três séculos [1].

---

[1] É a *Estatística* de 1552, pertencente à Biblioteca Nacional, e muitas vezes citada por mim e por todos os que

Segundo José Ribeiro Guimarães no seu *Sumário*, obra noticiosa, feita com amor de antiquário, e que é bem pena não continuasse, é tradição que o palácio «fôra fabricado por um judeu muito rico, que pretendera figurar pomos de oiro» no cunhal que ainda lá se conserva. Quem fôsse o israelita fantasioso, não sei; o que se lhe podia afirmar é não ser seu o invento.

Não são raras na Arte estas exibições arquitectónicas. Em Lisboa tivemos pelo mesmo tempo a celebérrima casa dos Bicos, que lá está, tôda ouriçada de pirâmides de pedra com o vértice para fora; e lembro-me de que a porta fortificada de Provins, em França, tem as suas duas tôrres revestidas de bicos de pedra, como a fundação de Brás de Albuquerque.

Fôsse, ou não fôsse, reminiscência, ou imitação, o que é inegável é que, se o judeu não conseguiu figurar muito exactamente os pomos de oiro do jardim das Hespérides, como Albuquerque os *diamantes* da conquista, conseguiu pelo menos uma popularidade, que zombou do tempo.

Disse-me um amigo, que no cartório do Loreto jazia escondido não sei que documento, de que êle ouvira falar vagamente, relativo à casa do *Cunhal das Bolas*; procurei-o, mas, sem fio que me guiasse, não o topei. É me pois difícil investigar estas origens, a não ser pelo que outros disseram.

---

manuseiam êstes assuntos. Ribeiro Guimarães analisa e aprecia êsse precioso códice no seu *Sumário de vária história* e faz-lo com a sua costumada erudição.

A casa pertencia a um morgado da família Melo e Castro.

Francisco Manuel Bernardo de Melo e Castro, Capitão de mar e guerra, senhor da casa dos Melos do Cunhal das Bolas, em Lisboa, casou com D. Leonor de Ataíde. Tiveram filha única:

D. Maria Rosa de Melo e Castro da Costa Mendonça e Sousa, que nasceu a 31 de Dezembro de 1811, e casou em 1.as núpcias a 3 de Fevereiro de 1830 com D. Pedro da Cunha de Melo e Meneses, que nasceu a 18 de Março de 1810, filho dos 2.os Marqueses de Olhão. Faleceu Pedro da Cunha; e a sr.a D. Maria Rosa de Melo, bem conhecida da alta sociedade lisbonense, passou a 2.as núpcias com o General Rufino António de Morais.

Em 1866 tinha já esta amável senhora vendido ao Governo Imperial francês o palácio do *Cunhal das Bolas*, onde, como acima disse, se estabeleceu, sob a inspecção do Ministro plenipotenciário de França, e direcção do Superior dos Lazaristas de S. Luís, o *Asile Saint-Louis*, onde se ensinam, com um carinho notável, as disciplinas da instrução primária. Faz gôsto entrar aí; há um bem estar comunicativo, que só se poderia encontrar numa escola bafejada, como aquela, pela Religião.

*

Um relance de vista ao passado do palácio:

Em 1696 morava aí, de aluguer, o Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Meneses.

O por que êsses Condes, ricos e senhores do magnífico palácio que descrevi, na Anunciada, deixassem a sua residência hereditária, e viessem ser inquilinos de outrem, já lá o deixei suspeitado com bom fundamento ([1]). Que na nova casa continuaram a entreter-se com coisas puramente intelectuais, é certo. Êstes Ericeiras, que de pais a filhos professavam o culto do belo, comunicavam o seu fogo sagrado a quem os freqüentava.

Aos Domingos à noite aí se reünia, diz Bluteau, membro obrigado de tôdas as reüniões literárias do seu tempo, «a mais ilustre e erudita Nobreza do Reino, ... a examinar e resolver questões físicas e morais; e para maior elegância da sua prosa e poesia nacional — continua o mesmo incançável polígrafo — decidia as dificuldades que se propunham sôbre a própria significação dos vocábulos da sua língua ([2])».

A 1.ª destas *conferências discretas*, como lhes chama Bluteau, foi no Domingo 12 de Fevereiro de 1696. Encomendaram-se a três académicos três discursos sôbre lingua portuguesa: um ao Conde de Vila-maior, outro ao Padre D. Rafael Bluteau, e o terceiro a Luís do Couto Félix, tudo gente aplicada, de quem Barbosa Machado e Inocêncio darão razão ao leitor ([3]).

([1]) Pág. 218.

([2]) *Vocabulário* — verb. *academia*.

([3]) O discurso de Bluteau vem a pág. 3 do Tomo I das suas *Prosas portuguesas*.

Na 2.ª conferência, a 19, ouviram-se então os discursos, e comentaram-se.

A 3.ª foi a 26 de Fevereiro; a 4.ª a 4 de Março; a 5.ª a 11; a 6.ª a 18; a 7.ª, 8.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª e 12.ª não trazem data na enumeração delas a páginas 16 e seguintes do mesmo Tomo I, mas fàcilmente de adivinham.

Os eruditos freqüentadores eram:

Manuel Teles da Silva, Marquês de Alegrete;

D. Francisco de Sousa, Capitão da Guarda Real;

José de Faria, Embaixador em Côrtes estrangeiras;

Luís do Couto Félix, Guarda-mór da Tôrre do Tombo; [1].

Manuel Gomes da Palma, Jurisconsulto afamado.

Inácio da Silva, poeta latino.

Secretário era o dono da casa, o mencionado Conde D. Francisco.

Parece terem-se interrompido alguns anos Conferências tão *discretas*. Êstes desfalecimentos são vulgares; morte de uns, saída de outros, desânimos inevitáveis, cortam muita vez fios que pareciam calabres.

Em 1717 renovaram-se em casa do mesmo Conde da Ericeira as sessões interrompidas na Academia dos Generosos, instituida em 1647, mas já não foi

---

[1] Êste Guarda-mór tinha casa na freguesia de S. Cristovam; por êle, ou por algum avô do mesmo nome, chamava-se *Pátio de Luís do Couto Félix* um sitio da mencionada freguesia. Daí à Tôrre do Tombo, estabelecida desde séculos no castelo de S. Jorge até 1755, não era longe.

no Cunhal das Bolas; foi no palácio da Anunciada, para onde os Meneses se tinham transferido outra vez. Tudo isso se depreende do ***Preâmbulo breve na renovação da Academia dos Generosos***, por Bluteau (1).

Freqüentadores:
o Marquês de Alegrete;
o Visconde de Vilar-maior;
o Visconde da Asseca;
D. Francisco Manuel de Melo;
Júlio de Melo;
José Soares da Silva;
Lourenço Botelho;
Manuel Pimentel, Cosmógrafo mor:
António Rodrigues da Costa;
Inácio de Carvalho;
o Padre António de Oliveira, Prior de Sacavém;
Jerónimo Godinho;
Manuel de Azevedo Fortes;
José do Couto Pestana;
José Contador;
D. Manuel Caetano de Sousa;
D. José Barbosa;
D. Jerónimo Contador de Argote;
D. Rafael Bluteau (2).

«Êstes e outros muitos alunos de Minerva — diz Bluteau — logravam todos os Domingos umas noites Áticas, a que não ousara Aulo-Gélio

---

(1) *Prosas Académicas* — T. I, pág. 22 e 23.
(2) *Prosas Académicas* — T. I, pág. 341.

preferir as suas. Passado algum tempo nêstes louváveis exercícios, cansaram os Académicos; ou, para dizer melhor, descansou a Academia; e como na milicia da vida humana não há descanso perfeito, começou Belona a inquietar os potentados da Europa; intentou Marte profanar os sacrários da ciência, dos colégios e universidades, refúgios dos cientes, e valhacoutos dos letrados; tratava-se de tirar soldados para a guerra, durou alguns doze anos esta bélica perturbação; até que finalmente, fechadas as portas de Jano, serenou a paz os ânimos, tornou Palas a reinar, e no ano de 1717, no solar da Anunciada, refloresceu a Academia dos Generosos, da qual é hoje excelentíssimo Secretário o mesmo Conde da Ericeira, assistido de alguns vinte mestres, que tôdas as quinta-feiras sucessivamente lêem em duas cadeiras orações sôbre as matérias que êles escolheram.»

Faz *saüdade* esta descrição, que ainda desejariamos mais minuciosa. Há saüdades às vezes do que não conhecemos. Aquêle sinédrio de bem falantes, aprumados, respeitosos, pinta uma época. ¡Belo assunto para um quadro! ¡a livraria do Conde da Ericeira!

*

A convivência com sujeitos instruidos é um dos prazeres da vida; muito mais, quando são instruidos e bons. Ora êsses freqüentadores pertenciam aos dois grupos, começando pelo dono da casa, que era uma piedosa criatura, de um género que tem escasseado muito nos nossos dias.

Exemplo dos sentimentos religiosos do Conde: Um seu filho tomou o humilde hábito de Eclesiástico da Missão, com o nome de Frei António da Piedade. Ouvindo-o o seu ilustre pai prégar, enterneceu-se e compôs o seguinte

SONETO

Deite um ser frágil; mas, com nobre usura,
hoje um ser imortal me restituiste.
Da culpa te gerei na sombra triste;
e a tua Lei a Graça me procura.

Segundo pai a educação te apura,
Que ao meu exemplo mau firme resiste.
Se por mim na inocência antes te viste,
a inocência por ti busco mais pura.

O efeito a sua causa está formando,
pois eu vou do meu filho renascendo,
e êle a seu próprio pai regenerando.

Mas como transformado estou nascendo!
eu te formei para nascer chorando;
tu me reformas p'ra chorar vivendo ([1]).

([1]) Tenho êstes versos a fl. 279 v. do volume de Miscelâneas manuscritas n.º 220 da minha *Olisiponiana*. Pertenceu à livraria de meu pai.

CAPÍTULO XXVIII

Não ficam nisto as tradições literárias do palácio do Cunhal das Bolas. Sei de outra.

No século XVIII e no primeiro quartel do XIX foi aí o chamado *Geral do Cunhal das Bolas*, estabelecimento oficial de intrução secundária; havia vários em Lisboa; uma espécie dos nossos Liceus; e eram sujeitos à Junta da Directoria geral dos Estudos.

Entre outros condiscípulos, cursou aí, de Outubro de 1810 a 1815 um aluno cego chamado António Feliciano de Castilho.

*

Outra interessante tradição, também literária:

Pelos anos de 1848 aí se achava o afamado colégio da bondosa e ilustrada Madame Lima, sogra do Digno Par do Reino Joaquim Larcher, que então morava às Chagas. Não conheci Madame Lima; chegaram-me contudo as mais elevadas referências a seu respeito. No seu colégio, que era antigo, e estivera no largo de S. Roque, tendo sido fundado

em 1814 ao Poço Novo [1], educaram-se pessoas da nossa melhor sociedade; a ilustração da digna professora tornava-se proverbial, e Garrett, amigo de Larcher, era um dos freqüentadores da família.

Quando o colégio se achava no Cunhal das Bolas, em 1848, planeou-se lá uma representação da comédia de Garrett, *A sobrinha do Marquês*, que havia de celebrar-se nas salas de Larcher às Chagas. Chegaram-se a tirar papéis, e a fazer alguns ensaios, mas parece-me que não se realizou a récita a valer [2].

---

[1] Aviso.—«Viúva Lima e filhas, desejando servir o Estado na educação moral e civil da mocidade feminina, enquanto não acha casas suficientes para hospedar e nutrir educandas com decência e proveito, propõe-se receber em sua casa tôdas as meninas que concorrerem para aprender a ler e escrever conforme as regras da Ortografia e Gramática portuguesa, o Catecismo, elementos de Aritmética, de Geografia, da História Sagrada, profana, e pátria, a língua Francesa e Inglesa, Costura, e tôda a qualidade de bordado. Qualquer pessoa que quiser servir-se do préstimo e desvêlo que oferecem ao Público, pode falar-lhes em sua casa no largo do Poço Novo n.º 23, para convir de condições arrazoadas, e conformes às cinrcunstâncias privativas de cada uma das educandas.»

Gazeta de Lisboa n.º 51 de 1 de Março de 1814.

[2] Informação de um amigo meu, que pela sua menor idade era então aluno destas boas senhoras, e mo contou em 18 de Novembro de 1886 numa reunião em casa do Conde de Macedo, na travessa da Água de Flor.

*

Das passadas grandezas do palácio do Cunhal das Bolas, que foi da família Melo e Castro, restam hoje alguns belos azulejos do princípio do século XVIII. *(Nota de M. S.)*

*

Houve também nêste Bairro alto, no agitado século XVIII, outra erudita reünião, denominada Academia de Alveitaria, a qual teve princípio em 23 de Agosto de 1723, em casa do fundador, José Gomes, professor da mesma arte. Não sei onde era essa casa; que era no Bairro alto di-lo a *Gazeta* [1]. Eram quinzenais as conferências. Não pude deixar de mencioná-las, em homenagem aos srs. animais, que tenho na conta de meus bons amigos.

*

Na casa que forma a esquina meridional fronteira em diagonal à do Cunhal das Bolas, havia uma curiosidade, que há alguns anos prendia a atenção de todos os transeuntes: era uma videira, nascida dentro de casa, e que, atravessando uma abertura feita de propósito na parede, ia, serpeando, e estendendo-se, no comprimento de muitos metros, expandir a sua verdura e os seus cachos nas varandas do segundo e terceiro andar da casa fronteira. Custava crer como aquêle pobre vegetal vivia ali e se desenvolvia em tão apertadas condições. Conheci-o desde criança; um belo dia morreu, e deixou de lembrar ao Bairro alto a quinta velha.

*

Não devo omitir o palácio da rua *da Barroca*, esquina Sudoeste da travessa *dos Fiéis de Deus*,

---

(1) N.º 36, de 3 de Setembro de 1723.

que pertenceu à casa da minha saüdosa amiga, a sr.ª Baronesa de Almeida, D Constança de Meneses Jacques de Magalhães Lobo do Torneio. Graças à muita bondade de S. Ex.ª pude examinar os títulos, que infelizmente nada esclareceram quanto à fundação e outras circunstâncias. Sei porém de um inquilino, cujo nome basta só por si para dar fama aquelas paredes: o Visconde de Almeida Garrett, ainda parente da senhora Baronesa, habitou ali por 1839 e 40, no primeiro andar. Com a afabilidade própria dêle recebia naquelas mesmas salas o laureado poeta da *D. Branca* os mancebos principiantes, e animava os, e aconselhava-os. Foi nos últimos meses de 1839 que o jovem D. Pedro da Costa, depois o meu amigo Conde de Vila Frauca, já infelizmente falecido, a 7 de Dezembro de 1901, ali procurou com seu pai o Conde de Mesquitela, os conselhos do restaurador do nosso Teatro nacional. Foi ali que o imberbe autor leu a sua estreia dramática *Os dois Campeões*, peça tão aplaudida no teatro da rua *dos Condes*, em Janeiro de 1841, e que tanto contribuiu, ao par das primeiras tentativas romanticas de Mendes Leal, corifeu da geração nova, para vulgarizar e enraïzar as doutrinas do regenerador da cena portuguesa. Sinto prazer em deixar consignados êstes factos, que, se honram o mestre, não honram menos os seus dignos e aproveitados discípulos.

A casa da sr.ª Baronesa de Almeida era, há quinze anos ainda, uma das pouquíssimas em Lisboa, que todas as noite recebiam; um centro,

onde se reunião, como a descansar em terreno neutro, os homens de letras e os homens políticos. Diante da proverbial bondade das amáveis donas da casa não havia partidos, não havia escolas antagonistas, não havia ódios; todos ali eram irmãos, todos encontravam, entre os fingimentos da Capital, uma boa amostra da franqueza leal do Portugal antigo, e abençoavam aquêle oásis delicioso, onde, como em poucas partes, a boa conversação e a boa música se entremeiavam muita vez com a melhor poesia. Tudo isso hoje são saüdades.

*

Na rua *da Atalaia*, aqui ao pé, tem a família Relvas um grande palácio antigo, que se distingue pela sua fisionomia nobre seiscentista. Infelizmente os títulos nada me deram. Os Condes da Atalaia possuiam residência naquela rua; era esta.

Objectos de arte não se encontram lá; nem esculturas, nem azulejos. Disse-me o simpático e inteligente Carlos Relvas, há anos falecido, que uma capela arruinada que havia no interior da casa, se desmanchou; que nada continha de notável senão obra de talha em carvalho. Fêz presente disso tudo a um amigo dêle.

*

Não deixarei de mencionar a estada que fêz num prédio da rua da Vinha, sito numa espécie de largozinho que a rua forma, o Desembargador António Dinis da Cruz e Silva, talentoso autor das

Pindaricas e do *Hyssope*. Conjecturo seria por 1790. No seu eruditíssimo estudo sôbre o *Hyssope*, o meu dilecto poeta José Ramos Coelho diz:

«Morava então (isto é por 1790) o nosso poeta num segundo andar da rua da Vinha, ao Bairro alto, freguesia das Mercês, casa hoje n.º 43, no mesmo andar em que habitou em 1822 a família do Doutor José Feliciano de Castilho» (¹).

*

Na história da vida do mesmo célebre António Dinis da Cruz também esta rua entra como residência do seu professor de Gramática, João Rodrigues Rocha. Diz Ramos Coelho, lamentando a falta de notícia dos primeiros estudos do cantor do *Hyssope*, o seguinte:

«Reina completa obscuridade sôbre êste ponto. Só podémos apurar que, habilitado com a Gramática portuguesa, que lhe ensinou o professor João Rodrigues Rocha, o qual tinha então aula dessa disciplina na rua da Vinha, e em 1779 ainda era vivo, com oitenta anos de idade, estudou Gramática latina particularmente, e depois Filosofia, com os Padres da Congregação do Oratório na Casa do Espírito-Santo» (²).

(¹) *O Hyssope*, pá .

(²) Pág. 3.

CAPÍTULO XXIX

Descendo de S. Roque para o Sul, e seguindo sempre por fora da muralha, encontrava-se, como disse, outra porta ou postigo. Não era do tempo do Rei fundador da fortificação, mas posterior a ela uns duzentos anos.

Defronte da face principal do convento do Carmo, abria-se um largo, bastante mais estreito que o de hoje na direcção leste-oeste. Desembocavam nêle sete ruas; a saber: pelo Norte a calçadinha *do Carmo* (hoje calçada *do Carmo)*; pelo Poente a calçadinha *da Trindade* (hoje rua *da Trindade)*, a travessa *do Arco de D. Manuel* (que não existe, e ficava ao centro do quarteirão fronteiro ao templo), e a travessa *da Marquezinha* (hoje, pouco mais ou menos, a travessa *nova do Carmo)*; pelo Sul a travessa *nova do Sacramento* (hoje calcada *do Sacramento)*; e pelo Nascente, encostada ao lado meridional da igreja, e passando-lhe por baixo dos gigantes, a travessa *das Escadinhas do Carmo* (hoje o pátio arborizado entre as ruínas e

o palácio onde esteve o Club Lisbonense, e funciona o Liceu Nacional de Lisboa, pátio onde desemboca presentemente (desde Junho de 1902), a ponte metálica do ascensor da travessa *de Santa Justa* para o largo *do Carmo.*

A calçadinha *da Trindade* era, pela diferença de nível, muito mais empinada do que é a rua que a substituiu, e que tem pouca elevação; levava ao largo *da Trindade* (hoje *da Abegoaria),* sôbre o qual deitava ao Norte o lado e a frontaria da igreja dos Trinitários. Ora uma curta rua, que da frente desta igreja conduzia à muralha, foi aberta em 1560 num quintal, para melhor serventia do povo, que até então havia de dar uma grande volta para sair para os lados Ocidentais, quer pela porta de Santa Catarina, quer pelo postigo de S. Roque.

Essa nova rua [1] ia dar à entrada que subia para os olivais de S. Roque e para a recente casa professa da Companhia (hoje rua *larga de S. Roque).* Ao *postigo* aberto no muro militar deu o povo, por memória de uma antiga ermida que ali houvera, o nome de Santa Catarina, como já dera igual denominação à grande *porta* que se abria mais a baixo, no eixo do actual largo *das Duas Igrejas.* Mas aquela invocação mudou-se em breve, e o postigo *de Santa Catarina* passou a chamar-se *postigo da Trindade.*

Ficava, sem tirar nem pôr, no meio do hoje chamado impròpriamente largo *da Trindade,* passagem inclinada que liga a rua *larga de*

---

[1] S. José — Tom. I, pág. 170.

S. Roque com a *nova da Trindade*. Do lado direito vemos o teatro, edificado nas ruínas de um palácio da Casa de Alva; do lado esquerdo os prédios que formam a esquina ressaída sôbre a *rua Larga*; e em frente uma habitação que marca o sítio da igreja dos Trinos.

Dêsse mencionado postigo *da Trindade*, derrubado por ordem de el-Rei D. Pedro II [1], nem vestígios existem; pois existiam ainda em 1750, que o diz um investigador fidedígno, Frei Apolinário da Conceição [2].

*

Tenho nêstes confusos parágrafos derradeiros falado muito do convento celebérrimo da Trindade, e ainda o não estudei com o meu leitor. Vamos a isso.

Começou-se a fundar esta casa religiosa em 1218, reinando el-Rei D. Afonso II; para o que, deu a Cidade aos Frades uma antiqüíssima ermida, de Santa Catarina, a cuja idade se perdeu a conta, (situada entre S. Roque e o Loreto, segundo diriamos hoje). Alastraram se as dependências e oficinas da casa em volta da ermida, fábrica humilde, com sua alpendrada de quarenta palmos de fundo e vinte de largo, o que, menos de um século depois da fundação, já não bastava ao povo

---

(1) Cartório do Município, *Livro 7.º de el-Rei D. Pedro II*, fl. 183.

(2) *Dem. hist. da par. de N.ª S.ª dos Mártires*, cap. XXIV, num. 247.

que de tôdas as bandas concorria. A ermida sumiu-se, absorvida nas reconstruções e ampliações do convento; êle próprio desapareceu; mas o seu nome vive numa rua e num teatro (!), e o dela no título oficial da travessa *das portas de Santa Catarina*, entre a *do Secretário de guerra* e o largo *da Abegoaria*.

Não sei (e ninguem sabe) dizer se merece fé a vista que traz uma das estampas de Braunio, dêste convento no seu primitivo estado. Com as cautelas devidas aqui a apresento à meditação dos curiosos.

Convento da Trindade — fragmento ampliado da vista-plano de Braunio (século XVI)

Vê-se o templo, cuja frontaria tem um portal, e janela por cima, e cuja empena remata numa pequenina sineira. Ao nascente há um resumido edifício com porta, que bem pode ser a sacristia comunicando com a igreja. Ao poente começam os dormitórios, enquadrando um vasto claustro; e em frente do lanço do sul parece ver-se outro claustro menor, com uma torrinha à esquina Sueste.

Dos seus humildes princípios, em que essa estampa me parece querer figurar a habitação dos Trinitários, até ao que veio a ser no volver de

reinados sucessivos, há um abismo. A Trindade, segundo passo a demonstrar, teve grande e merecida fama em tôda Lisboa, quer na sociedade alta, quer nas classes plebeias; a influência dêstes Frades foi muita, graças ao papel dedicado e valoroso que lhes coube na execução de uma das obras de Misericórdia, a redenção dos cativos; e as simpatias nacionais desfecharam em valiosas doações, com que o edifício a pouco e pouco se foi transformando num dos brasões artísticos da Capital.

CAPÍTULO XXX

Sim; correspondia êste instituto monacal a uma urgente necessidade pública.

Em tempo de lutas ásperas e constantes com os Mouros, eram inumeráveis os combatentes que perdiamos, e que lá ficavam gemendo no cativeiro, chorando lágrimas de sangue, e muita vez morrendo de nostalgia. Pensar nêsses desgraçados, angariar donativos para êles, juntar essas esmolas, leva-las a África, negociar o resgate, e liberta-los, sem o mínimo interesse temporal, e apenas com os olhos em Deus, era isso o que se propunham êstes Frades Trinitários, à custa de fadigas e sacrificios sem nome.

Realizavam verdadeiros actos de dedicação, e realizaram-nos seis séculos a fio. Os Trinos *da redenção dos cativos* (como os denominavamos) eram o fanal da esperança de muitas famílias orfanadas, e na sua missão duríssima viam se acompanhados de sinceras orações de todo um povo.

Entraram pois em Lisboa, bem-vindos de tôda a gente.

*

Os fundadores do convento de que tratamos vieram do que já existia em Santarém, e foram Frei Martim Anes, Frei Estêvam de Santarém (ou de Santa Catarina), Frei João Franco, e Frei Mendo. Com o auxílio de algumas bolsas generosas, principiaram pois em volta da ermida a levantar os seus dormitórios e oficinas, tudo muito mesquinho, até que a Rainha Santa Isabel reedificou a casa primitiva, ou, pelo menos, contribuiu para as obras com mão larga.

Sendo a Rainha devotíssima da Conceição de Maria, instituiu aí uma capela com essa invocação da Virgem; falecida esta Princesa, deu seu filho el-Rei D. Afonso IV a mesma capela ao Almirante Manuel Peçanha por provisão de 17 de Abril de 1342 (era 1380), para jazigo dêle e dos seus; capela que em 1656, quando Frei Francisco Brandão escrevia a *Monarquia Lusitana* [1], e já em 1642, quando D. Rodrigo da Cunha redigia a sua *História da Igreja de Lisboa* [2], pertencia aos herdeiros de André Soares, isto é aos Soares, Morgados da Cotovia, de quem adiante tratarei, a propósito de um interessantíssimo descobrimento que fiz.

Ficava esta capela, explica D. Rodrigo, da banda da Epistola, e colateral à capela mór, na igreja velha, e ainda assim se conservava, a pesar das reedificações, em 1642.

---

(1) Tomo VI, pág. 396.

(2) P. II, fl. 231.

Ao mesmo mosteiro deixou el-Rei D. Dinis em testamento 300 livras para obras [1].

Continuaram as doações a êste cenóbio, cabeça da província trinitária de Portugal, na qual vieram a criar se outros: em Coimbra, em Sintra, na Louzan, em Alvito, em Lagos, e em Ceuta, além do de Santarém, que foi o primeiro, e do de Alcântara (Livramento) que foi o último.

Em 1401 Francisco Domingues, e sua mulher Constança Estêves, legaram-lhe uma herdade com seu olival e um campo, o que tudo veio a ser aforado em ruas, chamadas *do Olival* (e subsequentemente *da Oliveira)*, *da Condessa* (que foi uma de Cantanhede, segundo li não me lembro onde), e *de Álvaro Pais* (que era o Chanceler do Rei de Boa-Memória), até ao postigo de S. Roque [2].

*

Acabo de falar da rua *do Olival*, ou *da Oliveira*, aberta nas terras de Constança Estêves. É curioso notar que o tempo de Baltasar Teles, isto é dois séculos e meio depois de traçadas essas serventias públicas, ali se conservava, em terreno do povo, uma oliveira das antigas, como *testemunha abonada*, diz o Padre, de que o monte fôra todo

---

(1) *Hist. Gen. da C. R.*—Provas—T. I, pág. 101.

(2) S. José—Tom. I, pág. 179, e Tôrre do Tombo—*Livro da fazenda que tem êste convento da S. S.ma Trindade de Lisboa, feito no ano de 1763*—fl. 452.

coroado de copioso e formoso olivedo [3]. Ficava na mencionada rua *da Oliveira*; e os moradores tratavam o venerando Nestor vegetal com especial cuidado, como relíquia do tempo antigo. ¡Fôssem lá hoje fazer isto! ¡entravam logo os jornais a clamar que era um *empacho*, e que era coisa *anacrónica*! e se a pobre árvore não tivesse por si algum influente de eleições, que a apadrinhasse junto do sr. Vereador Fulano, do sr. Jornalista Cicrano, e do sr. Ministro Beltrano, ia a baixo com tôda a certeza.

O bom Padre Baltasar Teles faleceu em 1675; pois, quarenta anos depois da sua morte, ainda

---

(3) Balt. Teles — *Cron. da Comp. de Jesu*, 2.ª parte, pág. 92.

*

Dos documentos 77 e 78 do Masso II do cartório do Convento Trinitário, é que consta a doação, feita pelo mercador Francisco Domingues e por sua mulher Constança Estêves, ao Mosteiro, a trôco de um sufrágio de cinco missas anuais pela sua alma e pelas dos seus defuntos. Constança Estêves enviuvando, fez nova doação aos Trinitários, de um olival com o seu campo, em troca de uma missa cantada, com o seu noturno, para sempre. Essa herdade e êsse olival foram a origem de uma nova vila, a *Vila Nova do Olival* depois da lei urbanizadora de 1500, que mandara cortar todos os olivais intra-muros. De uma ou outra doação foi feita, antes de 1389, um distrate, venda ou o que fôsse, a favor de Nuno Álvares Pereira, das terras ao Oriente da actual Rua da Condessa. Estas, com as que êle escambara com a irmã é que ficaram constituindo a herdade chamada, depois, «do Conde Santo». *(Nota de M. S.)*.

vivia a notável oliveira, como atesta Carvalho da Costa, falecido em 1715 [1].

Hoje (desde quando não sei) só resta o nome dêsse vegetal ilustre no sítio de S. Roque. Quem passar pela rua *da Oliveira* (ou rua *da Oliveira do Carmo,* nome que lhe deu, e muito bem, o edital de 1 de Setembro de 1859) recorde-se, uma vez ao menos, daquêle verde símbolo da paz, nascido num dos recantos mais lidados e guerreiros da nossa tumultuosa e sangrenta Lisboa. O mesmo farão sem dúvida os Madrilenos, mais conservadores e artistas do que nós, ao passarem na *calle del Olivo*, cujo nome lhes traz à mente, segundo Montpalau, uma das muitas oliveiras que por lá verdejaram [2].

---

[1] *Chorogr.* — T. III, pág. 474.

[2] *Las calles de Madrid* — pág. 315, por Capmani y Montpalau.

CAPÍTULO XXXI

Parte dos campos do arredor do nosso convento dos Trinitários pertenceu à casa do célebre Almirante Misser Carlos Manuel Peçano. Êle trocou-os com os Religiosos por vários bens; e em 1410 vendeu a el-Rei D. João I outro chão que ainda ali possuía, para se abrirem ruas, desde o convento do Carmo até o sítio onde hoje passa a rua *larga de S. Roque* [1]

A Pêro Estêves e Maria Anes, sua mulher, pais da conhecida Inês Pires (que deu ao citado Rei D. João I o filho D. Afonso, Conde de Barcelos) doou êste Rei de aforamento em três vidas um prazo constituido numas casas que tinham sido armazéns, neste populoso bairro do Almirante [2].

---

(1) S. José — Tom. I, pág. 177 e 179.

No *Reportório* manuscrit. que existe na Bibl. Nac. de Lisb. de documentos do Município lê-se: REI D. JOÃO I *mandou ao Tesoureiro da Cidade, que das rendas dela pagasse 200 libras ao Almirante Carlo Pasanha* (sic) *pelas quais tinha o dito senhor comprado um chão às Portas de Santa Catarina, e ficar à cidade..* — Livro dos pregos, fl. 193.

(2) *Hist. gen.* — Tom. II, pág. 56.

Basta a confrontação das datas para se ver quanto, até então, tudo isto ficava extra-muros. Quando el-Rei D. Fernando fêz a sua muralha, ficou o mesmo convento pertença da Cidade. Ora como a cortina da cêrca lhe passava rente, apossaram se os Frades do lanço e das tôrres com que entestavam; do que se originaram com a Câmara de Lisboa tais demandas, que só em tempo de el-Rei D. João III e D. Sebastião terminaram, por composição entre as partes [1].

*

O certo é que, pertencessem, ou não, aos Trinitários a muralha e os cubelos, dos seus terrados praticaram os trinta monges [2], que viviam em tempo de D. João I, prodígios de valor durante os longos quatro meses e vinte e sete dias do cêrco de Lisboa [3]. Aceitaram os Clérigos e Frades, como então a Igreja admitia nêstes casos extremos, o duro ofício de defensores da Cidade; a armadura revestiu a estamenha; e as dextras que usavam suster o cálix da Eucaristia ergueram sem tremer o montante patriótico. Ao primeiro rebate acudiam armados os Religiosos com as melhores armas que podiam haver; alternavam-se na vela nocturna dos eirados, e rondavam em quadrilhas todo o seu lanço, desde a porta de Santa

(1) S. José — Tom. I, pág. 179.
(2) Idem., pág. 191.
(3) Idem., pág. 180.

Catarina até à tôrre de Alvaro Pais [1] (os antigos nunca mencionam o postigo da Trindade, pela simples razão que só existiu, como disse, desde 1560). As setenta e sete tôrres da muralha estavam bem abastecidas de pedras, dardos, bestas, e virotões para os tiros; e, segundo o cronista, tremolavam de entre as ameias os estandartes, ora com a figura de S. Jorge, ora com as armas da Cidade ou do Reino, ora com as dos senhores e capitães.

*

Uma vez... (aí vai um dos muitos episódios daquela guerra, copiado para esta vinheta do quadro gótico original de Fernão Lopes). Acabava el-Rei de Castela de chegar junto de Lisboa; estanceava num monte ao Norte. chamado então *Monte Olivete*. Começavam os preparos do arraial, o corte do arvoredo, o arrazamento das vinhas e sementeiras. Era geral a angústia, a indignação, nas falanges sitiadas.

Um trôço de temerários, a quem ferve o sangue perante as provocações do Castelhano, presenceadas de longe, pede vénia ao chefe, e sai em tropel pela porta de Santa Catarina direito ao inimigo. El-Rei de Castela ao ver acercarem-se aquêles destemidos, pergunta raivoso aos seus:

—«¿ vós outros não vêdes? ¿ como aquêles vilões andam fora da Cidade sem se temerem de nós?

(1) Fernão Lopes — *Crón. de el-Rei D. João I.* — Part. I, cap. 116—S. José, Tom. I, pág. 180. — Duarte Nunes — *Crón. de el-Rei D. João I, cap.* XXIX.

¡a êles! ¡a êles! façamo-los recolher, que vilãos são todos.»

Arma-se, encavalga, e ordena ao Mestre de Santiago que o preceda com o pendão, e avança. Os seus eram muitos, e os Portugueses poucos; fácil foi aos invasores o ennovelá-los, o acossá-los até à muralha.

O nosso Mestre de Aviz, que velava sempre, o Mestre de Aviz, que era o primeiro e o mais bravo dos seus soldados, observava do eirado da tôrre de Alvaro Pais todo o manobrar da escaramuça; prevê iminente a irrupção dos inimigos, já pela porta próxima à tôrre, já pela porta de Santa Catarina, ao entreabrir-se qualquer delas para os foragidos. Desce, cerra uma por sua própria mão, manda cerrar a outra, e tornado ao seu miradouro, ergue aquela voz vibrante como um clarim de batalha, e grita aos Portugueses, que por serem tão minguados sustinham mal o pesado ímpeto da arremetida castelhana:

— Eu vos farei que sejais bons, ainda que o não queirais.»

Foi então o mais renhido. Batiam-se de parte a parte como leões. Os bèsteiros desfechavam contra as cimeiras aonde acudira grande mó de povo armado, e entre êle sem dúvida os nossos fradinhos da Trindade. De cá respondia-se com ânsia às investidas. Ia alto arruído por Lisboa. Todos os sinos tangiam a rebate.

Dourou a porfia grande espaço; caíram mortos, caíram ferídos. Aos sobressaltos primeiros sucecera o entusiasmo.

E bastou. Deixaram o campo livre os assaltantes, e tornaram-se num pronto às estacadas, logrando os Portugueses manter Lisboa ilesa nesta estreia de óptimo auspício.

Oh! terra da pátria!...

*

Findo o cêrco dos Castelhanos, e expulsos êles na mais triste debandada que pode imaginar-se, festejou-se tão fausto sucesso com altas demonstrações populares e cortesãs de regosijo; solene procissão de acção de graças atravessou a Cidade em direcção ao convento dos Frades Trinos, escolhido por ter sido, como vimos, aquela paragem teatro das pelejas mais sangrentas; e à festa que aí celebraram os Grandes da Igreja assistiram com o Mestre todos os Grandes de Portugal.

*

Dois séculos depois, volvia guerra à mesma parte da muralha. Foi na Regência do Cardeal Arquiduque Alberto. Acordou outra vez com as suas pretensões o malogrado Prior do Crato. Trazia uma pequena armada, que lhe emprestara a Raniha Isabel de Inglaterra. Desembarcou em Peniche, e caminhou sôbre a Capital sem achar oposição, mas sem já levantar entusiasmo ([1]).

Eram 3 de Junho de 1589, um sábado. Foram os seus de parecer que se acometesse Lisboa

---

([1]) Ericeira. — *Port. restaur.* Tom. I, pág. 38.

pela porta grande do Poente. Os cercados fortaleceram os cubelos, e para desembaraçarem o campo da peleja lançaram fogo às casas que já então orlavam por fora a muralha, desde a porta da Trindade até à de Santa Catarina ([1]). Deu o animoso Prior do Crato o maior assalto que pôde, mas pouco alcançou, e foi para logo rechaçado. Novo e cruel desengano!

*

Está por estudar, e colocar em tôda a sua luz, essa figura simpática do Prior do Crato. Enquanto desabava a sociedade portuguesa, enquanto sucumbia a dinastia velha na pessoa de um Rei cavaleiro, e na de um virtuoso e infeliz Cardeal, enquanto se vendiam a Castela tantos nomes ilustres, enquanto Portugal ia vergando amargurado de tôdas as dores morais, aquêle bastardo sublime empunha a espada dos heróis, e representa o princípio nacional (se não o legítimo). Entre a corrupção da sua era é êle o Português de antes quebrar que torcer, é o amigo do povo, é o dedicado e destemido paladim da independência. Basta essa sua atitude para o lavar de todas as leviandades dos seus anos de mancebo.

E depois... os anos tristes do seu exílio! pobríssimo, mas de cabeça levantada! embalado de promessas, escarnecido, mas sempre Rei no porte e na dignidade, o seu trajar é o de um cansado cavaleiro de magra tença; os seus livros são de

([1]) Frei Ap. da Con. — *Dem. his.*, cap. XXIV, num. 147.

orações e de história; os seus pensamentos últimos são saüdades de uma pátria que o não quer. Exemplo triste, desconsolador, mas exemplo grande.

*

Assim, figuremos na mente quando aquêle sítio, hoje coração da Cidade nova, hoje pacífico e festival, encerra de memórias piedosas e guerreiras! Tudo ali são recordações; e por pouco que detenhamos o espírito, avultam aos nossos olhos mil façanhas hercúleas praticadas naquela ladeira, em prol dos direitos ofendidos do Mestre de Aviz, dos do infeliz e tenaz D. António, e dos da Pátria ultrajada pela invasão.

*

Por estas e outras circunstâncias, foi crescendo em fama e em haveres o mosteiro de el-Rei D. Afonso II.

*

El-Rei D. Afonso V a 15 de Julho de 1451 deu ao mosteiro da Trindade 4.000 reais de esmola [1].

No mesmo esteve hospedado o tribunal da Inquisição, enquanto não passou definitivamente para o palácio dos Estaos no Rossio.

No tempo de Cristovão Rodrigues de Oliveira (1551) tinha o mosteiro da Trindade dezoito Frades. Havia nêle quatro Capelas administradas, todas com Missa quotidiana, e mais outras duas, uma da Cruz, e outra das Chagas; mais três Confrarias: a da Trindade, dos cordoeiros; a de Santa

---

[1] Tôrre do Tombo — *Místicos* Livro 3.º — fl. 167 v.

O SENHOR DOM ANTÓNIO PRIOR DO CRATO

Catarina, de oficiais mecânicos; e a de Santo Antão, de pessoas nobres ([1]).

Em 1553 o convento, que então constava apenas de quinze Frades, como se vê na *Estatística* manuscrita da Biblioteca, vendeu ao Secretário António Carneiro uns pardieiros junto à porta principal do mesmo convento, onde o Secretário queria edificar uma casa ([2]).

Com esta notícia, de todo o ponto autêntica, vêm concordar outras que do cartório da Câmara Municipal extraíu, e me ofereceu, Braamcamp Freire ([3]); ei-las:

I

«Freguesia da Trindade ([4]).

Casas à porta de S.ta Cat.na — formais palavras — na 3.ª travessa que vai da rua direita da porta de S.ta Cat.na para o mosteiro da Trindade, subindo pela dita travesssa à mão esquerda, que por outro nome se chama rua do Secretário ([5]). As quais tem por baixo uma loja grande em que está feito

---

([1]) *Sumário* de Crist. Rodr. de Oliv. — pág. 73.

([2]) Cartório do extinto mosteiro, Doc. n.º 43, em pergaminho, visto pelo Sr. José Ramos Coelho quando andou recolhendo para a Fazenda o cartório dos Frades. Comunicação obsequiosa do mesmo meu amigo.

([3]) Livro 1.º do *Tombo das propriedades foreiras à Câmara,* feito depois de 1562 — fl. 468 v.

([4]) Nunca houve em Lisboa freguesia desta denominação; mas como a freguesia do Sacramento teve muitos anos a sua sede neste mosteiro, o povo chamava-lhe às vezes freguesia da Trindade; é freqüente isso com outras paróquias.

([5]) Era chamada *travessa do Secretário da guerra,* até que foi crismada em rua Nova da Trindade em 1863.

um hospital de pobres que se chama dos Cordoeiros ([1]), e por cima da dita loja vai um sobrado com seus repartimentos......»

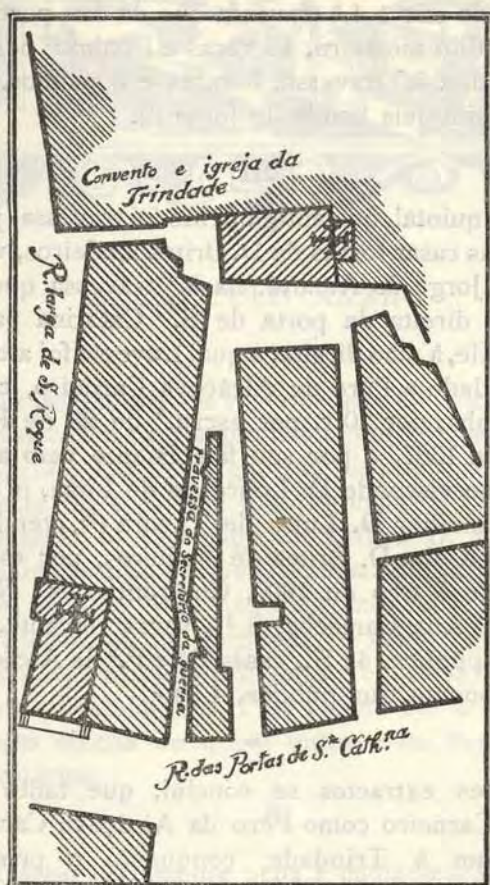
«Confrontações: Norte, casa de Pêro da Alcáçova, Secretário ([2]), 11 varas; levante, rua pública que vem das casas do Secretário para a rua direita da porta de S.ta Cat.na, 5 varas; sul, casa de Miguel Cabreira, escrivão da cozinha da R.a, 11 varas; poente, Azinhaga de Gil Vicente, cordoeiro, 5 varas e 3 palmos.»

II

«Casas na 3.a travessa que vai da rua direita da porta de S.ta Cat.na para o mosteiro da Trindade, e tem umas atafonas dentro, e por cima são casas de um sobrado...... e estão à mão direita indo de baixo para o mosteiro, e têm face para a dita 3.a travessa, e a serventia delas para a travessa que da dita 3.a travessa vai sair à 4.a travessa que vai da dita rua direita da porta de S.ta Cat.na para o mosteiro da Trindade. As quais trazia Pêro da Alcáçova Carneiro, Secretário, aforadas por mão da cidade, e lhe paga delas de foro 674 reais... Confrontações: Norte, pátio e estrebarias do dito sr. Secretário, 12 varas e 1 palmo; levante, casas do dr. Gaspar de Figueiredo, des.or do paço, 5 varas; S., travessa pública que vai da 3.a travessa

---

([1]) Os Cordoeiros, agremiados em Confraria com sede na Igreja do próximo convento da Trindade, tinham aqui o seu pequenino hospital privativo. As *Cordoarias*, a nova e a velha, eram perto.

([2]) E o neto de Pedro de Alcáçova Carneiro.

Planta de Lisboa entre o antigo convento da Trindade
e a rua das portas de Santa Catarina (1755)

que vai da porta de S.ta Cat.na para o mosteiro da Trindade sair à 4.a travessa que da dita porta vai para o dito mosteiro, 12 varas e 1 palmo; poente; com a dita 3.a travessa, 5 varas e 3 palmos. Medição feita pela banda de fora» [1].

III

«Um quintal, que antigamente foi travessa, junto de umas casas forras de D. Brites Medeiros, viúva do dr. Jorge do Amaral, na 3.a travessa que vai da rua direita da porta de S.ta Catarina para a Trindade, à mão direita, a qual travessa foi aforada pela cidade a Pêro de Alcáçova Carneiro, conde da Idanha, por 20 r. por escrit.a de 28 de Fevereiro de 1587, e por seu falecimento veio a travessa ao visconde D. Lourenço de Lima, o qual, e sua mulher D. Luísa de Távora [2], vendeu o quintal à dita D. Brites de Medeiros, por escrit.a de 7 de Março de 1600. Confrontações: Norte, casa de Ana Camacha, 8 1/2 varas; levante, serventia pública, 4; S., casas dêle P.º de Alcáçova, 8 1/2; poente, rua pública, 4 [3].»

*

Dêstes extractos se conclui, que tanto António Carneiro como Pêro da Alcáçova Carneiro moravam à Trindade, conquanto o primeiro apareça em 1514 residindo à porta da Alfofa. Voltemos aos Trinos.

---

(1) Ibid., fl. 472 v.
(2) Neta do Conde da Idanha.
(3) Ibid fl. 473.

CAPÍTULO XXXII

Em 1560 procedeu-se no vetusto edifício a obras consideráveis; o templo ficou com 231 palmos de comprido, 122 de largo, 148 de altura, e muitas capelas, diz o grande João Baptista de Castro.

Quando o Arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida instituíu a nova freguesia do Sacramento, pelos anos de 1584, deu-lhe como matriz a Capela da Eucaristia, na Trindade, e como pertença a área tirada às duas próximas freguesias de S. Nicolau e dos Mártires. Essa capela era a primeira à mão direita de quem entrava no templo dos Trinitários.

*

Causou certamente pena e cuidado à Vereação de Lisboa o estado de grande ruína em que já se achava o tecto da igreja no segundo quartel do século XVII; a ponto de resolverem os Vereadores em 6 de Outubro de 1640, «vistas as necessidades em que estava a religião da Trindade, e estar

prestes a caír o tecto da igreja», dar aos Frades 300 cruzados (120$000 reis, que hoje equivaleriam a uns 500$000 reis) pagos em três anos ([1]).

*

Da narrativa do eminente Arcebispo D. Rodrigo da Cunha se depreende que em 1642 ou 43, quando se imprimia a *História eclesiástica*, andava em obras a igreja. Êle próprio diz;

Pouco ou nada dura hoje no edifício novo do antigo; tudo se foi melhorando e renovando; com que, veio a ficar por todas suas peças obra de grande primor e lustre; e no tocante à igreja, não há dúvida será, acabada, das melhores e mais capazes de Lisboa.»

E ficou sem dúvida. Tinha por banda, segundo êsse óptimo fnformador, seis capelas, quatro no cruzeiro não contando a mor, «que por si faz um grande templo». Em todas havia confrarias, jazigos de familias nobres, devotíssimas Imagens.

A nave no seu conjunto havia de ter perdido a antiga feição ogival, em janelas, colunas, e altares; mas devia certamente ser uma bela amostra do estilo clássico português, com as suas pilastras de mármore da Arrábida, a volta inteirâ de abóbadas e arcos, e as simétricas proporções da sua vasta capela mor.

Reduzidos a conjecturas, examinemos o possível. Oxalá nos restasse debuxo ou descrição de tão venerando exemplo!

([1]) Sr. Freire de Oliveira — *Elementos* — T. IV, pág. 410.

SANTA BÁRBARA
Imagem outrora venerada no convento da Trindade

Altar do Senhor Santo Cristo Milagroso que se venerava
no convento da Trindade

*

Possuo nas minhas colecções algumas antigas gravuras de Imagens aqui veneradas. Apresento ao leitor duas: Santa Bárbara, e mais os Santos do altar da congregação do Santo Cristo milagroso e Nossa Senhora da Conceição.

A primeira estampa é uma gravura de Dèbrie, não se pode saber se pai ou filho; chapa de menos que medíocre execução.

Quantas lágrimas sinceras não veriam, quantas orações não ouviriam, essas esculturas! Sirva-lhes de sepultura o meu livro, e de epitáfio a minha prosa.

A segunda, assinada por Carpinetti, e datada de 1776 representa o altar, que era deveras elegante; a obra de buril é nítida e graciosa.

Da minha colecção de centenas e centenas de *registos*, saem êstes agora à luz, como abonadas testemunhas de passadas grandezas.

*

Êstes Frades Trinos, que tantos, tão assinalados, e tão desiteressados serviços prestaram a milhares de cristãos, livrando-os a pêso de ouro, esmolado, e muita vez a preço do próprio sangue, do duro cativeiro entre a Mourama, foram verdadeiros heróis, cujo valor pessoal igualava a Fé religiosa.

Não pensavam só nos cativos de África; no século XIII, quando em Barcelona se fundaram os Redentoristas, gemiam aqui, na própria Espanha, cativos de muçulmanos!

Mas ainda há mais: um simples Crucifixo tinha ficado prêsa dos infieis. Não sofreu a ânimo aos bons e valentes Frades desampararem a Imagem em mãos profanas; e tanto fizeram, que a resgataram.

Possuo, de letra do século XVIII, uns versos alusivos ao facto. Se o generoso empenho dos Trinos foi digno da antiga piedade, o soneto parece-me abaixo do medíocre; ainda assim quero conservá-lo nêstes meus livros de miscelâneas mais ou menos significativas.

Não só o óptimo tem fisionomia; o medíocre e o péssimo também nestes estudos alcançam cotação elevada. Quando (como agora) nos chega através das idades o esquecido testemunho de um morto em favor dos valorosos Redentoristas, o expungi-lo enfeixaria duas ingratidões numa só.

Ninguém tem obrigação de ser poeta grande, mas todos a têm de venerar a virtude, como faz o soneto.

Ei-lo; escreveu-o o conhecido Académico dos Problemáticos Vitorino Vitoriano Xavier do Amaral Pinel, falecido em Setúbal, sua terra em 1739, segundo Inocêncio:

RESGATAM OS PADRES DA REDENÇÃO

Do poder dos Mouros a uma imagem de Cristo S. N.
por preço de 30 patacas;
faz-se reflexão nos 30 dinheiros.

SONETO

composto pelo Dr. Vitorino Vitoriano Xavier

Do amor e do Ódio o desigual alento
igual se via na desigual contenda,
pois sendo do Ódio tão humilde a venda
não quiz o Amor vencer-lhe o pensamento.

Compra o Ódio a Jesus; bárbaro intento!
Porém o Amor a restaurar a prenda
dando o mesmo valor, quer que se entenda
que só pode pagar-se o atrevimento.

Se ao vê-lo o Amor nas mãos da iniqüidade
excedera do Ódio a vil quantia,
no excesso acreditara-lhe a impiedade;

e, para castigar aleivosia,
foi mistério igualar-lhe a atrocidade
por não ficar com prémio a tirania. (1)

---

(1) Tenho êste Soneto a fl. 72 de um livro de Miscelâneas manuscritas, n.º 220 da minha *Olissiponiana.*

CAPÍTULO XXXIII

À capela mor da igreja ligava-se uma circunstância interessante: foi edificada justamente no lugar onde tinha sido o primeiro pouso das Freiras de Santa Clara, depois mudadas para o Paraíso (hoje Campo de Santa Clara) [1].

*

No templo notavam-se quadros de valia; exemplos:

Francisco de Holanda no seu manuscrito (que oxalá apareça à luz alguma vez) menciona um Senhor prêso à coluna, obra de Nuno Gonçalves, antiquissimo artista, cujo nome por si só é uma relíquia [2].

---

[1] Frei Apolinário da Conceição — *Claustro Franciscano* — pág. 133.

[2] Cirilo — *Col. de mem.* — pág. 17.

No claustro viam-se pinturas de Bento Coelho da Silveira ([1]), o eminente mestre do século XVII, de quem diz Cirilo ter tido (como Tintoreto) três maneiras: a de ouro, a de prata, e a de ferro; e aponta exemplos, mas nenhum dos quadros da Trindade. Raczynski, sempre renitente ao entusiasmo, não trata muito bem a Bento Coelho, sem querer atender ao tempo e à terra em que nasceu, e às circunstâncias em que se arrastou.

Venerava-se também uma Imagem de Santo Onofre, em madeira, e outra do Santo Cristo, produção do escultor José de Almeida ([2]), grande estatuário em madeira, e também em pedra, e cujas obras, com todos os predicados e senões do século XVIII, em que viveu êste autor, tão apreciadas são hoje dos entendedores. Não possuo estampas delas nas minhas colecções.

*

Correrei agora algumas das sepulturas que me constam.

*

Aí jazia o almirante Rui de Melo, na capela mor, à parte da Epístola, em «mui honrada e bem lavrada sepultura»; com o seguinte letreiro, que

---

([1]) Conde de Raczynski — *Les arts en Port.* — citando e transcrevendo o *Abecedário pitórico* de Orlandi acrescentado por Guarienti.

([2]) Cirilo — *Col. de mem.* — pág. 254.

seu Nobiliário manuscrito trás o grande genealogista Xisto Tavares [1].

A TODOS SEJA MEMORIA ESTA SEPULTURA SER DO MUITO GENEROSO FIDALGO E FAMOSO CAVALLEIRO RUY DE MELLO, SENHOR DA CASA DE MELLO, O QUAL EM VIDA DO MUITO ALTO E MUITO EXCELLENTE E MUITO PODEROSO PRINCIPE EL-REI D. AFFONSO O V FOI ALMIRANTE DE SEUS REINOS, E SEU FRONTEIRO MÓR NO REINO DO ALGARVE, O QUAL POR BONDADE DE SUA PESSOA E VALENTIA DE SUAS ARMAS FEZ MUITOS ASSIGNADOS SERVIÇOS AO DITO SENHOR REI E REINOS, SEGUNDO AOS VIVOS É MANIFESTO ATÉ EM ELLES PRENDER MORTE, A QUAL FOI AOS 25 DE FEVEREIRO ANNO DO SENHOR 1467, A QUAL SEPULTURA MANDOU FAZER A MUITO GENEROSA SENHORA D. BRITES PEREIRA SUA MULHER PARA ELLE E PARA SI, E PARA MISSER LANÇAROTE FILHO DOS DITOS SENHORES, OUTROSIM ALMIRANTE QUE FOI, A QUAL SENHORA FOI SOBRINHA DO MUITO MAGNIFICO, PODEROSO, E VIRTUOSO D. NUNO ALVARES PEREIRA, CONDESTABRE QUE FOI D'ESTES REINOS. — REQUIESCANT IN PACE. AMEN. — QUI LE MAL NE PEUT SOUFFRIR À GRAND HONNEUR NE PEUT VENIR [2].

*

Com o volver dos anos, o padroado desta capela mor pertencia aos avós de Roque Monteiro Paim, Secretário de el-Rei D. Pedro II. Aí jazia em nobre mausoléu seu pai Pedro Fernandes Monteiro [3], e êle próprio [4].

Roque era filho segundo de Pedro Fernandes Monteiro, do Conselho dos Reis D. João IV,

---

[1] Códice precioso em poder de Anselmo Braamcamp Freire, na sua quinta da Aldeia, junto a Sacavém. O mesmo amigo me fêz esta comunicação em 31 de Julho de 1893.

[2] É claríssimo que a ortografia não é a antiga.

[3] Barbosa — *Bibl. Lusit.* — T. III, pág. 576.

[4] Barbosa — *Bibl. Lusit.* — T. III, pág. 658.

D. Afonso VI, e D. Pedro II, Desembargador do Paço, etc. Foi Colegial de S. Paulo, Desembargador dos Agravos, Juiz e Presidente da Junta da Inconfidência, Conselheiro da Fazenda de capa e espada, Lente de Leis na Universidade de Coimbra, do Conselho de el-Rei D. Pedro II, a quem foi muito aceito, senhor do morgado da casa de Alva, e da vila e honra de Cahís, Comendador de Santa Maria de Campanhã na Ordem de Cristo, e senhor dos concelhos de Refoios e Maia. Comprou para seu jazigo a capela mor da Trindade. Casou com D. Joana Francisca de Meneses, filha de Lourenço de Melo e Sá, e de D. Bernarda Micaela da Silva (1).

Sua filha herdeira, D. Constança Luísa Paim, nascida em 1703, casou com D. João Diogo de Ataíde, Conde de Alva (2).

A Casa de Alva, de que era progenitor êste Roque Monteiro Paim, que aí dormia, possuíu junto ao velho cenóbio, como já indiguei, uma propriedade no sitio exacto do actual teatro. Tinha de frente 167 palmos. Havia anexos um quintal, e um jardim; e ao longo de uma das frentes uma varanda de 10 palmos de largura, e 67 e $^{3}/_{4}$ de comprimento, em cujo topo se abria uma pequenina capela, ou casa de Oratório (3)

---

(1) Manso de Lima — genealogia dos *Monteiros*, mss. da B. N. de Lisboa, § 3.º n.º 90.

(2) Barbosa — *Bibl. Lusit.* — T. III, pág. 658.

(3) *Tombo da cidade*—cópia por José Valentim de Freitas, hoje na *Bibl. Nac. de Lisb.* — O Bairro alto, pág 2 in fine.

*

No cruzeiro dêste templo célebre estava sepultado Jorge Ferreira de Vasconcelos, o festejado autor da *Eufrosina*, e sua mulher D. Ana de Sousa ([1]). Êle faleceu em 1585.

*

D. Madalena de Mendonça, mulher do Armeiro mór, falecida em fins de Outubro de 1717, foi enterrada também nesta igreja ([2]).

Passados seis anos, foi reunir-se-lhe seu marido, D. António Estêvam das Costa, Armeiro-mór, Comendador de S. Vicente da Beira, e Tesoureiro do Hospital Real de Todos os Santos, logar que exercia gratuitamente, e com grande caridade. Falecido em 23 de Dezembro de 1723, sepultou-se provàvelmente junto de sua saudosa mulher ([3]).

([1]) Barbosa — *Bibl. Lusit.* — T. II, pág. 806.
([2]) *Gazeta* — n.º 44, de 4 de Novembro de 1717.
([3]) Vide *Gazeta de Lisboa*—n.º 2, de 13 de Janeiro de 1724.

CAPÍTULO XXXIV

Duas cisternas possuia o convento, uma das quais notável pela sua abundância; e era tanto o líquido, que não só servia para os gastos da comunidade, mas abastecia o Bairro alto, onde havia geral carência de água; todo o ano servia, e nunca se esgotava ([1]).

*

A casa da livraria, magnífica em todo o sentido, mandou-a edificar, e orna-la de livros selectos, um Trinitário zeloso, Frei Manuel de Lemos, falecido em 1654; ([2]) isso deu-se durante o govêrno do Provincial Frei Cristóvam da Fonseca, eleito em 1589, e que também concorreu com boa soma de livros ([3]).

([1]) *Arquilégio medicinal*—pág. 284.
([2]) Barbosa — *Bibliot. Lusit.* — Tom. III, pág. 294.
([3]) Barbosa — *Bibliot. Lusit.* — Tom. I, pág. 575.

*

A afeição pública a esta vetusta casa dos Trinitários era geral. Em seu testamento de 21 de Agosto de 1665, Simão Leitão de Gouveia, viúvo, legou os seus bens a êsse Mosteiro; e na casa em que êle morava, na rua do Loureiro (prédio que não sei qual fôsse), desejava o doador se estabelecesse um Colégio da Ordem. Se o Mosteiro não quisesse aceitar o encargo, passaria o prédio para a Misericórdia, como provàvelmente passou ([1]).

*

Parece que às sextas-feiras de manhã costumava o povo concorrer, com mais ou menos devoção, a êste convento ([2]).

*

Por êste tempo, depois do ano 1664 (conta o autor do *Mapa de Portugal)* desinteligências dos Frades Trinos com os irmãos do Santíssimo da freguesia do Sacramento hospedada no templo, segundo notei, obrigaram a séde da dita freguesia a saír, e a estabelecer-se, também por empréstimo, na igreja das Convertidas, fazendo-se os baptizados nos Mártires. Logo falarei das Convertidas.

Mas êsse estado de perpétua dependência não convinha; pensou a Irmandade muito à séria em

---

([1]) Tôrre do Tombo — *Livros do convento da Trindade* — Testamentos — vol. 71, fl. 342.

([2]) *Anatómico jocoso* — Tom. I, pág. 18.

edificar casa sua, e não sei que operação fez, que a habilitou a começar ali perto a construção de uma igreja.

Foi lançada a primeira pedra em 26 de Novembro de 1667, num terreno que ficava defronte do Carmo, no largo, pouco mais ou menos na esquina ocupada hoje pelo grande prédio dos srs. Pintos Coelhos. Do outro lado da calçadinha da Trindade era o palácio dos Marqueses de Arronches, na esquina da rua *da Oliveira*, no sítio muito aproximado onde vemos hoje a esquina sudoeste dessa rua para o largo do Carmo.

Achava-se a obra bastante adiantada, quando o Marquês a mandou embargar. ¿Porquê? não sei; talvez o vulto do templo lhe tirasse a vista das janelas e o aspecto do mar; o caso é que o já edificado se demoliu, ficando a paróquia de D. Jorge de Almeida outra vez na rua.

Foi então que outro vizinho mais tolerante, o Conde de Valadares, ofereceu aos Mesários um bom terreno na ladeira em frente do seu enorme palácio, a aí se recomeçou a edificação em 1671, concluindo-se em 1685, e transferindo-se para lá a Sagrada Eucaristia nêsse mesmo ano; aí se conserva [1].

*

Em 22 de Setembro de 1708 devorou um incêndio vários lanços do convento da Trindade, mas o templo escapou.

---

(1) Castro, citando várias fontes.

Existe um *Sermão na ocasião que se queimou o convento da Trindade de Lisboa, prégado na igreja do mesmo convento a 30 de Setembro de 1708. — Coimbra — 1709 — 4.º* — O prégador foi D. Frei José Delgarte.

*

Não foi êste o único desastre. Em 19 de Novembro de 1724 foi Lisboa tôda varrida por um vendaval, daquêles que ficam memoráveis, e de que os autores coevos nos dão notícia aterrada. Foram muitos os estragos; hei-de menciona-los ao tratar de diversos palácios e templos. Aqui só direi, seguindo a Frei Claudio da Conceição, que na Trindade caiu a Cruz da grande tôrre, que se via de tôda a parte, e que tinha de roda uma grade de resguardo, e desabou a garrida sôbre o tecto da magnífica livraria dos Frades [1].

*

Quarenta e sete anos andados, desabava sôbre o convento, sôbre Lisboa, sôbre o Reino, a calamidade medonha do terremoto grande.

A igreja, com os seus dezoito altares, em quatro dos quais se veneravam muitas relíquias devotíssimas, tais como os corpos inteiros de S. Liberato

---

[1] *Gabinete histórico* — T. VII, pág. 176.

e S. Bono, um Santo Lenho de meio palmo de comprido e uma polegada de largo, um espinho da Coroa, e um Sudário tocado no verdadeiro; a sacristia com as suas opulentas alfaias; o côro com os seus dois formosíssimos orgãos; mais de cem imagens de vulto, muito belas, entre as quais o Santo Cristo milagroso; a biblioteca, avaliada em 200 mil cruzados (80 contos de réis); esculturas, pinturas, grandezas de todo o género; tudo isso... «em breves minutos se viu prostrado — diz o Padre Castro — e reduzido a uma montanha de confusa penedia, acabando de transformar tudo em cinzas o implacável incêndio».

«O grande templo dos Religiosos Trinos — acrescenta uma *Narração* contemporânea, manuscrita e inédita, que possuo — com o primeiro terremoto logo a máquina dêle se principiou a aluir e desfazer, e com o segundo caiu inteiramente convertendo-se em um horrível montão de pedras, causando a sua vista pasmo e admiração, acompanhada de uma grande mágua. Naquêle templo se celebrava em o sobredito infausto dia (1.º de Novembro) a festa de Todos os Santos pela sua Irmandade dos Nobres; dentro nêle se haviam de achar mais de quatrocentas pessoas de um e outro sexo; estavam muitos Religiosos confessando, e outros dizendo Missa. A maior parte de tôda esta gente, vendo mover-se o templo, sem acôrdo não sabiam eleger meio de escapar ao evidente perigo de morte em que se viam; muitos tomaram a resolução de fugir logo que a igreja entrou a tremer, e assim livraram; mas não foi em grande numero;

poucos escaparam; tudo mais morreu. Dos seculares não se pode averiguar a quantidade; sómente dos Religiosos é certo que nos altares, confessionários, e outras partes da igreja, faleceram dezassete, entre os quais foi o Mestre Frei Manuel de Santo Tomás, Religioso igualmente virtuoso e literato, o Provedor geral Frei António de Almeida, Religioso perfeito. Dêste templo se não pôde tirar o Santíssimo Sacramento, que já se achava na custódia e trono para se expôr, nem alguma imagem, nem coisa alguma. O resto da comunidade se retirou, desamparando o convento, ao qual o fogo acabou de destruir» [1].

*

Eis a lista, que nos dá o sempre citado *Mapa,* dos Religiosos mortos na catástrofe:

O Padre prégador geral Frei Luís de Salazar, de 90 anos, excelente homem; dizia Missa no altar de Santa Ana, quando morreu;

O Padre prégador geral Frei João de S. Félix, de 76 anos, homem eloquente, grande compositor músico, e tocador insigne de orgão e rabecão;

O Padre Presentado Frei José de Gouveia, duas vezes Ministro no seu mosteiro do Livramento, de 58 anos de idade; dizia Missa na capela do Resgate;

O Padre Mestre Frei Manuel de Santo Tomás, de 50 anos, sujeito cheio de virtudes, grande erudito;

---

[1] Pág. 18 e 19.

O Padre Frei António de Almeida, de 51 anos, Procurador geral da Província; achava-se confessando;

O Padre Frei Tomás de S. José, de 55 anos, bom teólogo e homem de vida exemplar; pereceu quando passava da sacristia para a igreja;

O Padre Frei Vicente Ferreira, de 55 anos, ex-Prelado em Lagos e em Setubal; achava-se no confessionário;

O Padre Frei José da Espectação, bom prégador e homem de virtude;

O Padre Frei Manuel Ferreira, de 32 anos, pessoa profundamente estudiosa; acabava de dizer Missa, e recolhia à sua cela para recordar um sermão que havia de prégar no dia seguinte, quando a queda da alterosa tôrre do convento o sepultou; achou se depois queimado o seu triste corpo;

O Padre Frei Domingos de Santana, de 32 anos, Cantor mór da casa, excelente músico; dizia Missa na capela da Conceição, acima referida;

O Padre Frei José Cabral, de 31 anos, prégador; caiu do côro, e veio morrer no pavimento da igreja;

O Padre Frei Félix de Sousa, estudante teólogo, de 24 anos, moço de grandes esperanças; achava-se ministrando a Comunhão; fechou ainda o vaso das Sagradas Partículas, e fugiu com êle pela sacristia, onde acabou, e o desenterraram meses depois, com o sagrado depósito unido e apertado ao peito;

O Padre Frei Bernardo de S. Luís, estudante;

O Padre Frei Joaquim de Santana, organista e optimo cantor;

Frei Geraldo de de Luz, Religioso leigo, de 50 anos, sineiro da casa; ¡ caiu com o desabar da tôrre!

*

Do que foi antes dêste horror do 1.º de Novembro o convento da Trindade, há vestígio nas quatro pequeninas estampas que apresento.

Convento da Trindade segundo Serrão na vista do livro de Lavanha (1.º quartel do século XVII)

Haverá quem julgue prolixidade escusada publicar, além da gravura que já ficou acima, mais êstes pobres testemunhos artísticos. Não creio tenha rasão que assim pense.

Como se referem a períodos tão diversos, vão dando conta das sucessivas alterações arquitectónicas, e oferecendo-nos à vista o espectáculo que tanta vez contemplaram nossos avoengos.

Se para muitos êsses desenhos são quási mudos, quantas coisas não diriam aos quinhentistas, aos seiscentistas!...

Conservar, conservar, é a minha norma.

Convento da Trindade segundo uma gravura do meio do século XVII

O livro de Lavanha, onde se admira a bela gravura de Domingos Vieira Serrão, mostra-nos entre um massiço de edifícios a soberba tôrre, com uma ventana e um alto corucheo coroado de grimpa.

Essa tôrre varia de forma na vista holandesa denominada de 1650, e parece mostrar-nos um corpo quadrado com altas janelas, duas a cada face, e sôbre cada duas um mezanino circular. No alto corre balaustrada, e daí destaca o vulto oval de um corucheo a moda de zimbório, sobrepujado de lanternim acoruchado, terminando em grimpa de catavento.

Conventos da Trindade e do Carmo, segundo a gravura de Lemprière (século XVIII, no princípio)

Pelas suas proporções elevadas, pelo seu porte esbelto, e certamente pelo mavioso dos sinos que vibravam sob os dedos peritos de Frei Geraldo da Luz, tinha entre nós grande fama a tôrre da Trindade. A vista que daí se disfrutava devia ser deslumbrante, e devassar os quatro pontos cardeais: o Tejo, e a Banda de além; os bairros Orientais, o Castelo, a Graça; a vasta Cotovia e Campolide; o Bairro alto, a Estrêla, Buenos-Ayres, até à barra.

¡ Estou a fantasiar e a sentir êsse lindíssimo panorama.

A vista inglesa de Lemprière quer indicar essa tôrre, e conforma-se quási exactamente com o desenho antecedente; diferenças de lápis, apenas. Ao lado avulta com muitas janelas, em três andares, o corpo dos dormitórios. À direita vê-se o Carmo.

*

Não me consta quando fôsse reedificado o convento dos Trinitarios; sei que o foi sob um risco inteiramente novo. No mês de Maio de 1834, porém, padeceu, como tôdas as outras casas claustrais, terremoto mil vezes pior do que o de 1755. A casa, desamparada e triste, durou até 1836, em que as obras intentadas pela Câmara, e a abertura da rua *Nova da Trindade*, paralela à *de S. Roque*, arrancaram ao sítio as últimas lembranças do convento de el Rei D. Afonso II e da Rainha Santa.

O terreno vendeu-se, e muitos proprietários por ali levantarem prédios.

Em Novembro de 1837, mandou a Câmara Municipal intimar a Joaquim Ferreira Basto, Manuel Alves Martins, Joaquim Peres, e Valentim José Lopes, para darem princípio a edificar, como se tinham obrigado, na 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, e 7.ª divisões do terreno do convento, notificando de despejo os inquilinos, qne (segundo o costume) por ali se tinham aninhado (¹).

(¹) Sin. dos princ. act. adm. da C. M. de L. em 1837 — pág. 34.

Rompeu-se a rua *Nova da Trindade*, que ligava o largo *de S. Roque* com o chamada largo *da Trindade*, e tudo por ali mudou.

Em sessão de 19 de Março de 1857 determinou a Câmara vistorizar o largo de S. Roque, para dar o alinhamento devido à mencionada rua; [1] e o edital de 6 de Julho de 1863 encorporou na mesma denominação de rua *Nova da Trindade* a parte nova e o seu seguimento até ao largo *das duas Igrejas*, que se chamava travessa *do Secretário de Guerra* [2]. Logo estudaremos essa travessa, e a causa do seu antigo nome.

*

Por uma ironia cruel da sorte, o título da nobre e vetusta casa claustral dos Trinos da redenção dos cativos... apegou-se hoje a um teatro de operetas e facécias! A Trindade é uma casa de espectáculos.

---

(1) *An. do Mun. de Lisb.* — n.º 32 — pág. 252.
(2) *Arq. Mun. de Lisb.* 1863 — n.º 185 — pág. 1.478.

*

Êstes últimos capítulos, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, e XXXIV, foram glosados largamente, em *O Carmo e a Trindade,* aproveitando o «mote» cheio de inspiração de Júlio de Castilho. A história deste Bairro da Trindade, pede ainda muitas outras achegas e esclarecimentos. O assunto é inesgotável; mas será milagre que outro lhe possa dar expressão que se iguale à que o Mestre lhe deu. *(Nota de M. S.).*

CAPÍTULO XXXV

Posto que sai um tanto fora do nosso propósito, lancemos uma vista de olhos à admirável igreja tão vizinha da Trindade, às históricas ruínas de um dos templos mais interessantes de Lisboa e da península: o Carmo. Não é já pròpriamente o Bairro alto, mas liga-se tanto com a índole prescrutadora e quási religiosa destas memórias, que não resisto a levar o meu leitor, ainda que só de relance, a contemplar comigo um dos melhores padrões de glórias portuguesas.

Não o deterei muito tempo. Aquelas arcarias merecem volume sôbre si. Não lhe direi pois as circunstâncias e os motivos da fundação. Não lhe pintarei a nobre figura melancólica e sombria do santo Conde, tão popular e tão grande; a sua ânsia de despir, como Amadis de Gaula, a armadura das batalhas, e envergar o burel de penitente; a sua caridade; a sua perseverança no agro caminho que soubera escolher.

Direi apenas (visto que se liga com o que pouco acima expuz da casa da Trindade) que de duas fontes principais proveio o terreno obtido pelo Condestável para a sua fundação verdadeiramente realenga: uma compra, e uma troca. Foi a compra feita aos Trinitários: uma herdade e um olival na encosta que se empinava sôbre o Rossio Foi a troca feita com o Almirante Carlos Peçano, cunhado de D. Nuno: a sua casa e *bairro* pegados com a dita herdade, por outra casa que noutra parte possuía o mesmo Condestável.

Da compra da herdade não acho vestígio documental. Do *escambo* com o Almirante existe traslado de escritura [1]. Pela tal casa que deu em troca obteve o santo fundador o cêrro e o campo, doado por el-Rei D. Dinis, com os senhorios de Unhos, Camarate e Frielas, ao avô do dito Almirante, o genovês misser Manuel Peçano. Chamava o povo ao campo em que se erguia a casa hereditária dos Almirantes, *o bairro do Almirante*, isto é, a sua quinta com honras de couto, que era o que se entendia por *bairro*, e havia vários em Lisboa [2]; e êste mesmo conservou a sua denominação depois de já não pertencer aos Peçanos, ou Peçanhas [3].

---

(1) *Crón. dos Carmelitas,* por Frei José Pereira de Santana. Tom. I, pág. 803.

(2) Cristovão Rodrigues de Oliveira. Sumário, pág. 9, 12, etc.

(3) Numa antiga carta de emprazamento passada por D. Jorge, arcebispo de Lisboa, a Joanne Annes em 15 de

Depois vieram Afonso Eanes, Gonçalo Eanes, e Rodrigo Eanes, três estremados arquitectos, talvez três irmãos, e tomaram a si o risco do grande edifício. João Lourenço, oficial dos pedreiros, Lourenço Gonçalves, lavrante da pedra, e outros, celebraram contracto com o poderoso Condestável, e não tardou que êsse outeiro despovoado, que ainda no século XVII era falado pelas suas belas perspectivas de terra e mar, entrasse a alvejar com as altas e rendilhadas edificações de Nossa Senhora do Vencimento.

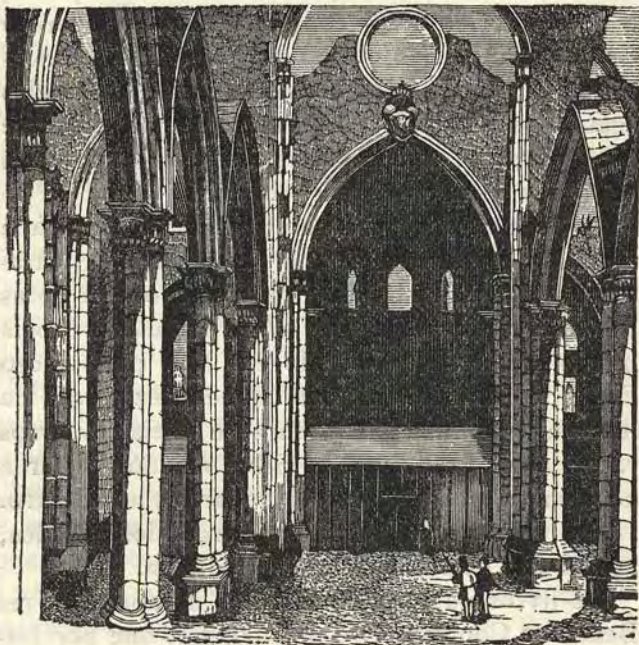
As doações Reais afluiram; concorreu a piedade popular; e o templo ficou uma verdadeira maravilha artística. Pedro de Frias, célebre em obras de talha, ornamentou em 1510 o retábulo da capela mor, novamente reformado em 1592 pelo zeloso Frei João da Silveira, que também fêz a casa da livraria, enfeitada de pinturas e cheia de livros raros. Frei Francisco da Silva mandou lajear a capela mor, e plantar um alegre jardim no claustro.

Foi uma porfia geral ao longo dos séculos, apesar dos esforços da política filipina.

Os livros do côro iluminou-os a capricho Frei Bento de Contreiras; e o Fundador, que por humildade tinha ordenado o lançassem em sepultura rasa, aquêle mesmo de quem os coevos encarecem os milagres póstumos, mereceu a seu neto o Duque

Junho de 1468, diz-se da casa emprazada, cita *na rua pública que vai para a porta de Santa Catarina* (o nosso Chiado), que tinha o portal *em frente do bairro do almirante,* quando já própriamente o bairro era cêrca do Carmo. É manuscrito de pergaminho, em poder do autor dêste livro.

D. Jaime o vistoso moimento que o terremoto destruíu.

Ora das árvores que vestiam essa concosta (hoje calçada *do Sacramento* e rua *nova do Carmo)*

Interior da arruinada igreja do convento do Carmo, antes da sua ocupação pela Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos

perseveraram séculos muitas oliveiras na cêrca do convento, como aconteceu mais acima, segundo apontei, na rua *da Oliveira*. Di-lo o cronista carmelitano, reportando-se ao que lhe contavam por 1740 religiosos muito velhos.

E basta. Despeço-me do Carmo. Está bem entregue hoje a pobre ruína. A Sociedade dos arqueólogos tem a peito o defendê-la de mais vandalismos. Honra lhe seja! Dizem que não é bom ter *telhado de vidro*; embora! vá pedindo sempre; algum Govêrno lho concederá.

*

Mas é triste. Do Carmo restam umas naves solitárias, da casa próxima resta o nome imposto a um palco da ópera cómica.

O convento da Trindade, que por mais de seis séculos figurou nobremente na história de Lisboa; o mosteiro, cuja tôrre era uma maravilha, cujos claustros dominavam grande terreno em volta, cuja livraria e cujos arquivos eram dos mais famigerados do Reino; a vivenda monacal, que se ufanava com varões de grande fama; o ninho piedoso, cuja dedicação se empregava a remir cativos, sem baquear jamais na sua perseverança proverbial; a nobre fundação de Afonso II, derruida à porfia pelos incêndios, pelos terremotos, pelo camartelo brutal dos legisladores, e pela picareta incansável dos municípios, sumiu-se para sempre; que digo eu? vive ainda, a despeito de tudo, num prolóquio popular, de onde se pode apreciar até certo ponto a sua magnificência. *Cair o Carmo e a Trindade* significa hoje (hoje que a Trindade caíu e o Carmo se transformou) um completo derrocar, um inesperado esfacelar de grandezas.

É que, se a igreja de Isabel de Aragão foi, dezenas de anos, a mais formosa da Capital e seus

arredores, só achou rival, até certo tempo, na grande fábrica arrogante e sumptuosa ali perto levantada pelo avô de Monarcas; templo e mosteiro cujo traçado era espantoso para aquelas eras, cujo nome e cuja causa eram sublimes, e que em suas fidalgas ogivas, erguidas para o céu e cortinadas de hera, ainda hoje atesta a passada opulência das suas três naves colossais.

A Trindade teve larga história; foi, como vimos, um dos campeões da nossa independência; com a Fé, lá por fora, na mourama; com as armas, aqui, sempre que era mister.

O Carmo, não teve menos larga história, mas de outro género. O Carmo, sobranceiro à casaria vulgar da Baixa, tem muito de antigo cavaleiro; entrevê-se a cota de armas sob o manto; há naquêle alto bastião feudal um misticismo, que se não confunde. O espírito melancólico de Nuno Alvares ali é que habita.

Depois, em têrmos de grande cultura artística, veio a erguer-se lá em baixo, na Ribeira, a Misericórdia com as suas arquivoltas imaginosas, todas realçadas de eflorescências clássicas e mouriscas; e bastou essa nova criação do Rei feliz para desbancar como novidade as outras duas maravilhas.

Nada mais digno de ver-se — diz um antigo estrangeiro—do que o templo da Misericórdia. *Nihil spectatius templo Misericordiæ* [1]. E escreveu o

---

[1] Adriano Romano — *Urbium præcipuarum descriptio generalis.*

bom Padre Manuel Bernardes na sua *Nova Floresta* (IV, 176):

«A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é uma das mais notáveis grandezas que ilustram e acreditam esta Real Cidade, com maior rasão do que o colosso a Rodes, as pirâmides a Mênfis, o labirinto a Creta, e os anfiteatros a Roma».

O *Compromisso* da Misericórdia, do qual há várias edições, a *Estatística* da Biblioteca Nacional, o citado opúsculo de Damião de Gois, as *Grandezas de Lisboa* de Nicolau de Oliveira, o *Agiológio Lusitano*, e outros livros, dirão aos mais exigentes que papel brilhante e dedicado coube a esta fundação da Rainha D. Leonor e de Frei Miguel de Contreiras. António de Sousa de Macedo nas *Flores de Espanha* conservou um quadro rápido das rendas e dos encargos do instituto relativamente ao ano de 1627 para 28. Pela leitura de todos êsses trechos se vê que nenhum dos preceitos evangélicos era esquecido ali. Pois bem: se comovia a todos os corações bem formados o piedoso exemplo que assim dava a Santa Casa, o que é certo é que todos os espíritos cultos e artísticos se enlevaram a contemplar o vasto edifício que à Misericórdia levantara o fundador do mosteiro de Rastelo; e ainda hoje aquela sua formosa e eloquente porta lateral, resto quási único de passadas opulências, nos atrai, e nos assombra.

*

Foi sempre cioso e ufano da sua linda Cidade o lisboeta popular. Quer-lhe muito; estremece-a.

Lisboa para êle é um mundo; os seus monumentos são o protótipo do Belo. Assim como no século XVI veio a ser para êle a célebre *casa dos bicos*, na Ribeira velha, a expressão proverbial da elegância e do requinte, já a igreja e a tôrre da Trindade, mais as ogivas e botaréus do Carmo, eram até ali aos seus olhos, o supra-sumo da arte e do poderio humano.

Pois tudo se perde, lisboeta amigo! tudo; até a casa dos bicos. Pois tudo cai, Santo Deus! tudo, tudo; até o Carmo e a Trindade.

*

Do célebre convento histórico do Carmo há vários desenhos antigos, que todos diferem.

Não apresento aqui, por muito conhecidas, as vinhetas da Crónica das Carmelitas; escolherei, com as devidas cautelas, nas minhas fartas colecções, estampas menos vulgares, recomendando sempre aos estudiosos não lhes atribuam a exacção que estamos habituados a dar as fotografias, (exacção às vezes discutivel).

Basta uma leve alteração no ponto de vista, para alterar o quadro todo.

E quem nos pode abonar a perícia dos antigos desenhadores anónimos, a sua paciência, a sua prática?

A vista-plano de Bráunio (século XVI) mostra-nos o edifício sôbre o sul. Percebem-se altos gigantes entre cinco janelas. Na frente em bico

vê-se a portada que ainda lá está, com as suas duas janelas superiores laterais, e a sua grande rosaça. Ao pé continua a fachada, que parece ter três portas, e janelas em dois andares. A cabeceira do templo continua sôbre as ribanceiras do Rossio, e ao Sul divisa-se perfeitamente a escadaria que descia lá do alto.

Convento do Carmo, segundo a vista-plano de Bráunio (século XVI)

A outra vista panorâmica do mesmo Bráunio apresenta um edifício com uma elevada janela ogival em empena de bico, uma leve tôrre sineira ao fundo, e sempre a afirmação vertical dos gigantes.

Convento do Carmo segundo a vista panorâmica de Bráunio (século XVI)

Vieira Serrão no livro de Lavanha (1619) apresenta-nos uma alta edificação ininteligível, com elevadas janelas, e (o que é deveras interessante) deixou campear no ângulo das asnas

o vulto escuro do *Anjo do Carmo*, figura de ferro que se avistava de tôda a Cidade.

Convento do Carmo segundo a vista de Serrão no livro de Lavanha

A vista de Lemprière parece querer representar a frente sôbre o largo do Carmo, com a sua rosaça e as suas janelas, e deixa ver ao fundo uma tôrre sineira, que bem pode ser a que ainda lá vemos. Já o leitor tem essa vista, com a do Carmo, a pág. 367.

*

Quem quisesse fazer a crónica do largo do Carmo referida a poucos anos atrás, encontraria já consideráveis diferenças. As obras empreendidas no interior da profanada igreja, desde que a entregaram aos Arqueólogos, fizeram da vasta capela mor um belo salão: e o corpo do templo, e as capelas laterais, reunem hoje preciosíssimas relíquias arquitectónicas e epigráficas, que estão enchendo de glória o falecido e nunca olvidado Possidónio da Silva.

O palácio do Conde de Valadares, onde desde 1834 a 1880 e tantos esteve o Club Lisbonense, e onde tantos bailes ruïdosos se celebraram, é hoje o Liceu Nacional.

Convento do Carmo. — Frontaria sôbre o largo, chafariz, e palácio do Conde de Valadares, em 1840 e tantos

O espaço entre o Liceu e o templo é o caminho da ponte do ascensor de Santa Justa.

A fachada do quartel está sendo reformada ([1]). No terreno entre as ruas da Oliveira e da Condessa foram antigamente umas casas de António Fernandes de Elvas, por êle vinculadas com outros bens.

O chafariz central da pequena praça, enfim, já o vejo mencionado por um viajante francês em 1769 ([2]), mas parece-me que tinha outro feitio. «É êste largo — diz o autor — de mediana extensão, e tem ao centro um chafariz que se ergue acima de uma grande bacia de mármore.» Hoje não sei desde quando, recobre-o um baldaquino de pedra composto de quatro arcos redondos sôbre pilares. Êste manancial de *águas-livres* abdicou muito da sua importância desde que o galego aguadeiro perdeu a sua. A Companhia das águas destronou-o. Do parlamento rumoroso, que ali se reünia em volta do baldaquino de pedra, daquela turba-multa que ali discutiu tantos anos com a sua eloquencia de água doce, nada resta.

O pior de tudo é que as ogivas do Condestável, o magnífico cenóbio que êle fundou e que êle tanto amava, o templo venerando onde jaziam tantas e tantas pessoas notáveis, como atesta a Crónica do Carmo, todo êsse conjunto arquí-histórico e arqui--interessante, é um fantasma sensabor a atestar

---

(1) Verão de 1902.

(2) *Voiage en Portugal en 1796* pág. 26.

a nossa incúria. A igreja destelhada não passa de uma ruína pitoresca. Os claustros, corredores e oficinas, militarizados e deturpados pelas Obras públicas, são o espécime da banalidade.

A cela onde habitou a *senhor Santo Conde*, avô dos nossos Soberanos, amigo do Mestre de Aviz, pelejador em nome da Religião e da Pátria, progenitor de todas as Casas Reais da Europa, a sua cela de monge, onde êle fugiu às grandezas mundanas, onde êle meditou, onde êle orou, essa habitação quási sagrada..... oh! antes mil vezes a esquecessem as tradições! Insultaram-na de modo, que o insulto nem sequer se pode narrar em público. A letra redonda repugna-o [1].

---

[1] O que se disse quanto ao Bairro da Trindade, é da mesma forma aplicável a êste do Carmo, a que o autor só de passagem aludiu, por o sentir fóra do seu plano inicial — o «Bairro Alto de S. Roque». A obra «O Carmo e a Trindade» póde, mercê de um feliz acaso, ou, melhor, de muitos felizes acasos, desenvolver a sua história em grande número de páginas. *(Nota de M. S.).*

FIM DO VOLUME I

NOTAS

1 — Vasco Martins de Altero (?) c. c. N.

- 2 — João de Altero de Andrada c. c. sua parenta Helena de Andrada, filha de Rui Pais de Andrada e de... Helena passou a 2.as nupcias com Bartolomeu de Andrada. (*Vide nota II*)
  - 3 — Nicolau de Altero de Andrada c. c. Marta de Andrada, filha de Pero de Andrada e de Catarina Coelho (Andradas do Pedrógão)
    - 4 — João s. g.
    - 4 — Luís de Altero de Andrada s. g.
    - 4 — António de Andrada de Altero c. c. D. Ana de Almeida, filha de João Gomes de Moura.
    - 4 — Helena de Andrada, Freira.
    - 4 — Joana do Espírito Santo, Freira.
    - 4 — Brites de Andrada c. em 1.as nupcias com Baltasar de Seixas, e em 2.as com seu primo Miguel Leitão de Andrada. — (*Vide nota IV*).
  - 3 — Francisco de Andrada de Altero s. g.
  - 3 — Brites de Andrada, mulher c. g. de Bastião da Costa.

NOTA II — Pág. 46.

1 — Rui Freire de Andrada, instituidor do morgado da Tôrre da Sanha ....

- 2 — Linha dos morgados da Tôrre da Sanha até o Conselheiro João de Andrade Corvo.
- 2 — Gil Tomé Pais c. c. Isabel Afonso de Andrada, filha de Rodrigo Afonso de Andrada e de N. da Fonseca (?) — *(Vide nota III)*............
  - 3 — Nuno.
  - 3 — Bartolomeu de Andrada c. c. sua parenta Helena de Andrada, viuva de João de Altero de Andrada ....
    - 4 — Isabel de Andrada c. c. Vasco de Pina, c. g.; casou em 2.as nupcias com D. Martinho Vaz da Cunha, da Casa dos senhores de Táboa, depois Condes de Cunha, c. g.

NOTA III — Pág. 50.

- 1 — Rodrigo Afonso de Andrada, chefe dêste ramo, e senhor de uma quinta em Montemor, c. c. N. da Fonseca (?) .....
  - 2 — Rui Pais de Andrada, senhor de um vínculo em Ceiça, etc, c. c. Leonor Vaz de Novais, filha de Vasco Lourenço....
    - 3 — Diogo de Andrada, c. g.
    - 3 — Gaspar da Fonseca e Andrada, progenitor de uma familia nobre de Montemor-o-velho, hoje representada pelo sr. D. João de Alarcão.
    - 3 — Rui Pais de Andrada 2.º do nome, progenitor de uma nobre casa representada hoje pelos Viscondes de Maiorca.
    - 3 - Helena de Andrada, mulher de João de Altero, casada em 2.as nupcias com Bartolomeu de Andrada.
  - 2 — Isabel Afonso de Andrada c. c. Gil Tomé Pais. — *(Vide nota II).*

NOTA IV. — Pág. 71

Testamento do macho russo de Luís Freire por D. Diogo de Monsanto.

Engano de pena. O testamento do macho russo não tem autor conhecido; D. Rodrigo (e não *D. Diogo*, como escrevi) não o compôs. Cai às vezes nestas inexacções quem se mete a citar de cor. Imprudência grave, a que é bom fugir.

NOTA V. — Pág. 80

A letra da cantilena dos alunos do bom Padre Mestre Inácio, encontrei-a na *História de S. Domingos* por Frei Luís de Sousa, Livro III, capítulo VIII:

«...... toada ordinária da Doutrina cristã, que os meninos aprendem e cantam nas escolas de Portugal:

Todo o fiel cristão
é mui obrigado
a ter devoção
à Santa Cruz.»

NOTA VI. — Pág. 193

Acêrca da semelhança vaga entre Miguel Leitão de Andrada e o seu homónimo de Montaigne replica-me Anselmo Braamcamp Freire no seu Livro 1.° dos *Brasões:*

«Encontra Castilho em Miguel Leitão, como pensador, muito de Miguel Montaigne, com igual bom senso, mas muito menos cultura e filosofia.

«É verdade. Há semelhanças entre os dois em alguns pontos, mas noutros não. Ambos êles eram de condição singela e gasalhadora, de génio feliz e alegre. Ambos êles atiraram para o seu livro com o que viram, e como o viram; com as impressões que sentiram, e que traduziram como sabiam, cada um consoante a sua inteligência, educação, e

meio em que viveu. Mas que diferença no espírito e na vida! Miguel Leitão, de medíocre cultura literária, de imaginação cheia de crendices, procurando aventuras e ajuntamentos, viveu na côrte, buscando a sua aldeia ùnicamente quando nela havia festas, barulho, folguedos.

«Montaigne recebeu uma educação esmerada, a que os autores antigos e a poesia serviram de fundamento; educação que o seu extraordinário bom senso corrigiu, no que podia ter de demasiado ideal e poético, guardando dela ùnicamente a ditosa faculdade de tudo dizer e escrever com mimo e alegria. Logo que podia, fugia do bulício, escondendo-se na sua tôrre de Montaigne, naquêle terceiro andar, onde viveu o melhor da sua vida, absorto nos seus pensamentos e reflexões, e entregue a uma certa preguiça laboriosa, que tão querida lhe era.

«Miguel de Montaigne preconizava, e queria para si, *une vie glissante, sombre, et muette;* um ideal! Miguel de Andrada, quando não tinha melhor, repicava os sinos e deitava foguetes no seu Pedrógão.

«Contudo há entre os dois um grande ponto de semelhança, que é o terem-se, cada um dêles, retratado no seu livro; com a diferença porém, que Montaigne com os seus *Essais* está nas cristas da serra, enquanto Andrada com a sua *Miscelânea* apenas galgou as faldas.

«Eu tenho por Miguel Leitão uma grande amizade, mas não me impede ela de ser justo; e, ainda que a afeição fôsse tão grande, que me obcecasse o espírito, parece-me que nunca me atreveria a pensar dêle o que o ilustre crítico Sainte-Beuve diz de Montaigne. Eu não poderia chamar a Leitão o nosso Horácio, dizendo que o era, tanto na substância como no modo, e até na expressão, que muitas vezes se eleva às alturas de Seneca.

«Miguel Leitão denomina modestamente o seu livro uma salada; e ainda que êle é decerto mais do que isso, contudo nunca senhora nenhuma portuguesa se lembrou de lhe chamar *mon bréviaire, ma consolation, et la patrie de mon âme et de mon esprit,* como ao livro de Montaigne chamou a Condessa de Albany.................................

....

«Egoístas eram ambos os Miguéis, mas não tiveram conhecimento um do outro, ainda que o Cavaleiro de Cristo sobreviveu trinta e oito anos ao de S. Miguel, que morreu em 1592, tendo nascido em 1533, vinte anos antes de Miguel Leitão. E ainda que desde a primeira aparição dos *Essais*, que é de 1580, até ao ano de 1630, em que o autor da *Miscelânea* morreu, se tivessem feito mais onze edições do livro francês, não creio que Miguel Leitão jamais o lêsse, mesmo até porque não o entenderia.»

....

- 1 — Isabel Afonso de Andrada (filha do Conde de Andrada?) c. c. Gil Tomé Pais, Capitão-mór das fronteiras da Galiza
  - 2 — Pero de Andrada, Alcaide-mór de Penamacor, c. c.... e tiveram
    - 3 — Belchior de Andrada, n. a 6 de Janeiro de 15... faleceu no Pedrogão, onde vivia a 6 de Janeiro de 1568, tendo casado a 6 de Janeiro de 15... com Caterina Leitoa.—(*Vide nota VIII*)
      - 4 — Pero de Andrada fal. em 1600. c. c. Mónica Dinis
        - 5 — Agostinho de Andrada c. c.
          - 6 — Miguel de Andrada.
          - 6 — Diogo de Andrada de Magalhães.
        - 5 — Pero de Andrada.
        - 5 — Caterina de Andrada.
      - 4 — Padre João de Andrada, frade Bernardo, estudou em Salamanca, e foi Doutor por Coimbra.
      - 4 — Gaspar de Andrada, que foi Dominicano, com o nome de Frei Cláudio.
      - 4 — Marquesa de Andrada, freira em S. Bernardo de Portalegre.
      - 4 — Maria de Andrada, falecida na quinta do Carregado, de seu irmão Miguel, em 1596, e casada com Jacome da Costa, de Pedrogão.
      - 4 — Lourenço de Andrada, faleceu indo para a Índia.
      - 4 — Caterina Leitoa de Andrada c. c. Belchior Godinho Pereira
        - 5 — António Pereira.
        - 5 — Caterina.
      - 4 — Antónia de Andrada casou 1.º com Manuel Fernandes de Almeida, 2.º com Gregório Ribeiro Florim
        - 5 — Francisco de Andrada Leitão, Desembargador, falecido a 17 de Março de 1655.
      - 4 — Miguel Leitão de Andrada, n. no Pedrogão em 1553, Comendador na O. de Cristo, c. 1.º com D. Inês de Atouguia, 2.º com Brites de Andrada, 3.º com D. Francisca de Sousa.
      - 4 — Violante Leitoa c. c. Gaspar de Almeida, da Louzã.
  - 2 — Bartolomeu de Andrada, senhor, do bairro de Vila Nova de Andrada pelo seu casamento com Helena de Andrada, viuva de João de Altero de Andrada
    - 3 — Isabel de Andrada c. 1.º com Vasco de Pina, 2.º com D. Martinho Vaz da Cunha. Do 1.º casamento teve
      - 4 — Manuel de Pina morreu na Índia s. g.
      - 4 — Gonçalo de Pina morreu na Índia s. g.
  - 2 — Francisco de Andrada, progenitor de um ramo de Andradas de Lisboa e Vila Fraca.
  - 2 — Antónia de Andrada, c. em Chelas com F. Juzarte, progenitor dos Andradas das Beiras.
  - 2 — Fulana, mulher de Fulano de Betancor, progenitor dos muitos Andradas que há nos Açores e na Madeira.

NOTA VIII — Pág. 214.

- 1 — António Gonçalves, chamado «o das forças» pelas suas valentias. C. c.
  - 2 — Cristóvão Leitão, Comendador na O. de Cristo. Teve filho bastardo
    - 3 — Cristóvão Leitão morador numa sua quinta em Vila Nova de Gaia, a qual por morte não deixou aos seus parentes, e sim a estranhos.
  - 2 — Paulina Leitoa, fundadora do mosteiro de Freiras de Figueiró.
  - 2 — F. c. c. Cristovão Caldeira, de um ramo antigo de Caldeiras, Alcaides-móres da Certã e Pedrogão pequeno
    - 3 — Cristóvão Leitão, Comendador na O. de Cristo, c. c. sua prima Joana Caldeira, filha de Cristóvão Caldeira, Alcalde-mór da Certã
      - 4 — Rui Leitão, Comendador na O. de Cristo.
      - 4 — Cristóvão Leitão, Comendador na O. de Cristo.
      - 4 — Manuel (ou Miguel) Leitão, cativo em Fez.
      - 4 — Nuno Leitão c. c. Isabel de Andrada, do Pedrogão, filha de Rodrigo Eanes Sutil e de F.
        - 5 — Francisca Leitoa (ou Soror Francisca da Paixão), Freira no Pedrogão.
        - 5 — Violante Leitoa c. c. Cristóvão da Mota
          - 6 — Maria de Andrada c. c. F., e tiveram
            - 7 — Belchior de Andrada, Secretário dos filhamentos da Mordomia-mór, vivo em 1628.
      - 4 — Vicente Caldeira c. c. Auta de Morais
        - 5 — Francisco Caldeira, partidário do Prior do Crato, Enviado a Cortes estrangeiras.
        - 5 — Gabriel Caldeira.
        - 5 — Vicente Caldeira de Brito, Desembargador do Paço, c. c. Helena de Melo
          - 6 — Jerónimo de Brito Caldeira, Fid. da C. R.
  - 2 — Brites Leitoa, fundadora do mosteiro de Jesus de Aveiro.
  - 2 — Violante Leitoa c. c. João Madeirão
    - 3 — Caterina Leitoa c. c. Belchior de Andrada
      - 4 — Miguel Leitão de Andrada (o da *Miscelânea*), e seus irmãos. — (*Vide nota VII*).

NOTA IX — Pág. 250

Resta, segundo parece, uma calada testemunha de tantas magnificências: é a fonte de Bernini, pouco acima referida. Eu explico:

O falecido marquês de Belas, D. António de Castelo-Branco, disse-me uma vez, em 1880, ou 81 que tinha lido a nota da pág. 135 do 1.º volume da *Lisboa antiga*, onde eu escrevi estas palavras:

«Não sei, nem posso verificar, se a fonte que há na quinta de Belas, e que é do Bernini, seria a dos Ericeiras.»

Segurou-me êle ser a mesma; e, como prova, acrescentou possuir no seu cartório as contas do preço que seus avós Pombeiros tinham pago à herança dos Ericeiras. Bastou-me a honrada palavra do Marquês, e não procurei sequer ver êsses preciosos papéis, que aliás deveriam ser interessantíssimos. Hoje não sei onde param.

No *Diário de Notícias* de 13 de Fevereiro de 1893 lê-se um erudito artigo, que julgo da pena do sr. D. Sousa Viterbo, intitulado *Artistas e obras de artistas estrangeiros em Portugal.* — BERNINI. Depois de várias considerações gerais, diz o autor:

... «Vamos referir-nos agora mais particularmente a Bernini ....
Caldas Barbosa, na sua pomposa descrição da quinta de Belas, diz que a estátua de Neptuno, que adorna um lago, é de Bernini. Se não houve mudança, ninguém se atreverá, cremos nós, a fazer tal afirmativa.»

Por aqui se vê que o articulista duvida de que a fonte do palácio da Anunciada seja a mesma que se vê na quinta de Belas.

No *Diário* de 23 declara ter recebido uma extensa carta, em que um amável anónimo discute o outro artigo, e se inclina à identidade, sendo de parecer que «a fonte do Conde da Ericeira foi trasladada para a quinta do Conde de Pombeiro em Belas».

Repito, confirmando, o que disse na nota de páginas 216: — a fonte da Quinta de Belas não é de Bernini. Apesar de

todos os argumentos do autor, e da descrição inserta na «Embaixada que fêz o Conde de Vilar Maior, etc.», de António Rodrigues da Costa, que lhe assinala um Neptuno, descreio que a obra seja do notável artista. O que me parece possível é que a traça da fonte antiga (que seria realmente de Bernini) se tivesse reproduzido, mas por quem estava longe de se poder confundir com o escultor italiano que a lavrara para os jardins dos Condes da Ericeira.

Falando do insigne escultor e consciencioso crítico Francisco de Assis Rodrigues, diz o Conde Raczynski [1]:

«Conforme a opinião do citado professor, parece existir em Belas uma fonte, que deve ser obra de Bernini.»

Pinho Leal no seu *Portugal antigo e moderno,* artigo *Belas,* não duvida escrever:

«Há também aqui uma magnífica estátua de Neptuno, do célebre escultor Bernini, que nasceu em Nápoles em 1598.»

Vilhena Barbosa, meu saüdoso mestre, estampou em certo artigo do *Arquivo Pitoresco* o seguinte:

«Avultam... duas obras de arte nesta parte plana da quinta; uma curiosa pela forma singular, outra pelo nome ilustre do seu autor. A primeira é uma cascata, que ora (1862) vemos descuidada dos homens, e maltratada do tempo, mas que, ainda assim, é original e grandiosa, deixando ajuïzar da sua beleza de outrora. A segunda é uma estátua de Neptuno, devida ao cinzel do célebre Bernini, que ilustrou, como escultor, arquitecto, e pintor, a Cidade de Nápoles, onde nasceu em 1508.» [2]

À vista de tantos depoïmentos, que poderiam certamente acrescentar-se, não me parece (com a devida vénia ao sr. Dr. Sousa Viterbo) dever pôr-se em dúvida que é de Bernini o Neptuno da fonte de Belas, apesar de ter êsse sábio crítico declarado de si isto:

«Vai para quatro ou cinco anos que visitámos pela última vez a quinta de Belas; e a impressão que nos deixou a fonte é que ela não poderia de modo nenhum atribuir-se a um

---

[1] *Dict. hist. art.* — pág. 28, artigo *Bernini.*
[2] *Arq. pit.* — T. V, pág. 290.

artista da justa nomeada de Bernini. É possível que uma nova visita modificasse a nossa opinião, mas não o achamos provável.» [1]

Noutra parte diz:

«É provável que Caldas Barbosa confundisse esta fonte com outra que adornava os jardins do palácio do Conde da Ericeira.» [2]

Perdão, mas não devia talvez haver confusão da parte de Carlos Barbosa; era um amigo, um freqüentador, um intimíssimo comensal e apaniguado da casa Pombeiro; havia de saber bem o que dizia.

Conclusão: fica para mim aceito:

1.º — que os Condes da Ericeira (ou representantes dêles) venderam aos de Pombeiro a fonte que tinham no seu jardim da Anunciada; prova: a afirmação do Marquês de Belas;

2.º — que essa fonte era de Bernini; prova: as opiniões de Assis Rodrigues e de outros;

3.º — que essa fonte existiu até à pouquíssimos anos, ou existe ainda (1902) na quinta de Belas.

Quanto ao desenho e feitio dêste interessantíssimo objecto de arte, dá-nos o sr. Sousa Viterbo uma notícia de primeira ordem. Quem ouvir?

A pág. 280 do livro de António Rodrigues da Costa *Embaixada que fez o Excellentissimo Conde de Villar-maior (hoje Marquês de Alegrete) ao Serenissimo Principe Fillipe Willhelmo, Conde Palatino do Rhim, Eleitor do Sacro Romano Imperio; conducção da Rainha Nossa Senhora a estes Reinos, festas e applausos com que foi celebrada na feliz vinda*, etc. — 1694 — topou o mesmo pesquisador sagaz com uma indicação altamente valiosa. Descreve êste folheto as corridas de touros e os fogos de artifício no Terreiro do Paço.

«Na segunda festa de fogos — narra o sr. Dr. Viterbo — o Terreiro representava os jardins do Conde da Ericeira, adornado com vinte figuras de pedra de elegante escultura.

---

[1] *Diario de Noticias* de 23 de Fevereiro de 1893.

[2] *Diario de Noticias* de 13 de Fevereiro de 1893.

No meio estava uma fonte, reproduzindo *a última fábrica do insigne Estatuário Romano o cavalhier Bernine.*»

Segue a descrição:

«Esta fonte se forma em um grande tanque de excelente lavor, e nêle quatro tritões voltados para um jardim, sustentando cada um dêles na mão direita um búzio, por onde lançam água com grande fôrça, e nas esquerdas diversas tarjas. Entre os tritões estão outros delfins, que ficam mais inferiores, e com as gargantas abertas mostram tragar a água que deitam os tritões.

«No meio do tanque se levanta um pedestal sustentado de outros quatro delfins, que, com os rostos para o ar, lança cada um dêles três esguichos em grande altura, e levantadas as caudas sustentam uma concha, e saem fora dela e formar um assento, em que se firma uma excelente estátua de Neptuno, com manto e tridente, de cujos pés arrebentam quatro canos de água, que, com grande fôrca, sobem ao alto.»

NOTA X — Pág. 258

Extractos de um artigo de Castilho na *Revista Universal Lisbonense* de 1842-43 (Tomo II)

Descrevendo a vertente oriental do monte de S. Roque em 1834 e 1835, diz o autor:

«... Eram, começando pelo alto, o muro velho de D. Fernando, e os paços dos Condes da Vidigueira........; e aos pés d'estes desenganos de grandeza, descahindo já para o valle do Rocio, terrenos quebrados e perdidos, para onde nem já lançavam os olhos os fidalgos seus senhores. N'esta porção da cidade, onde a lima surda do tempo, e o desleixo dos homens consumára a obra do terremoto, enxameava em pardieiros immundos e doentios, em becos enleiados, em pateos encantados e quasi incognitos á propria policia, tudo que a sociedade tem de fézes, a prostituição, a embriaguez, o roubo, a nudez, e a fome........ Grande parte d'estas ruinas passaram successivamente para o dominio util de um particular emprehendedor e perseverante. Ninguem lhe invejou a aquisição........ O sr. Caldas Aulete dentro em

poucos annos metamorphoseou tudo. Quasi que nada existe já de quanto pejava esse espaçoso e singular terreno, que intervalava as duas casas de mais opposta indole que na cidade havia: a Misericórdia e a Inquisição.

«...O Pateo do Patriarcha, ás abas da Misericordia, era a cabeceira d'esta encosta. Um theatrinho ali edificado havia 30 annos, (1804?) escrupulos da piedosa Marqueza de Nisa D. Eugenia, senhoria do terreno o haviam feito demolir; e no logar de uma comedia má, e de comicos ainda peores (não obstante serem pelo commum estranjeiros) não ficaram mais do que mendigos, ratoneiros, alquiladores de alimarias e roubos, de trapos e enfermidades, que aglomerados para aquelle seu centro de atracção procuravam abrigo...

«... Esse covil foi despejado, essas paredes e tectos traidores apeados; o pateo cessou de ser defezo e temeroso.

«Seguia pouco adiante a torre historica do velho Alvaro Paes, ainda em pé sobre o lanço do muro de D. Fernando, a que haviam estado arrimados esses mesmos pardieiros.

«A torre senhoreava ao rez do caminho o populoso largo e rua larga de S. Roque. Fallava recordações nobres aos que passavam; a torre não abrigava ladrões, nem ameaçava queda........ E a velha torre de Alvaro Paes foi accommettida, e não por Castelhanos!

«... A Camara para conquistar a gloria de abrir uma pobre e superflua rua, que nem todos os do bairro conhecem, e se chama *Rua nova da Trindade,* a Camara, ou antes a vereação do anno de 1835, havia já mandado aterrar outro lanço contiguo do mesmo muro, e n'elle o postigo do Condestavel, a quem o lettreiro e o povo já previamente desauctorisara, chrismando-o em Arco de S. Roque ....

«Demolida a torre de Alvaro Paes, o postigo do Condestavel, e, entre esses dois monumentos, a Capella do Passo, que se acostava ao mesmo muro de D. Fernando, urgia que o ampliado largo de S. Roque se convertesse, prestamente, em uma bella praça, e que vistosos e uteis edificios modernos, quando não podessem apagar-nos as saudades das velhas glorias, d'ellas ao menos nos divertissem........

«Arrimado ao muro d'el-Rei D. Fernando, cujo cubelo deixamos em terra no largo de S. Roque, se vê ainda hoje o decrepito palacio dos Condes da Vidigueira, pertencente á Casa de Nisa, o qual fazia ponta n'um elevado cunhal, olhando para a Rua da Condessa.

«No meiado anno de 1835 condemnara-o a inspecção da cidade a ser apeado até ao meio.»

....

Referindo-se ás edificações do proprietário Caldas Aulete, diz tambem Castilho a respeito do pequenino largo da rua da Condessa:

«N'elle fenece a antiga edificação, que desce desde o muro Real, e começa a moderna, que se estende até ir parar no pateo do Penalva. A uma ladeira ingreme, engasgada, lodosa........ succedeu um largo espaçoso, limpo, suave no piso, nobre nos edificios, regalado pelo nascente com uma tela amplissima de horisonte, em que avulta como pintura rica a vista da montuosa Lisboa antiga. E' sitio onde já hoje se deteem os que sobem e descem, folgando de se repousar nos assentos que o hospedeiro innovador lhes estendeu como canapés. Arvores postas por sua mão, e cujo numero será ainda accrescentado; augmentam a seducção do convite; e uma fontinha, que ella ahi tenciona para o público, o rematará....... Ahi entre essas arvores novas, ahi, onde (não ha ainda muito) apenas se enxergava um estreito portal, que dava para um barracão podre, e ruinas inextricaveis, abre-se hoje ás carroagens um portão coroado com as Armas d'El-Rei da Sardenha, e que por um amplo e formoso pateo dá entrada ao palacio que o seu Embaixador n'esta Côrte com rasão preferiu para residencia.

«Este palacio, que certo não desmerece o nome, e, pelas muitas e incomparaveis circumstancias que reune, não o maior, não o mais rico, mas sem nenhuma contradicção o mais agradavel, o mais delicioso da cidade. Situado no coração d'ella, a dois passos do bairro alto, a outros dois do bairro baixo e novo, disfructa entretanto, entre o seu pateo e o seu jardim, o mais profundo retiro, o silencio mais imperturbavel, os ares mais puros e suaves. A terra de suas

dependencias é diffusa, variada em exposição, prendada com a vista de quadros todos diversos, repartida e aproveitada com o mais selecto gosto. Jardim e jardins enriquecidos das mais peregrinas flores e estatuas; escadarias de marmore, communicando os diversos planos; hortas frescas, regadas e viçosas; pomares espessos e fecundos; abundancia de todo o genero de arvores fructiferas, sem exceptuar as de alheios climas, que ali até as bananeiras alardeiam já as suas vestes largas, lustrosas e roçagantes; quinta em summa, que se estende desde o largo de S. Roque até ao pateo do Penalva, e desde a calçada do Duque até á da Gloria. Como se tanta posse ainda fosse pouco para no centro de uma cidade populosa, de qualquer parte que os olhos se esgarrem para o norte cuidam vêr até muito mais longe dilatar-se os seus dominios. As quintas do Duque do Cadaval e do Marquez de Castello-Melhor, e a cerca da Misericordia, lhe estão contiguas, e se representam continual-os; até que o Passeio publico, com sua copiosa matta, e o de S. Pedro de Alcantara, com o seu gracioso jardim, e arvoredo já adulto, orlam e rematam o quadro, quasi continuo de vegetação. Mais ao longe, para todos os lados, ceo espaçoso, e multiforme panorama de povoação, por onde o artista pende indeciso na escolha de objectos que primeiro traslade para credito do seu album......................................»

NOTA XI. — Pág. 263

EDIFICAÇÃO DO PALACIO NIZA A S. ROQUE

Diz Anselmo Braamcamp Freire *(Livro II dos Brasões*, pág. 446) que foi o 2.º Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, quem «começou a edificação do palácio no largo de S. Roque, para o que D. João III lhe fizera mercê em 1543 do uso e serventia do muro, e das duas torres, que estavam ao postigo de S. Roque, para poder n'ellas edificar casas, ou fazer outras quaesquer bemfeitorias, o que foi confirmado por se haver perdido a primitiva, por outra carta de 5 de

Março de 1563. *(Doações de D. Sebastião e D. Henrique,* Liv. 12, fl. 125). Por então começaram as obras, por isso que, por alvará de 3 de Maio de 1565, foi aprovado por el-Rei o contrato celebrado entre os oficiais da Camara de Lisboa, o Prior e Frades da Trindade, e o Conde Almirante, com a declaração de que a torre que estava no centro do muro, defronte do mosteiro de S. Roque, esteja sempre tapada, de maneira que por ella se não sirva o Conde, para de lá não descobrir os mosteiros de S. Roque e da Trindade *(Doações de D. Sebastião e D.Henrique,* Liv. 16, fl. 290). Morreu o Conde a 8 de Janeiro de 1567.»

Preciosas notícias, que tenho pena de ter deixado de incluir no lugar competente.

Nota XII — Pág. 270

Apparato em que saía o Patriarcha de Lisboa

«Na segunda feira pela manhan (12 de Janeiro de 1728) teve audiencia publica de S. S. M. M. e da senhora Princeza das Asturias o senhor Patriarcha, havendo sido conduzido pelo Conde de Pombeiro, Capitão da Guarda Real, e por D. Lourenço de Almada, Mestre sala de S. S. M. M. Foi o senhor Patriarcha a esta funcção com a sua magnifica equipagem, que constava de uma liteira, e um coche, novos e magnificos, cobertos de velludo carmezi, guarnecido de galões de oiro, e quatro coches com os seus creados todos, a seis cavallos frisões ruços, e varios cavallos á dextra da mesma côr.»

Gazeta de Lisboa n.º 3, de 15 de Janeiro de 1728.

*

A história da edificação do Palácio Niza, a S. Roque, vem miudamente comentada de páginas 270 a 274, do 1.º volume de *O Carmo e a Trindade.* Isso me dispensa aqui de uma anotação mais desenvolvida. *(Nota de M. S.).*

NOTA XIII — Pág. 336.

1 — Dr. Manuel Jácome Bravo, Conservador da Moeda, Guarda-mór da Tôrre do Tombo de 1632 a 34........
1 — D. Paula da Silveira, filha de Diogo da Silveira.......
1 — Guilherme Rossem, Familiar do Santo Ofício............
1 — D. Brites...................
1 — António Botelho de Jesus, Capitão dos Malteses.......
1 — D. Isabel Zuzarte da Fonseca

2 — Francisco Bravo da Silva...
2 — D. Apolónia Maria Rossem
2 — António de Lemos Botelho, Cap. de Infantaria..........
2 — D. Luísa de Matos.........

3 — Manuel Jácome Bravo, Familiar do Santo Ofício........
3 — ....
3 — José Lourenço Botelho, Caval. de Cristo............

4 — João Xavier da Silva Rebelo, Fidalgo, Porteiro da Câmara de el-Rei D. João V........
4 — D. Luísa Francisca Lourença de Lemos..................

5 — António José da Silveira, Fidalgo, Estribeiro da Rainha.

NOTA — A essa ilustre família dos Rebelos Palhares pertencia D. Mariana Rebelo Palhares; casou com António Xavier de Melo Carneiro Zagalo. Essa senhora foi filha herdeira de José Rebelo Palhares, senhor do vínculo de que era solar êste palácio. A família Zagalo vendeu-o ultimamente (1900?), e o actual proprietário transformou a feição antiga do edifício. As Armas de Rebelo, que adornavam o grande portão da loja de entrada, foram mandadas para o museu do Carmo.

Haverá uns quarenta anos aí esteve o afamado colégio inglês de Mrs. Mac-Auliffe, e, além de muitos outros moradores, acha-se desde anos a redacção e tipografia do *Diário Ilustrado*.

NOTA XIV

Na 1.ª edição dêste livro acompanhava cada exemplar uma gravura em madeira representando uma vista *geral de Lisboa.* Já me parece escrevi algures que não perfilhava os letreiros que se lêem na parte inferior da dita vista. O meu editor de então, o bom António Maria Pereira (pai) obteve-a por empréstimo de outro editor, e sem me consultar mandou-a estampar; quando lhe fiz notar os enganos e anacronismos das rubricas, já não era tempo de os alterar; Resignei-me, e protesto agora.

RETOQUES E ACRESCENTOS

A ÊSTE VOLUME I

I

Na página 202 falou-se em Brites Leitoa parenta da mãe de Miguel Leitão de Andrada, e fundadora do mosteiro de Jesus (ou *do Bom-Jesu)* de Aveiro. Esqueceu mencionar o que diz dela Frei Luís de Sousa *Hist. de S. Dom.* — P. II, L. IV, c. VIII); ei-lo em resumo:

Criava-se esta nobre menina em casa da Infanta D. Isabel, mulher do Infante D. Pedro (o da Alfarrobeira). Deu desde os mais tenros anos claras mostras de ajuïzada e muito devota. Determinou-se o grande Infante em casá-la com um moço fidalgo do seu serviço, Diogo de Ataíde, sobrinho do Conde da Atouguia, e do Prior do Crato D. João Gonçalves de Ataíde. Casados êles, no mesmo dia da boda desapareceu o noivo. Buscado por tôda a parte, e não achado em casa dos parentes, veio a cabo de tempo aparecer escondido entre os Frades do convento de S. Domingos de Benfica, e ja em trajo e prática de Noviço dominicano.

Assestou-se contra êle uma bateria formal de instâncias de amigos e parentes, e êle a tudo resistia. Não foi preciso menos de uma ordem formal de el-Rei aos Frades, para que o mancebo expulso do mosteiro se resignasse a voltar aos seus lares, e a fazer vida com sua mulher. Nomeou-o el-Rei, como prova do seu agrado, Guarda-mor da Infanta D. Isabel. Serenada a tormenta, afeitos os noivos aos seus novos hábitos, tiveram a dita de ver alegrarem-lhes a existência duas filhas e dois filhos. Nisto chegou a inesperada morte do Infante D. Pedro na batalha da Alfarrobeira; e D. Diogo de Ataíde, perdido tão bom senhor, tornou a sentir saüdades do claustro! Queria el-Rei tomá-lo para seu serviço a tudo se opôs D. Diogo, desenganado para sempre das vaidades do mundo. Não lhe sofria o ânimo desamparar mulher e filhos; e para conciliar tudo ao melhor modo, resolveu recolher-se com o seu pequenino mundo a uma boa fazenda que possuía, duas léguas desviada de Aveiro, chamada a Ouca. Aí em completa solidão, faziam vida monástica, entremeando as obrigações de cela e côro com as lidas agrárias, corregidas por suas próprias mãos. Assim viveram, olhando mais para o Céu que para a terra, até êle falecer pelos anos de 1453, indo a sepultar em Leiria no convento de S. Francisco.

Viúva e formosa, mal contava Brites Leitoa vinte e sete anos. Refugiu a mil instâncias que a assaltavam para tornar a casar-se, e fêz das suas dores a sua melhor companhia. A filha mais velha, D. Catarina de Ataíde, tomou-a a Raínha para sua

Dama. Com muitos trabalhos e despesas, conseguiu a viúva fundar uma clausura, para onde se recolheu a 24 de Novembro de 1458. Vinte anos eram passados, quando se viu assolado de furiosa peste o Reino todo em 1479. Aveiro não foi poupado; e temendo pela vida de sua filha, a Princesa D. Joana, já recolhida no mosteiro de Brites Leitoa, ordenou el-Rei à dita sua filha que saísse de Aveiro em companhia das outras Monjas. Forçoso lhes foi obedecer; e a 27 de Setembro de 1479 abalaram, cheias de saudades, a caminho do Alentejo. Ia numas andas cobertas Brites Leitoa, Prioresa, com a Princesa D. Joana, e as oito companheiras numa carreta de toldo, abafada de pano por fora e couro por dentro. Brites adoeceu em Aviz, e foi morrer a Abrantes em 3 de Agosto de 1480; aí a sepultaram.

Filhas dessa excelente e virtuosa mulher foram, como disse, duas:

D. Catarina de Ataíde, que, sendo Dama do Paço, se recolheu ao mosteiro de sua mãe logo que sua Real Ama faleceu; e

D. Maria de Ataíde, que nasceu em Julho de 1448, professou em Jesus a 9 de Agosto de 1466, e morreu sete meses depois.

II

PAG. 247

Tratando da Prioresa das Dominicanas da Anunciada D. Brites de Meneses, diz Frei Luís de Sousa — *Hist. de S. Dom.*, T. III, L. I, Cap. IV):

... «Dentro no tempo de seu govêrno viu reedificado, e quási feito de novo, todo o mosteiro, com dois dormitórios muito custosos, e oficinas capazes de cinquenta Freiras, e a igreja forrada. Foi o meio um bom vizinho, para que demos por acertado o pregão, que o outro Grego (1) mandava dar da herdade que vendia, alegando por qualidade de importância que tinha bom vizinho. Mas neste da Anunciada houve mais círcunstâncias, porque era juntamente rico, e honrado, e virtuoso. Buscava Fernando Álvares de Andrada sítio acomodado para edificar aposento para si junto das Freiras, onde hoje o possuem seus descendentes. Era isto dois meses depois da passagem (2). Visitou a Prioresa, quiz saber como e de que viviam; admirou-se da pobreza, edificou-se do espírito; e parecendo-lhe que ganharia muito com Deus quem em serviço de tal gente se ocupasse, ofereceu-se à Prioresa para o fazer tôda a vida; e cumpriu a oferta, porque, como rico, ajudou a casa com grossas esmolas da sua; como honrado, foi

---

(1) Plutarcho.

(2) Quer dizer: as Freiras, que moravam primeiramente no que é hoje o *Coleginho*, às abas do monte do Castelo, sobre a Mouraria, passaram, na véspera da Ascensão do ano 1539, para a outra habitação que lhes foi destinada no Vale verde, ao cimo da Corredoura, fora das portas de Santo Antão. Ve-se por essas contas que em 1539 ainda não tinha Fernando Álvares começado o seu palácio; *buscava sítio acomodado para edificar aposento*. Não concorda pois esta asserção com a de Carvalho da Costa, que dá o palácio por edificado em 1530. Quereria êle ter dito 1540?

requerente de outras com el-Rei e com os homens; e como virtuoso, tomou por gosto a reedificação do mosteiro, e assistir como arquitecto e sobrestante ([1]) em tôda a fábrica.»

III

PAG. 104

Travessa da Queimada

Em 20 de Novembro dêste ano de 1902 o sr. Augusto Vieira da Silva, Tenente de Engenharia, consciencioso autor de importantíssimos estudos, já publicados, sôbre as muralhas velhas de Lisboa, e de um, que está elaborando, sôbre a cêrca de el Rei D. Fernando, teve a bondade de me escrever enviando-me o seguinte esclarecimento. Por não chegado a tempo de eu reformar o que digo do nome da *travessa da Queimada*, encontra o leitor o que aventurei na 1.ª edição do meu livro; hoje percebo ser conjectura sem o mais leve fundamento; ofereço pois aqui aos leitores as palavras da carta do sr. Silva, as quais vêm rectificar ou ampliar várias informações minhas.

Sigo a ordem que segue a carta.

... «A travessa *da Queimada*, parece dever o o seu nome a uma Ana Queimada, que em 1563 trazia aforados ao mosteiro da Trindade uns chãos próximos do Largo de S. Roque, e da *rua que vai*

([1]) Superintendente.

de Nossa Senhora do Loreto para S. Roque (rua Larga de S. Roque). Poderá V. ver o livro 59, aliás 75, do mosteiro da Trindade, fl. 213 v. na Tôrre do Tombo.»

PAG. 39

Postigo de S. Roque

«Quanto ao postigo de S. Roque no Largo *de S. Roque*, parece que nunca teve as denominações de postigo *do Condestável*, nem postigo *do Carmo*.

«Foi êle aberto no meado do século XVI; não remonta à primitiva construção da cêrca; e como já havia a Casa professa de S. Roque, a primeira denominação que teve foi de postigo de S. Roque.

PAG. 297

Pátio da Escola Académica

«Houve na cêrca de D. Fernando uma porta, que era situada no pátio da Escola Académica. Tinha em 1502 o nome de *postigo do Conde*, que julgo ser o de Cantanhede, cuja mulher deu nome à *rua da Condessa*, que também teve durante alguns anos o nome de *rua de João do Barreiro* (pedreiro), e que era também simplesmente conhecida como *rua que vai do postigo do Conde para o Carmo*. A essa porta começou a chamar-se *postigo de S. Roque;* e quando, no meado do mesmo século XVI, se abriu a porta nova junto à

tôrre de Àlvaro Pais, aquela passou a ser o *postigo antigo* de S. Roque, e esta o *postigo novo* da mesma denominação.

«A calçada *do Duque*, no espaço compreendido entre a rua *da Condessa* e o largo *de S. Roque*, foi chamada rua *da Ametade*, ou *do Meio*, nos princípios do século XVI; depois rua *de Álvaro Pais* pelo meado do mesmo século; e creio que também rua *da Condessa da Vidigueira* um pouco mais tarde.»

....

Agradeço cordialmente ao meu espontaneo informador, e dou-lhe a mão à palmatória.

FIM DO VOLUME I

torre de Álvaro Pais, aquela passou a ser o postigo antigo de S. Roque, e esta o postigo novo da mesma denominação.

«A calçada do Duque, no espaço compreendido entre a rua da Condessa e o largo de S. Roque, foi chamada rua da *Amizade*, ou do *Mirão*, nos princípios do século XVI; depois rua de *Álvaro Pais* pelo meado do mesmo século; e creio que também rua da *Condessa da Vidigueira* um pouco mais tarde.»

Agradeço cordialmente ao meu espontâneo informador, e dou-lhe a mão à palmatória.

FIM DO VOLUME I

ÍNDICES

A

Págs.

Págs.

G

H

I

J

L

M

Q

R

S

T

V

X

brica alguma. Aos dois lados os retratos de dois heróis religiosos, parentes do autor do livro: Frei Nicolau Leitão (linha materna), e Frei Diogo de Andrada (linha paterna), martirizados, o 1.º em 1592, o 2.º em 1570.

Pág. 208-A — **El-Rei D. Sebastião** — Reprodução reduzida de um retrato do Soberano a lápis sanguinho por J. de C. em 20 de Março de 1901.

Pág. 212-A — **Miguel Leitão de Andrada** — Reprodução, reduzida, do seu retrato, no trajo de Cavaleiro de Cristo, com manto branco, oferece o seu livro à Virgem. Desenho muito característico, precioso por nos mostrar os vigorosos 74 anos de Andrada, e o vestuário de um nobre quinhentista; devoto e arrogante; altivo e humilde ao mesmo tempo.

Pág. 233 — **Francisco de Andrada Leitão** — Gravura por Pontius, apreciadíssimo artista.

Pág. 258-A — **Ruína da torre de S. Roque** — Reprodução de gravura por Le-Bas

Pág. 228 — **Postigo de S. Roque** — No alto da calçada desse nome, hoje chamada *do Duque*. É visto da banda da calçada, isto é, *intra-muros*, entre duas torres da fortificação. Reprodução de uma aguarela, cópia ampliada por J. de C. de um trecho da vista de Lisboa por Bráunio.

Pág. 290 — **Companhia Lisbonense de Carruagens** — Frontaria do pátio na esquina da calçada do Duque. Reprodução de gravura em madeira.

Pag. 295 — **António da Silva Túlio** — Sombra tirada por J. de C. em sua casa na travessa do convento das Bernardas em Lisboa, na noite de 15 de Novembro de 1875. Quem conheceu o bom Túlio encontra ali a sua fisionomia aberta e franca.

Pág. 298-A — **Largosinho a meio da calçada do Duque** — Fica no topo da rua da Condessa. Ao fundo via-se a muralha velha de Lisboa, que hoje está mascarada por edifícios da Escola Académica. O pátio acrescentou-se pela demolição de um prédio que aí havia, e onde Castilho morou anos. Reprodução de uma aguarela a cores feita por J. de C. em 3 de Maio de 1863.

Pág. 304 — **Igreja antiga de S. Roque** — Reprodução de uma aguarela por J. de C. cópia ampliada da vista de Bráunio.

Pág. 306 — **Igreja actual de S. Roque** — Ao meio da praça vê-se o monumento comemorativo do casamento de el-Rei D. Luís com a senhora D. Maria Pia de Sabóia. Reprodução de fotografia.

Pág. 310 — **Igreja de S. Roque no século XVIII** — Cópia a aguarela por J. de C. de um fragmento da estampa de Lemprière. A mesma igreja (parte superior) na actualidade.

Pág. 312-A — **Capela de S. João Baptista, em S. Roque** — Reprodução de gravura.

Pág. 320-A — **O Padre António Vieira** — Reprodução algum tanto reduzida de uma bela gravura de G. F. I. Debrie em 1705.

Pág. 361 — **Convento da Trindade** — Reprodução ampliada de um fragmento da vista de Bráunio, copiado por J. de C. a aguarela. Imagino que a orientação do eixo maior do templo aí representado é leste-oeste; por consequência os dormitórios, ou outras dependências, que aí vemos seguirem até à torrinha da esquina, tomam pouco mais ou menos a linha do quarteirão que hoje faz esquina para a rua larga de S. Roque. A rua Nova da Trindade segue entre esse anexo e a frente do templo.

Pág. 374-A — **O senhor D. António, Prior do Crato** — Cópia por J. de C. a tinta da China de um antiga gravura holandesa.

Pág. 377 — **Da Trindade ao Loreto** — Planta de várias ruas. Aguarela por J. de C.

Pág. 380-A — **Santa Bárbara** — Imagem do convento da Trindade. Gravura de Debrie.

Pág. 380-B — **Altar do Santo Cristo** — No convento da Trindade. Gravura de Carpinetti

Pág. 396 — **Convento da Trindade** — Reprodução a aguarela por J. de C. de um fragmento da gravura de Serrão no livro de Lavanha (século XVII).

Pág. 397 — **Convento da Trindade** — Reprodução a aguarela por J. de C. de um fragmento da gravura chamada de 1650.

Pág. 398 — **Conventos da Trindade e do Carmo** — Reprodução a aguarela por J. de C. de um fragmento da estampa inglesa de Lemprière (século XVIII).

Pág. 404 — **Convento do Carmo** — Interior da igreja antes da sua ocupação pelo Museu. Era um triste recinto, de chão térreo, porque as antigas lápides desapareceram! Reprodução de gravura em madeira.

Pág. 409 — **Convento do Carmo** — Reprodução da estampa de Bráunio.

Pág. 409 — **Convento do Carmo** — Idem.

Pág. 410 — **Convento do Carmo** — Segundo a notável estampa do livro de Lavanha. Sobre uma empena avista-se um enorme Anjo de ferro, a que o povo chamava o *Anjo do Carmo*, e a que alude burlescamente o *Anatómico* (T. II, pág. 242).

Pág. 410-A — **Chafariz do Carmo** — Reprodução de uma litografia. Ao fundo vê-se a frontaria da arruínada igreja; à direita uma esquina do palácio do Conde de Valadares.

ERRATAS

A pág. 124, na nota 1, *Fernano* em vez de *Fernando*.